



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 111

III Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 12 de maio de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Lubélio Mendonça e Paulo Silveira*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 03 minutos.

Dando sequência à ordem de trabalhos, foi presente o [Projeto de Resolução n.º 165/XII](#) – “A promoção do livro e da leitura na Região Autónoma dos Açores como uma das estratégias de combate à pobreza e à exclusão social”, uma iniciativa da responsabilidade do Grupo Parlamentar do PS. Procedeu à apresentação do mesmo a Deputada Marta Matos (*PS*).

Seguiu-se o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 67/XII](#) – “Regime Geral da Ação Climática na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS e pela Representação Parlamentar do PAN, [em que foram intervenientes os/as Deputados/as](#) Vílson Gomes (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), Marco Costa (*PSD*), Gustavo Alves (*PPM*), Deputada Vera Pires (*BE*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*), Vasco Cordeiro (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*Ind.*), bem como o Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*).

Esta iniciativa foi rejeitada.

Passou-se, desta feita, ao ponto seguinte relativo ao [Projeto de Resolução n.º 113/XII](#) – “Recomenda ao Governo Regional a imediata resolução dos problemas que põem em causa a segurança dos alunos da Escola Luísa Constantina”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

[Sobre esta matéria, pronunciaram-se a Deputada Vera Pires \(BE\), a quem coube a sua apresentação, tendo-lhe seguido os/as seguintes Deputados/as:](#)

José Pacheco (*CH*), Gustavo Alves (*PPM*), Jaime Vieira (*PSD*), Valdemira Gouveia (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Célia Pereira (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como a Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*).

A presente iniciativa foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se o [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução nº 160/XII](#) – “Recomenda ao Governo da República a transferência urgente dos montantes necessários à execução das obras referentes aos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo”, da autoria do Deputado Independente Carlos Furtado, a quem coube a sua apresentação.

Sobre este assunto intervieram também os Deputados Nuno Barata (*IL*), Pedro Neves (*PAN*), António Lima (*BE*), José Gabriel Eduardo (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), Deputada Vera Pires (*BE*), João Bruto da Costa (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

O Pedido de Urgência em apreço foi aprovado por unanimidade e o Pedido de dispensa de exame em Comissão foi retirado pelo proponente

Seguiu-se o [Pedido de Urgência do Projeto de Resolução nº 161/XII](#) – “Recomenda ao Governo Regional que permita a liberdade de escolha na educação”, da responsabilidade da Representação Parlamentar do IL, tendo feito a apresentação do mesmo, o Deputado Nuno Barata (*IL*), ao qual se seguiram os Deputados António Lima (*BE*), Joaquim Machado (*PSD*), José Ávila (*PS*), Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*).

O Pedido de Urgência em apreço foi aprovado por unanimidade.

Relativamente ao ponto seguinte, [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução nº 162/XII](#) – “Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão do Grupo SATA entre os anos de 2013 e 2019”, apresentado pelas Representações Parlamentares do CH e IL, bem como pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM, usaram da palavra os Deputados José Pacheco (*CH*) e Carlos Furtado (*Indep.*), sendo que esta iniciativa foi aprovada por maioria.

Seguidamente foi presente o ponto 14 da ordem de trabalhos, relativo ao [Projeto de Resolução nº 162/XII](#) – “Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão do Grupo SATA entre os anos de 2013 e 2019”, apresentado pelas Representações Parlamentares do CH e IL, bem como pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

No debate subsequente que se gerou sobre esta iniciativa, usaram da palavra os Deputados José Pacheco (*CH*), Carlos Furtado (*Indep.*), Pedro Neves (*PAN*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Carlos Silva (*PS*), António Lima (*BE*), João Bruto da Costa (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*) e Vasco Cordeiro (*PS*).

O Projeto de Resolução em apreço foi aprovado por unanimidade.

No cumprimento da ordem de trabalhos, chegou a vez de mais um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, desta feita “Recomenda ao Governo Regional que reverta o aumento dos preços dos transportes públicos

terrestres”, da autoria do Grupo Parlamentar do BE. Para apresentação do mesmo, interveio o Deputado António Lima (*BE*), ao qual se seguiram os/as Deputados:

Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*), Rui Martins (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Pacheco (*CH*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Verificando-se um empate na 2ª votação, o Pedido de Urgência em questão foi rejeitado.

Por fim, foi votada a favor unanimemente pela câmara, a Proposta de Deliberação da Mesa declarando findo o Período Legislativo de maio.

Os trabalhos terminaram às 18h59.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos proceder à chamada. Tem a palavra o Sr. Secretário.

Eram 10 horas e 03 minutos.

Secretário: Obrigado Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Sras. e Srs. Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos
Sandra Micaela Costa Dias Faria
Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco
Tiago Alexandre dos Santos Lopes
Vasco Ilídio Alves Cordeiro
Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte
Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental
António Vasco Vieira Neto de Viveiros
Carlos Eduardo da Cunha Freitas
Délia Maria Melo.
Elisa Lima de Sousa.
Flávio da Silva Soares
Jaime Luis Melo Vieira
João Luis Bruto da Costa Machado da Costa
José Joaquim Ferreira Machado
Luis Carlos Correia Garcia
Luis Carlos Cota Soares
Marco José Freitas da Costa
Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva
Maria Salomé Dias de Matos
Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio
Paulo Duarte Gomes
Paulo Alberto Bettencourt da Silveira
Sabrina Marília Coutinho Furtado
Vitória Alexandra Correia Pereira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras
Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima
Vera Lúcia Pinheiro Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa

Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Deputado Independente (Indep.)

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, ao abrigo do Artigo 81º do nosso Regimento, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista solicitou a apresentação em plenário do **Projeto de Resolução nº 165/XII** - “A promoção do livro e da leitura na Região Autónoma dos Açores como uma das estratégias de combate à pobreza e à exclusão social”.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Matos para apresentação deste diploma.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Através da Resolução do Conselho do Governo número 151/2000, de 28 de maio, o XII Governo Regional da responsabilidade do Partido Socialista dos Açores criou o programa “Ler Açores”, que foi pensado e planificado no âmbito de uma estratégia mais alargada de promoção do livro e da leitura, integrando uma abordagem transversal de políticas culturais e sociais na Região Autónoma dos Açores.

O programa “Ler Açores” surgiu, assim, não só com a intenção de associar o Plano Regional de Leitura, a rede de leitura pública ou até a rede regional de bibliotecas escolares num programa unificado, mas foi também preparado para se articular com a estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social, assim com o Prosucesso Açores pela educação.

Deste modo, a par de outras iniciativas como o programa “AZ ler mais, saber mais”, implementado em parceria com a Iniciativa

Educação o programa “Ler Açores” fazia parte duma estratégia, surgindo dum trabalho longo e maturado, conversado e debatido entre os serviços competentes em matéria de educação e de cultura, as escolas da Região e outras entidades representativas do setor da cultura.

Foi um programa criado para se estender a médio prazo com horizonte 2030 e pretendia pela sua natureza, inclusivamente como complemento ao Plano

Nacional de Leitura, que se tratasse de um trabalho partilhado entre as bibliotecas públicas e arquivos regionais, as bibliotecas escolares, as bibliotecas municipais, os museus regionais ou de ilha, as casas de povo e IPSS, entre tantos outros. No fundo, criar um movimento que trouxesse o livro para o quotidiano, que movimentasse pessoas e ideias, que apostasse na promoção da leitura enquanto estratégia de intervenção social.

Decorridos mais de 28 meses de governação e tal como o Grupo Parlamentar do PS, já por diversas vezes alertou, nada se sabe sobre a operacionalização deste programa e, conseqüentemente, sobre quais as iniciativas que o Governo dos Açores pretende tomar, com vista à promoção do livro e da leitura junto dos mais jovens e dos menos jovens.

Por exemplo, no portal da educação da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais, a última lista de livros recomendados diz respeito ao ano letivo de 2020/2021.

Para além disso, o Plano Regional de Leitura era operacionalizado por uma comissão coordenadora, uma comissão científica e uma comissão de honra, sobre as quais também não se conhece o fim ou o destino.

Para registo, relembramos que a propósito da não participação dos Açores na Feira do Livro de Lisboa do ano transato, foi a própria Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais que informou a intenção de fazer a reestruturação e redefinição do programa ler Açores.

Para o Grupo Parlamentar do PS/Açores hoje, como sempre, ler é uma das formas mais eficientes de adquirir conhecimento. E obviamente ler e promover hábitos de leitura é também uma das melhores formas de combate ao insucesso, ao desinteresse ou à desinformação. Consideramos, pois, que uma das prioridades estratégicas para o Governo Regional dos Açores no âmbito do combate à pobreza e à exclusão social, também deve ser a de aumentar os hábitos de leitura da população e de associar a leitura às diferentes áreas do conhecimento, como as ciências, a literatura, as artes ou as tecnologias digitais.

É nesse sentido que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta à Assembleia Legislativa Regional este Projeto de Resolução que visa recomendar ao Governo Regional dos Açores que em articulação com as unidades orgânicas do Sistema Regional de Educação e com os livreiros, autores e promotores culturais da Região, dê sequência ao programa “ler Açores” em tempo de ser eficaz o seu desenvolvimento no ano letivo de 2023/2024. E que para além disso, atualize o portal da educação dos Açores, no que respeita ao programa “Ler Açores”, considerando designadamente o respetivo plano anual de atividades, plano de formação e plano de comunicação.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Prevê o nosso Regimento um período de pedidos de esclarecimentos de 10 minutos.

Pergunto se alguém quer usar esta prerrogativa de pedidos de esclarecimentos?

Parecendo que não, está apresentado então o diploma.

Vamos dar continuidade à nossa agenda, entrando no ponto 8 relativo ao **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 67/XII** – “regime Geral de ação climática na RAA”.

É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e pela Representação Parlamentar do PAN.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes para apresentação da iniciativa.

Deputado Vílson Gomes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Hoje voltamos a trazer para a discussão parlamentar uma das causas mais emergentes: **o clima**.

Apresentamos uma iniciativa que nos convoca a avançar com uma agenda capaz de impulsionar uma verdadeira transição justa, que nos convoca também a reunir esforços para agir urgentemente nesta matéria respondendo à chamada do atual quadro legal existente: a Lei de Bases do Clima/2021

Portugal está em situação de emergência climática desde a promulgação da lei de Bases do Clima de 2021 e, assim sendo, é fundamental que assumamos esta causa e que consigamos reunir esforços para agir.

Com a nova lei de Bases do Clima/2021, torna-se necessário avançar com um quadro legislativo próprio para assegurar a coerência e a complementaridade, repito, a complementaridade às políticas nacionais e à concretização das metas e prioridades climáticas, adaptando à Região a estratégia da União Europeia de adaptação às alterações climáticas.

É necessário que este diploma tenha em devida conta as características e as especificidades da Região e, por isso, avançamos com uma opção política a favor da sustentabilidade ambiental, social e económica, de forma a colocar os Açores na vanguarda do combate eficaz à mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Por outro lado, é imperativo assegurar a proteção das famílias, empresas e comunidades mais vulneráveis às alterações climáticas e aproveitar ao máximo as energias de fontes renováveis ou endógenas.

Este diploma quer promover a economia circular e melhorar a eficiência energética da Região, atuando em simultâneo ao nível da educação, da inovação, da investigação, do conhecimento e do desenvolvimento.

É de facto fundamental que os Açores devam ter um papel liderante e uma participação empenhada e ambiciosa a nível nacional e internacional, bem como a cooperação com outras regiões.

Sem querer descrever aturadamente, até porque o diploma é extenso, realçaria, em primeiro lugar, o papel que a Região deve assumir no estabelecimento e cumprimento de metas de produção a partir de fontes renováveis ou endógenas, para progressivamente chegarmos a uma taxa de produção renovável na ordem dos 80% em 2035.

Nas políticas de transportes e mobilidade, pretende-se o desenvolvimento de redes intermunicipais de transportes públicos sem emissões ou de emissões reduzidas e o incentivo à aquisição e utilização de veículos elétricos, ou movidos a gases renováveis, ou outros combustíveis que não emitam gases com efeito de estufa. Propomos que os órgãos de governo próprio da Região, assim como as empresas do setor público empresarial deixem de adquirir veículos ligeiros movidos a combustíveis fósseis mesmo parcialmente.

Propomos, ainda, que a descarbonização do parque rodoviário na Região deve atingir uma percentagem de 50% em 2040.

A proposta de regime geral da ação climática na Região Autónoma dos Açores, pretende que a administração regional autónoma assuma ativamente um programa de descarbonização, adotando práticas ambientalmente sustentáveis, com reflexo na sua organização e funcionamento.

Propomos, também, criar uma comissão de acompanhamento das políticas de ação climática, enquanto órgão independente e especializado, com natureza consultiva, composto por membros dos órgãos de governo próprio, representantes de organizações não governamentais e personalidades de reconhecido mérito, concretamente para dar um contributo fundamental, com o conhecimento científico, se está ou não está a ser feita a descarbonização.

Outro objetivo fundamental desenhado é que a Região atinja a neutralidade climática até 2050. Quer isto dizer que até 2050, o balanço entre as emissões de gases com efeito estufa e seu sequestro deve ser zero e, se possível, antecipar 5 anos o horizonte previsto.

Devemos ambicionar e lutar por mais políticas regionais que cumpram estas metas, para que os políticos, o Governo, se sintam verdadeiramente vinculados a fazer a ação climática que deve fazer.

Não estamos com rodeios, o Projeto que aqui apresentamos é ambicioso e assim também deve ser ambição deste Governo Regional dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Chamo a atenção para o conjunto de propostas de alteração que deram entrada ao diploma. Estas alterações decorrem das audições que foram feitas em sede de comissão especializada e das sugestões que todas as entidades ouvidas nos fizeram chegar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Está na hora de avançar e agir.

Como iremos votar este diploma?

Escolhemos convergir ou escolhemos divergir?

Talvez a maior divergência é com aqueles que não concordam em ter metas vinculadas na lei.

Queremos avançar ou queremos recuar?

Porque boas intenções não bastam. E também fazendo parte da resposta às perguntas que eu próprio faço, digo que estamos convictos de que a aprovação desta iniciativa significará agir em todas as frentes, erguer a voz por esta causa coletiva, cabendo-nos superar os desafios climáticos que se colocam à nossa Região.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A defesa do ambiente é uma parte integrante do ADN do PAN, é um elemento norteador do caminho político que temos vindo a trilhar, com reflexos na ação governativa regional, imprimindo-lhe um carácter verde através de uma visão integrada das pessoas, animais e natureza.

Considerando a atual conjuntura ambiental que não retira os Açores de uma posição frágil e que é de emergência, a Região não pode ser neutra naquela que é a maior batalha pela defesa da nossa casa comum, potenciando a sua capacidade de participação enquanto elemento ativo e interventivo.

O combate ativo à emergência climática deve constar de forma inequívoca na agenda política regional, devendo ser transversal a todas as matérias, sem prejuízo de um fio condutor comum que permita aglutinar objetivos.

A emergência climática deve, por isso, unir todos os que aqui se encontram, enquanto responsáveis por uma mudança, que garanta um futuro mais auspicioso para as gerações que nos seguem e para as quais assumimos o dever de sustentar uma esperança sempre melhor do que aquela que nos foi deixada.

O que estamos a fazer, para já não basta, e se esta afirmação fosse meramente empírica, a ciência não a poderia justificar. O ponto de não retorno está cada dia mais próximo. Ao dia de hoje, faltam-nos exatamente 6 anos e 72 dias! O *tiquetaquear* do relógio faz-se ecoar, alto e bom som, não o podemos ignorar. É

necessário alinhar ponteiros e estabelecer metas ambiciosas para transformar o tempo que nos resta em ações concretas.

No passado dia 7 de maio, Portugal tornou-se devedor da Terra ao consumir em apenas cinco meses a sua quota de recursos naturais disponíveis para um ano. Esta dívida, a presente geração e as vindouras já estão e vão pagar e com elevados juros. Entramos em incumprimento cada vez mais cedo. Precisamos de um plano de recuperação forte para evitar esta insolvência natural.

O alinhamento geográfico do nosso arquipélago não nos é favorável no que respeita ao impacto das alterações climáticas. Na linha de passagem de eventos extremos, os fenómenos climáticos adversos serão, cada vez mais, uma constante. É provável que passem de episódios a ocorrências nas nossas vidas e é fundamental que sejamos capazes de nos munir das ferramentas necessárias, sejam elas jurídicas, materiais e até didáticas para as enfrentar.

Recorde-se o impacto do furacão Lorenzo e da tempestade Efrain na ilha das Flores e na ilha do Faial, ou, ainda, a progressiva erosão costeira nas Calhetas da Ribeira Grande na ilha de São Miguel.

Posto esta realidade, é necessário pensar nas políticas públicas em duas frentes: os nossos contributos para o combate global à emergência climática e no aumento da resiliência arquipelágica no combate regional à emergência climática.

A chave está em transformar a “bazuca” financeira numa “bazuca” ambiental, alocando os fundos ambientais no combate às alterações climática, mas de forma célere.

E hoje, o PAN/Açores e o Grupo Parlamentar do PS apresentam uma iniciativa que pretende definir as linhas norteadoras dessa na resposta imediata à emergência climática, incrementando a resiliência regional e fortalecendo o percurso para se alcançar a neutralidade carbónica.

Propomos um caminho legislativo adaptado à Região, tendo em conta as suas especificidades e exigências que tem como objetivos a transição para uma economia socialmente equilibrada e sustentável, no enalço da justiça climática, protegendo os mais vulneráveis do impacto das alterações climáticas. Onde incluímos as problemáticas de género e a necessidade de investir na proteção e bem-estar animal para uma adequada adaptação às alterações climáticas. Não se esquecendo, a urgência do eficaz aproveitamento das energias verdes para se concretizar a transição energética, combatendo, ativamente, a pobreza energética, bem como o incremento da resiliência regional no combate a eventos climáticos extremos.

Para alcançarmos esses objetivos, numa perspetiva de ação governativa solidária e próxima, num esforço conjunto, é determinante a participação e envolvimento de todos os decisores regionais e municipais, atores políticos,

ONG's, a comunidade civil, nunca deixando de fora os jovens, pois são eles que vão herdar esta batalha e na qual têm tido um papel preponderante.

O combate às alterações climáticas é uma luta de todos e para todos.

Obrigado!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. E estão abertas as inscrições.

A Mesa já tem várias inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O planeta está naturalmente em cenário de emergência climática e a humanidade enfrenta grandes desafios, como as alterações climáticas, a poluição ambiental, a perda de ecossistemas e é por isso urgente uma mudança de paradigma, numa altura em que se estima que a população mundial possa já estar a consumir quase o dobro dos recursos que o planeta tem capacidade de gerar.

As Nações Unidas deram em 2015 o mote para esta mudança de paradigma com a Agenda 2030 e com a definição dos objetivos de desenvolvimento sustentável, o Pacto Ecológico Europeu também define a necessidade de se atingir uma neutralidade carbónica e fazer uma transição climática. E foi precisamente com este objetivo que o XIII Governo Regional dos Açores definiu no seu programa de governo esta temática - as alterações climáticas, o combate às alterações climáticas, como uma das suas missões e, por isso mesmo, criou também uma Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Na Região foi criado em 2019 o Programa Regional para as Alterações Climáticas que veio implementar a Estratégia Regional para as Alterações Climáticas criada em 2011 e desde janeiro de 2021, está também a ser implementado o Programa Life IP Climaz que tem por objetivo operacionalizar o Programa Regional para as Alterações Climáticas, permitindo investir ao longo de 10 anos cerca de 20 milhões de euros na Região.

Para além de muitos projetos da responsabilidade das várias tutelas governamentais, como a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, como a Agricultura e Desenvolvimento Rural, também o esforço das empresas públicas, como a EDA, a Secretaria-Geral do Ambiente e Alterações Climáticas, tem em curso, desde novembro de 2022, um projeto para criação do roteiro...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: ... para a neutralidade carbónica dos Açores, que será fundamental para fazer um diagnóstico da situação atual e também para que se possa criar métricas para definir as metas a atingir nesta matéria, para que possamos também a cumprir com os objetivos definidos a nível europeu, sobretudo com impacto ecológico europeu.

Estão também em curso outros projetos que são muito relevantes para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas e para adaptar a Região a esta realidade, como o projeto para a melhoria do estado de conservação de turfeiras e solos orgânicos, que são importantes sumidouros de carbono, como a criação de cartografia de risco para adaptação também às alterações climáticas, o sistema de alerta de cheias em bacias de risco da Região e, para além disso, como sabem, desde o ano passado que foi aprovado aqui neste Parlamento o regime jurídico-financeiro de apoio à emergência climática que, no fundo, tem por objetivo dar resposta às situações de perdas patrimoniais resultantes de fenómenos meteorológicos extremos. No âmbito deste regime jurídico financeiro, já foi possível dar resposta às situações que ocorreram nos Mosteiros e nas Feteiras e estamos agora também a terminar a análise em relação à intempérie que aconteceu nas Capelas na ilha de São Miguel.

Relativamente a esta iniciativa que agora temos em apreciação apesar da Lei de Bases do Clima se aplicar a todo o território português, incluindo as Regiões Autónomas, reconhecemos a pertinência da possibilidade de definir um regime geral da ação climática e, naturalmente, por isto tudo que acabei de referir, também concordamos com os objetivos gerais da política de ação climática, porque, aliás, estão alinhados com a política nacional e europeia. No entanto - e aproveito também para saudar os proponentes por trazerem a esta Casa um tema tão importante para a nossa Região – Sras. e Srs. Deputados, ao contrário do que aconteceu a nível nacional, em que a aprovação da Lei de Bases do Clima foi precedida pela criação do roteiro para a neutralidade carbónica que providenciou o diagnóstico e o suporte técnico para a definição das metas, com esta proposta, no fundo, pretende-se subverter essa lógica - uma espécie de começar a casa pelo telhado - aprovando um regime geral de ação climática, sem fundamentação técnica para o efeito.

Como referi há pouco, está em curso um roteiro para neutralidade carbónica dos Açores que ficará concluído no final do ano e é com base nos *outputs* desse roteiro que deverão ser obtidas as métricas para definir as metas para um regime geral da ação climática. Reparem que a grande maioria destas metas que aqui estão definidas, não tem por base qualquer suporte técnico, que leva em que, em muitos casos, sejam completamente exequíveis, quer do ponto de vista temporal, quer do ponto de vista técnico.

Sras. e Srs. Deputados, neste tipo de legislação, naturalmente é fundamental que possamos ser ambiciosos, mas também temos que ser realistas e temos que definir metas que sejam alcançáveis, que sejam concretizáveis.

Vejam, desde logo, e porque o que estamos a debater neste momento é a proposta que deu entrada nesta Casa e não as propostas de alteração, o Pacto Ecológico Europeu define a neutralidade carbónica até 2050. Portugal comprometeu-se com este objetivo, com a possibilidade de analisar até 2025 uma antecipação dessa meta para 2045. Nesta proposta, PS e PAN pretendem antecipar em 5 anos essa meta, ou seja, atingir a naturalidade carbónica em 2045, com possibilidade de reduzir até 2040. Ora, quando a meta nacional em 2050, isso representa já (é preciso também que tenhamos noção) um enorme desafio.

Qual é que seria o sentido de antecipar esta meta na Região?

Seria pura demagogia.

Trata-se duma proposta que não é razoável porque, desde logo, a nossa realidade arquipelágica, ultraperiférica e a dispersão das nossas ilhas, implica um conjunto de serviços de abastecimento, transporte, mobilidade que são geradores de emissões de gases com efeito de estufa.

Por outro lado, de acordo com os dados mais recentes que temos de 2020, as emissões líquidas de gases com efeito de estufa fixaram-se em 1,7 megatoneladas de CO₂, em 2020. Portanto, são 1,7 milhões de toneladas de CO₂ de distância da neutralidade carbónica. Na verdade, a par do ano de 2014, nós nunca estivemos tão afastados da neutralidade carbónica. E é efetivamente curioso que o Partido Socialista possa ter apresentado esta proposta, uma vez que o balanço dos gases com efeito de estufa ao longo dos 24 anos de governação socialista, tendencialmente foram sempre crescentes, sendo que em 96 o valor era de 0,9 megatoneladas e agora em 2020 é de 1,7 megatoneladas.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Srs. Deputados, é quase o dobro. Como podem ver, a trajetória é sempre crescente. Nós nunca estivemos tão afastados. Não é razoável que o Partido Socialista não tenha em quase um quarto de século preparado da Região para a neutralidade carbónica, que não tenha conseguido diminuir este balanço de emissões de gases com efeito de estufa e ao fim de 24 anos, depois de sair da governação, venha propor uma antecipação dessa meta. Não é razoável. E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, admitindo a bonomia e a boa intenção vertida

nestas propostas, parece-nos que o timing para a apresentação do regime geral da ação climática não é este.

Nós devemos aguardar pela conclusão do roteiro para a neutralidade carbónica e com base nos resultados desse roteiro, é que devemos definir as métricas e as metas que devemos colocar num regime destes.

Trata-se duma transição climática. É uma transição que deve ser acelerada tanto quanto possível, mas não deixa de ser uma transição e nós também devemos garantir que essa transição evite que nós impossibilitemos o desenvolvimento social e económico da nossa Região.

Apesar das propostas de alteração que foram apresentadas agora, o facto é que são muitos os exemplos de inexequibilidade das metas que foram apresentadas e eu dou alguns exemplos:

- Meta de produção a partir de fontes renováveis, 80% em 2035; a estratégia açoriana para a energia 20/30 define até 2030, 70%; de acordo com o Sr. Presidente do Conselho de Administração da EDA...

Deputado Berto Messias (PS): Qual deles? O novo ou o velho?

O Orador: ... não é possível atingir, porque simplesmente não existem neste momento soluções técnicas para esse efeito.

- *Política de transportes e mobilidade*, “proibir a aquisição por parte dos serviços da Região”, neste momento, de qualquer viatura ligeira movida a combustíveis fósseis, não é razoável. Neste momento não existem, por exemplo, *pickups* elétricas no mercado; e, portanto, os serviços agrícolas, florestais, ambientais, que têm que ter utilização deste tipo de viaturas, porque têm serviços em locais remotos que necessitam tração e de um conjunto de condições que não são asseguradas por veículos ligeiros normais.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Há dois anos também não havia e agora já há!

O Orador: - *Metas para a mobilidade*, 5% em 2025; entre 2015 e 2022, foram adquiridos cerca de 900 veículos elétricos na Região. É razoável pensar que em apenas 3 anos, nós possamos ultrapassar os 7000 elétricos na Região, de forma a cumprir com isto? Não é, até porque o mercado não tem capacidade de disponibilizar estas viaturas.

- *Eliminação integral até 2025 de subsídios, benefícios fiscais e despesas fiscais relativas ao uso de combustíveis fósseis*,

não há problema absolutamente nenhum de propor uma medida destas, mas nós temos que ser coerentes; esta medida teria um impacto desastroso nas empresas açorianas, porque afetaria o gasóleo agrícola, afetaria o gasóleo pescas, afetaria a dedução do IVA nos combustíveis e na aquisição de viaturas comerciais e mais: também não é coerente por parte do Partido Socialista que num mês possa apresentar esta proposta que propõe a eliminação destes subsídios e, no mês à

frente, possa definir um pacote de medidas urgentes do apoio ao gasóleo agrícola e ao gasóleo das pescas.

Deputado Vílson Gomes (PS): Isso é que não é coerente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é só porque o PS propõe a iniciativa, se fosse só o PAN isso não acontecia!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): A conclusão é sua!

O Orador: Repito, não há mal nenhum em fazer uma apresentação de medidas que pretendam ajudar as famílias num momento difícil, mas tem que haver coerência.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor sabe que é conjuntural, não sabe? Mas que recalçamento!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sr. Secretário, faça favor.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como dizia, não há problema absolutamente nenhum de apresentar um pacote de medidas para apoiar as famílias açorianas quando elas mais precisam. O problema está na coerência de num mês apresentar a eliminação de subsídios de apoio às famílias e às empresas e no outro mês for o seu reforço.

Depois, existe um conjunto de outras metas de cumprimento para os recursos hídricos, para a cartografia e para as florestas que não são exequíveis nos prazos que aqui estão definidos.

Termino Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados com a incongruência que também existe nas propostas que aqui são apresentadas.

Este é o risco de nós apresentarmos metas sem ter uma fundamentação técnica. Inicialmente...

Deputado Pedro Neves (PAN): Na República a decisão é política, veja as notícias hoje, a decisão é **política!**

Eu já lhe vou responder!

O Orador: Sr. Deputado, pode responder com certeza. Esta é a casa do debate. O problema, Sr. Deputado, é quando nós definimos metas de abastecimento ou de retenção de água em 2%, sem sabermos qual é a quantidade de água que é abastecida, sem sabermos quanto é que representa os 2% e pior, propor uma alteração para 1%, sem saber também quanto é que representa 1%.

Portanto, este é o risco de definir metas sem qualquer tipo de fundamentação técnica.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

Deputado Vílson Gomes (PS): Respira Marco!

(*) Deputado Marco Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a discutir uma proposta que tenta transpor para a Região a Lei de Bases do Clima. Nós consideramos que de forma errática.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já se sabe!

O Orador: Como muito bem explicou o Sr. Secretário, consideramos irresponsável impor metas, sem termos a noção real das condições e das métricas da nossa Região.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e João Bruto da Costa (PSD):

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Já foi aqui referido o Roteiro da Economia Circular que está a ser trabalhado, o Roteiro para a neutralidade carbónica, a questão do alerta das vertentes, a questão das turfeiras e muito do trabalho que está previsto no Plano e Orçamento para 2023 e que está a ser executado. E, portanto, nada há, consideramos nós, a apontar ao Governo Regional, nesta matéria, por tudo o que tem feito na área de ambiente e por aquilo que está a ser feito para termos medidas seguras no futuro.

Deputado Vílson Gomes (PS): Ninguém está a apontar nada!

Essa intervenção é irreal!

O Orador: E, portanto, Este é um documento irresponsável que não leva em conta a nossa dispersão geográfica...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: as nossas necessidades de transporte aéreo e marítimo, esses que são os grandes produtores de dióxido de carbono e que estão afetados, e a nossa principal atividade económica que é agropecuária. Por isso, consideramos que só depois de termos esses dados é que podem ser ponderadas medidas para mitigar as formas de financiamento para as corrigir e as medidas de convergência que obviamente todos nós queremos, mas sempre adaptadas à realidade das nossas ilhas. Ou seja, não é uma questão de obrigação o

cumprimento da lei nacional, é uma questão de convicção, porque nós temos convicção nestes princípios ambientais.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e João Bruto da Costa (PSD):

Muito bem! Muito bem!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem, não é só copiar.

O Orador: Depois, há uma questão de que também não abdicamos, não abdicamos da nossa autonomia legislativa.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ora bem!

O Orador: Como aqui já mencionámos esta semana, esta Assembleia, a nossa Região e todas as forças políticas têm dado um contributo importantíssimo nas questões ambientais e de ordenamento do território. E, portanto, se temos essa autonomia, e se a lei que está aqui a tentar ser decalcada, prevê no seu Artigo 14º que a Região tem autonomia para essas alterações legislativas, porquê estarmos de forma abrupta sem termos os dados a tentar antecipar?

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e João Bruto da Costa (PSD):

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E portanto, acho que podemos considerar de alguma forma irresponsável estarmos aqui perante um garrote, um espartilho espontâneo do momento que talvez seja de agenda política do PS em setembro de 2022.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este não é o timing, como bem fundamentou o Sr. Secretário. E em coerência com aquilo que está a ser feito, consideramos que este não é o momento.

Por outro lado, este é também o diploma que faz cair a máscara do PS sobre a questão do gasóleo agrícola.

Deputado Vílson Gomes (PS): Tu não leste as propostas de alteração! Isso é dificuldade de leitura, eu compreendo-te! Isso é incoerente, não é sério! E mais, não é verdade!

O Orador: Este é o diploma que quer antecipar numa Região tão dependente das questões da atividade económica principal, a eliminação dos benefícios fiscais e subsídios aos combustíveis fósseis.

Deputado Vílson Gomes (PS): Isso não é sério!

O Orador: De uma vez por todas, os senhores assumam que querem acabar com o gasóleo agrícola para a agricultura e as pescas.

Deputado Vílson Gomes (PS): Isso é falso!

O Orador: O Sr. Vílson diz que retirou esse artigo nas propostas de alteração. Mas se retirou, foi então porquê?!

Deputado Vílson Gomes (PS): Isso é falso!

O Orador: É falso?! Mas o senhor faz disso cartaz da sua apresentação, dizendo “eu já retirei”. Nós acusámos noutros debates aqui e o senhor agora retira, mas retira o quê?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Vílson Gomes (PS): Por dificuldade de leitura e interpretação sua!

O Orador: E, portanto, o senhor assuma que esta foi uma oportunidade sem argumento concreto...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Exatamente, nem mais!

Que isso fique bem frisado: 8 meses para acabar com o gasóleo agrícola!

O Orador: Os senhores fizeram campanha nas ruas desta Região com benefícios fiscais num dia. E mantiveram nesta Assembleia durante 8 meses uma proposta para eliminar o gasóleo agrícola e das pescas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, podemos analisar mais à frente alguns pontos desta proposta. E termino com a questão que já mencionei e que tem a ver com a própria Lei de Bases do Clima: nós não abdicamos da autonomia regional nesta área, sabemos todo o trabalho que tem sido realizado e que há de continuar a ser realizado, mas consideramos esta uma proposta irresponsável irrefletida e que mostra bem o ziguezaguear do PS nestas matérias.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Está em debate o Projeto de Decreto Legislativo Regional “Regime Geral da Ação Climática na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS e pela Representação Parlamentar do PAN.

É um diploma complexo que no entender do Grupo Parlamentar do PPE, tem algumas virtudes ao nível ecológico e de mitigação dos riscos das alterações climáticas. Não obstante, o mesmo enferma dum fundamentalismo pela descarbonização acelerada dos vários setores económicos açorianos, assim

como cria a impossibilidade de o Governo Regional continuar a apoiar a Região com medidas que sempre foram adotadas e que dão ferramentas para a progressão desses mesmos setores.

Em relação às virtudes, é de elementar justiça fazer uma referência a preocupação com o meio ambiente açoriano, que tem um valor incalculável e, como tal, deve ser preservado.

É fundamental que exista essa preservação e que de preferência a mesma funcione de braço dado com as vivências da população açoriana que não deixou delapidar o nosso riquíssimo património, salvo raras exceções que infelizmente fugiram à regra.

Concordamos com os objetivos gerais que preconizam os anseios de uma Região ambientalmente responsável e que quer ser ainda mais responsável, mas com conta peso e medida, como quem diz, com racionalidade e responsabilidade.

Concordamos com a implementação de uma política energética com a eficiência energética em edifícios públicos, com as políticas de transporte e mobilidade, entre outros articulados no diploma.

Deputado Vílson Gomes (PS): Demagogia pura!

O Orador: Mas como não há bela sem senão, este diploma tem alçapões perigosíssimos para a Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Tem diretrizes que não foram implementadas no passado e que agora visam castrar o futuro com políticas fundamentalistas e disruptivas. Dou como exemplo a alínea h) do Artigo 3º - “reabilitação urbana e renovação do parque imobiliário”, tendo por base a neutralidade dos materiais, a adaptação das respostas construtivas às alterações climáticas e a durabilidade do edificado, primando pela arquitetura passiva. E acrescento, o Artigo 5º relacionado com a eficiência energética em edifícios públicos”.

Deixo à câmara uma simples questão: durante os 24 anos de Governo socialista, onde é que estas premissas foram tidas em consideração?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Todos nós sabemos que o betão foi um dos melhores amigos da governação socialista, amigo esse que é um dos maiores poluidores do mundo, contribuindo com toneladas de CO2 emanadas para a atmosfera.

Quando é que existiram construções públicas, tendo por base a neutralidade dos materiais, primando pela arquitetura passiva?

Não o fizeram e podiam-no ter feito gradualmente.

Questiono: só agora é que é a altura de tornar tudo verde, tudo passivo, elétrico e sem emissões, dum dia para o outro?

Se na nossa casa não é assim, como gostaríamos, na administração pública também não o é. Leva o seu tempo e infelizmente já perdemos tempo demais

com a governação socialista em que nesse tempo tudo era rosa e o verde não era assim tão importante.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS- PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Em relação às políticas de transporte e mobilidade, neste Artigo 7º, no ponto 3 com o conteúdo “É proibida a aquisição por parte dos serviços dos órgãos de governo próprio, bem como pelas empresas do setor público empresarial, de novos veículos ligeiros movidos, ainda que parcialmente, a combustíveis fósseis”. Ficámos completamente perplexos com esta intenção.

O Partido Socialista que não renovou a frota do setor público empresarial regional, nem do próprio Governo e respetivas Secretarias...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

O Orador: O Partido que deixou todas estes setores com carros envelhecidos, desleixados em matéria de manutenção, praticamente sem condições de serem utilizados para o seu fim, em que quero dar um exemplo real e transversal por toda a Região que são os carros da Unidade de Saúde da ilha das Flores, em cujos enfermeiros ao domicílio usam carros com mais de 20 anos, que param por cansaço e por desgaste natural desse tempo de uso, sendo exemplo da falta de consideração por quem trabalha todos os dias em condições que se foram degradando ano após ano, chegando estes mesmos enfermeiros a usar o seu próprio veículo para não deixarem de completar a sua missão diária.

Agora o PS deseja que seja tudo elétrico, silencioso, que não polua a Região no presente, mas que mais tarde, aquando da reciclagem de todas essas baterias, seja um problema para resolver *à posteriori*.

Deputado Vílson Gomes (PS): Não se olha para o futuro, só para trás!

O Orador: Isto não é aceitável e é revelador da estratégia do maior partido da oposição: tirar todas as ferramentas a este Governo para que este não consiga fornecer o que a administração pública necessita, porquanto até um passado recente, onde foram deixados à sua sorte.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas existem mais alçapões neste diploma.

O fundamentalismo de acabar com os combustíveis fósseis está a ir longe demais. A última *pérola* desta iniciativa, não obstante uma proposta de alteração que elimine esse ponto, é a intenção dos proponentes em acabar com os subsídios, benefícios fiscais e despesas fiscais relativas ao uso de combustíveis fósseis. Querem complicar ainda mais o quotidiano das IPSS, dos agricultores e dos pescadores da Região...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... forçando os mesmos a adquirir apenas veículos elétricos ou outros equipamentos que não tenham emissões, mesmo que ainda não existam no mercado a preços competitivos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... nem o garante das manutenções periódicas exigíveis para a sua conservação no tempo. E isto já a partir de 2025.

A irresponsabilidade é perversa e o surrealismo não pode imperar numa Região mal consolidada, em que o tempo fez ruir algumas bases fundamentais, como a mobilidade de funcionários públicos para realizar o seu trabalho, descritas anteriormente.

Por tudo o que foi dito, de forma ponderada e responsável, o Grupo Parlamentar do PPM não pode acompanhar este diploma.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

Deputada Vera Pires (BE): Muito obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O diploma referente ao Regime Geral da Ação Climática, agora em debate, tem como primeiro mérito o de nos obrigar a refletir acerca não apenas da relevância como também da urgência de trabalharmos respostas para a crise climática que afeta o planeta. As alterações climáticas não são um embuste, mas uma realidade, reconhecida e investigada cientificamente e representam uma enorme ameaça ao desenvolvimento global.

São necessárias políticas públicas consistentes e robustas em matéria de definição e alcance de metas climáticas e carbónicas, a nível internacional, do País, mas também a nível regional, onde não podem deixar de ser adaptadas e consentâneas com a nossa realidade: 9 ilhas com diferentes características e recursos específicos, os Açores como região ultraperiférica.

Faz, por isso, todo o sentido a definição de uma estratégia política regional em linha com a Lei de Bases do Clima, de âmbito nacional, que permita a necessária transição climática, que se pretende justa e sustentável, dos pontos de vista social, ambiental e económico.

A proposta primeiramente apresentada ficava fragilizada, no entender do Bloco de Esquerda, pelo estabelecimento de prazos demasiado curtos, que tornariam algumas das metas de muito difícil cumprimento, outras mesmo inatingíveis.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Até o Bloco diz isso!

A Oradora: As alterações que, entretanto, os proponentes entregaram alargam esses prazos e permitem a sua exequibilidade. A proposta do Regime Geral da Ação Climática na Região vai também ao encontro da EAE 20/30, a Estratégia Açoriana para a Energia deste Governo Regional.

A concretização deste Regime deverá ser monitorizada e poderá eventualmente precisar de ver ajustados alguns aspetos à realidade específica de cada ilha. Será preciso definir objetivos sectoriais mais específicos e operacionalizar medidas de apoio, nomeadamente (mas não só) ao nível dos municípios. Será preciso um trabalho multifacetado e conjunto, um trabalho em rede que inclua os cidadãos, as escolas, as empresas, as autarquias, as Organizações não Governamentais do Ambiente, o Governo Regional.

O caminho faz-se caminhando. O Bloco de Esquerda acompanha, portanto, este caminho e esta proposta.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista que governou a Região até 2020 e o PAN apresentam-nos uma proposta que pretende estabelecer um regime geral da ação climática na Região Autónoma dos Açores.

Lendo a proposta e ouvindo as declarações dos representantes deste partido, podemos ter a tentação de julgar que são donos dos ideais, são donos dos princípios da ecologia, da preservação ambiental, do meio ambiente.

Deputado Vílson Gomes (PS): Isso é mau demais!

Deputado Gustavo Alves (PPM): É mau de mais, é!

O Orador: Não. Não são. Aliás, ontem já tivemos aqui um debate onde ficou perfeitamente esclarecido que a preservação do ambiente, a proteção do ambiente é um contínuo e não deve ser propriedade de alguém, de algum partido ou de alguma ideologia. Se assim fosse, então teríamos que reconhecer o papel fundamental do Partido Popular Monárquico que foi um dos primeiros partidos após o 25 de Abril, na nossa democracia, a trazer para a ação política concreta

princípios da ecologia.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Isso merece um aplauso!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, se estivéssemos no campo da paternidade, não estaríamos órfãos. Temos aqui os fiéis representantes desses princípios. mas não é assim. Todos os partidos...

Deputado Nuno Barata (IL): O CDS também se devia orgulhar disso!

O Orador: O Sr. Deputado Nuno Barata diz que o CDS também se devia orgulhar disso. O CDS orgulha-se, mas obviamente, V. Exa. sabe que eu sou uma pessoa modesta, portanto, não me atreveria a fazer um autoelogio nesta minha intervenção.

Deputado Nuno Barata (IL): Não era a si, era a mim!

O Orador: E deixaria a V. Exa. essa oportunidade.

Mas continuando o meu raciocínio, felizmente, estes princípios da proteção ambiental são princípios que todos os partidos partilham, uns mais numa vertente outros mais noutra e, portanto, mal estará o dia e a Região quando isto for propriedade de alguém.

Passando à proposta em concreto, vejo que o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o último Presidente do Governo eleito pelo Partido Socialista aqui na Região Autónoma dos Açores, é subscritor desta iniciativa. E uma das propostas é a descarbonização do sistema eletro-propulsor. Pois bem, nós temos na nossa Região uma ilha, a Graciosa, onde foi feito um investimento avultadíssimo, onde foi implementado um projeto pioneiro a nível mundial para testar exatamente a capacidade de se poder implementar aqui no caso, uma ilha verde, uma ilha que não dependesse de combustíveis fósseis e fosse uma ilha que se alimentasse exclusivamente de energias renováveis. Ora, a EDA, a empresa pública de eletricidade dos Açores, remeteu à Comissão um relatório onde explica muito bem o percurso desse projeto na ilha Graciosa. Foi um projeto que demorou 14 anos a implementar, de 2006 a 2020, quando começou a produzir. Em 2020, produziu energia suficiente durante 6 dias seguidos - apenas 6 dias seguidos - em que a Graciosa foi alimentada exclusivamente por energias renováveis. Em 2021, 7 dias seguidos. Significa isso que mesmo com este projeto pioneiro a nível mundial, onde a capacidade instalada quer de baterias, quer de produção de energias de fontes renováveis é o triplo da capacidade de consumo, significa isso que apenas durante uma semana foi possível alimentar uma ilha com energias exclusivamente renováveis.

Portanto, eu pergunto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, V. Exa considera – e dei apenas este exemplo - que as metas propostas aqui em todo este diploma, seja nas variadas situações, acha que são metas exequíveis?

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom dia a todos.

Obviamente que qualquer Deputado nesta Casa e qualquer açoriano que nos vê, tem uma preocupação com o clima e com o meio ambiente. É um facto que todos nós reconhecemos, enfim, uns mais outros menos, uns de uma forma, outros doutra. Não é isso que está aqui em discussão.

O que é que eu não gosto nesta luta? E eu gosto de levar as coisas a sério, acho que devemos ter seriedade e até há problemas que graças a Deus, nos Açores, não são tão visíveis e alguns não são simplesmente visíveis, mas há que ter seriedade. Mas que é que eu não gosto disso?

Não gosto, por exemplo, o que vi hoje de manhã na televisão, duas moças *amarelinhas* que fizeram greve de fome pelas alterações climáticas.

Deputado João Vasco Costa (PS): Greve de fome é aí com o Sr. Deputado Paulo Estêvão!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É demais!

O Orador: Isso é o quê?! Isso não é nada!

Isso melhora o quê?! Nada.

É os outros que vão para a porta da escola fazer uma manifestação pelas alterações climáticas, mas foram no carro do papá até à porta da escola. Isto não é nada!

Do que é que eu gosto?

(Apartes impercetíveis de alguns Deputados da bancada do PS e do Deputado Pedro Neves)

O Orador: Calma, povo! O clima ainda está bom!

O que é que eu gosto de ver? Gosto de ver os alunos a utilizar materiais e a reciclar, a dar o exemplo aos pais e a dizer: “olhe, com isto podemos fazer aquilo, podemos reutilizar”. Agora... greves de fome...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto é demais!

O Orador: Eu também me lembro duma greve de fome há uns tempos.

Não pode ser assim. Se queremos levar as coisas a sério não pode ser assim.

A minha profissão já diz que já se utilizam papéis reciclados, tintas eco solventes, tintas que não atingem o ambiente, são esses passos graduais, tal como aqui já foi dito, que temos que fazer.

Do que é que eu não gosto também quando se começa a falar do clima e das alterações ambientais? *Proibido e obrigado*. Ser obrigado ou ser proibido – não gosto, porque é atingir a liberdade.

Nós temos que começar a falar nas coisas gradualmente.

(Aparte inaudível do Deputado Pedro Neves)

O Orador: Proibir isto ou aquilo ... vamos obrigar as pessoas a ter carros elétricos que são caríssimos, não têm uma produção acessível e mais grave do que isso, toda a gente sabe(se não sabe, devia saber) que a extração do lítio é altamente poluente, tal como (também posso explicar a quem não sabe) para se ter papel reciclado branco, é altamente poluente, é muito mais nefasto ao ambiente branquear o papel com lixívias e com produtos para o transformar em papel branco, do que propriamente transformar a madeira em papel. É assim que é e é isto que temos que saber explicar às pessoas. Isto não invalida que tenhamos cuidado. Agora, não podemos obrigar um governo regional a adquirir tudo carros elétricos já (é já!), quando nem sequer temos, e como bem disse o Sr. Secretário, há certo tipo de viaturas que na nossa Região até são fundamentais, como é o caso das *picukups*.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Existe sim senhor! Não diga o contrário!

Deputado Pedro Neves (PAN): Existe sim!

O Orador: Oh pá não existe! Não digam que existe, porque não existe. Existem nos gabinetes do Partido Socialista. Não existem nas fábricas de automóveis! Nós temos que começar a falar sério nessas coisas! O que existe neste momento, são carros elétricos que têm uma autonomia ainda muito curta que na nossa terra não nos permite andar. Os carros híbridos, neste momento, ainda são uma boa opção, uma boa opção para acabarmos com gasóleo.

Nós não podemos mentir às pessoas a dizer que as coisas são brancas, quando elas não são brancas, simplesmente não são! Nós temos que ser sérios nisso e sendo sérios é que vamos conseguir fazer uma transição que eu até gostava que fosse mais rápida, é verdade que gostava, mas tem o tempo que tem. Nós não podemos continuar a querer obrigar.

A transição energética não vai ser por decreto, vai ser cultura, as pessoas vão ter que perceber. Ainda agora temos em S. Miguel graves problemas da separação de resíduos, apesar do esforço que tem sido feito no concelho onde eu moro, na Lagoa, onde a Câmara Municipal que é socialista, faz um esforço que não é de hoje, é de há muitos anos, um esforço sério de sensibilização e distribuição de

contentores, casa a casa, um trabalho que eu reconheço que é sério. Mas está a resultar? Não, não está a resultar ainda, há de resultar um dia.

Para terminar, queria só apontar um pequeno pormenor: como é que podemos falar de separação de lixo quando um pequeno contentor custa 30 euros? E um balde deste tamanho de plástico para acartar unhas custa 3 euros? De plástico!

Quer dizer, eu não percebo, mas há algo que está errado. Já diz o povo e com muita razão: *à custa do doente, como toda a gente*. E à custa deste tema, anda muita gente a comer. Esta é a realidade, quer queiram quer não queiram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para participar neste debate, porque há uma questão que foi aqui levantada e que parece importante esclarecer.

A primeira parte desse esclarecimento prende-se com uma questão de forma e com uma questão de procedimento.

É que houve diversos dos Srs. Deputados que tinham antecederam que pretendem inaugurar uma nova fase de discutir e debater diplomas nesta Casa. Que é, nós não discutimos as propostas que estão apresentadas para votação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Discutimos, discutimos.

O Orador: Nós discutimos e as propostas que foram apresentadas e que já mereceram propostas de alteração. E isso eu acho que é um mau caminho por 2 motivos e isso é um mau caminho por 2 motivos.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Boa tentativa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O seu passado pesa-lhe muito!

O Orador: Se me deixarem concluir, naturalmente.

O primeiro dos quais é porque todos os partidos que estão presentes nesta Casa já apresentaram propostas que depois alteraram, que voltaram a alterar e alteraram outra vez. E, portanto, é exatamente a mesma situação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O problema, Sr. Deputado, é que tenha assinado isto. V. Exa. que foi Presidente do Governo.

O Orador: Ó Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Em segundo lugar, porque isso até pode indiciar a fragilidade da argumentação, é que eles não se preocupam em rebater o que é que está em discussão e a última proposta que foi apresentada, mas prendem-se, sim, àquilo que foi apresentado antes.

A que é que eu me refiro em concreto?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Os senhores querem é esconder!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Os senhores querem é uma proposta reciclada!

O Orador: Mas se quiserem entrar nesse caminho, nós podemos entrar, não nesta proposta apenas, mas em todas.

O que está em causa e por que razão, é a questão do gasóleo agrícola, do gasóleo pescas e do gasóleo rodoviário

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o gasóleo social!

O Orador: E do social. Já agora, sobre essa matéria, eu gostava de dizer uma coisa, em nome do Partido Socialista e também como um dos subscritores desta proposta: os proponentes desta proposta - e o Sr. Deputado Pedro Neves dá-me autorização para falar nestes termos...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ao que isto chegou!

(Pausa)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Acha que me vai intimidar?!

O Orador: Os proponentes desta proposta não pretenderam nem pretendem acabar nem com o gasóleo agrícola, nem com o gasóleo, pescas, nem com o gasóleo rodoviário, nem com o combustível social.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Os senhores querem me dar licença para eu poder explicar? É que isto já está a ser um hábito, Sr. Presidente. E eu não sei se é uma tentativa de me calar ou não, mas de qualquer das formas, eu gostava de exercer...

Eu gostava de exercer o dever que me traz aqui e o cargo para o qual eu fui eleito. Tenho o direito de participar nos debates. Têm sido sucessivas as situações em que o peço a palavra e sou constantemente interrompido.

Sr. Presidente, eu gostava de apelar a V. Exa. que se não for pedir demasiado, zelasse também pelo direito que me assiste de poder falar nesta Casa.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Era o que faltava!

Quer um tratamento especial?!

O Orador: Dizia eu, Sras. e Srs. Deputados, que os proponentes não pretenderam, não pretendem nesta proposta, pôr termo ao gasóleo agrícola, ao gasóleo pescas, ao gasóleo rodoviário ou ao combustível social.

Apresentaram uma proposta inicial que se presta a essa interpretação, mesmo não sendo a sua intenção. E conscientes de que se prestava essa interpretação, não sendo a sua intenção, acabaram e propuseram a eliminação da proposta que poderia conduzir a que se pensasse que os proponentes querem acabar com o

gasóleo agrícola (ou quereriam), com o gasóleo pescas, com o gasóleo rodoviário ou com o combustível social.

Para que não restem dúvidas, não! Não é esta a intenção nem do Partido Socialista nem do PAN esta proposta.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Agora! E o PAN?

O Orador: Não é esta a intenção...

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e Governo: Agora! Agora!

O Orador: Isto assim torna-se difícil.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que reúnam as condições para que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro possa prosseguir a sua intervenção.

O Orador: Não é a intenção nem do Partido Socialista nem do PN nesta proposta, nesta proposta, acabar com qualquer um desses tipos de combustível. Por haver uma proposta inicial que se prestava a essa interpretação, tomámos a iniciativa de eliminar essa alínea do artigo. E, portanto, sobre essa matéria, espero ter dado um contributo para o esclarecimento da câmara. Resta a lição para mim (não é para mais ninguém!): é que a partir de agora, nós não discutimos as últimas propostas de qualquer partido; nós discutimos aquilo que são as versões iniciais.

Estamos prontos para este debate!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu entendo que todos nós neste Parlamento somos ambientalistas, porque basta dizer isso nas frases e, então, temos logo a *costela* bem fechada dentro, para suportar os nossos pulmões que nos dão a voz.

Também sei que há negacionistas as relativamente às alterações climáticas. É válido, é do ser humano, acontece. Também sei que há pessoas que acham que a Terra não é redonda e que é achatada. também consigo respeitar todas essas opiniões e independentemente daquilo que se passa com a ciência. Mas não basta dizer só algumas palavrinhas dentro duma frase, para se achar que à partida toda a gente defende o ambiente exatamente da mesma forma. Não é verdade!

Mais do que palavras, temos que ter ações. E se nós não tivermos ações, com autonomia que temos - por isso é que temos esta iniciativa legislativa, Sr. Deputado Marco Costa - e a iniciativa legislativa dá-nos essa autonomia, não é

apenas poesia, temos que ter iniciativas ou então, ficamos à espera de que o continente faça tudo por nós. Para umas coisas, nós queremos a autonomia, para outras aguardamos e ficamos sempre à espera de que a Assembleia da República faça por nós.

Sr. Secretário Regional do Ambiente – que às vezes não parece, mais parece o travão das alterações climáticas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: As metas para o Plano Nacional de Energia e Clima 20/30 - eu tenho que falar sempre mais alto e começo a levantar a voz, porque não me estão a deixar falar e ao contrário do Sr. Deputado Vasco Cordeiro que se silencia, eu começo a falar mais alto e depois chegamos a um ponto em que ninguém nos compreende. Mas dizia eu, a meta para o Plano Nacional de Energia e Clima não foi, nem nunca será, uma decisão de investigação relativamente às metas. Foi uma negociação entre partidos - peço imensa desculpa. E o PAN esteve dentro dessa negociação, e todas as metas foram negociadas e é uma decisão política que acontece em todos os países. Todos os países são ambiciosos relativamente às metas e seja ou não por conservadorismo, começam a limitar essas metas. É sempre uma decisão política, tanto para o bem quanto para o mal, Sr. Secretário. Mas tenho que lhe informar que o Sr. Ministro, Duarte Cordeiro, ao contrário do nosso Secretário Regional do Ambiente e das Alterações Climáticas, disse ontem em Matosinhos que nós vamos visitar a meta da neutralidade carbónica em 5 anos. É uma decisão política! Porquê?

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Com base em médias!

O Orador: Também devido à pressão da sociedade civil, é aquilo que acontece. Há uma pressão da sociedade civil e nós, obviamente temos que acomodar essa sociedade civil.

Não temos, Sr. Deputado Marco Costa, que acomodar aquilo que se faz mal para continuar a fazer aquilo que se faz...mal. Porque quando fala da agropecuária face às alterações climáticas, está-se a dizer que nós temos que acomodar aquilo que sempre fizemos mal e não queremos melhorar um pouco mais e quer continuar a fazer exatamente o mesmo e não termos uma Lei de Bases do Clima nos Açores, porque não podemos fazer.

Sr. Secretário, só uma coisa: o PAN nunca quis fazer uma lei do clima para os Açores, porque estava à espera do Governo. E o Governo nunca mais fazia. Não fazia nem o roteiro nem a lei dos climas.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): O roteiro está a ser feito por este Governo!

O Orador: E foi preciso o PS juntamente com o PAN fazerem uma iniciativa para termos metas, porque se o Governo não *dá corda aos sapatos*, os partidos também têm a competência para o fazer. E foi por causa disso que fizemos! Porque o Governo não quis fazer. Só depois de haver uma iniciativa é que o Sr. Secretário Alonso veio dizer que nós vamos ter o roteiro para a neutralidade carbónica até 2023.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Isso não é verdade!

O Orador: Só disse isso em novembro de 2022.

O senhor está a dizer exatamente como o Sr. Deputado Pedro Pinto que é do seu partido, que isto não é uma pertença – e nós não queremos que isto seja uma pertença...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O senhor é que se comporta como se fosse!

O Orador: ..., mas o CDS quer que seja uma pertença do Secretário Regional para fazer metas.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Errado!

O Orador: Essas metas estão aqui, podem ser discutidas, obviamente, e nós temos que, exatamente como o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal disse ontem, educar a nossa sociedade civil. E para isso nós precisamos metas mensuráveis e é isso que nós estamos aqui a fazer.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, muito rapidamente sobre esse artigo, nunca foi - e acredite que o PAN não queria o gásóleo agrícola – nem nunca teve sequer em cima da mesa essa questão, porque isto é uma proposta conjunta entre dois partidos e naturalmente o PS não queria acompanhar essa parte. Nunca houve essa ideia. O PAN tinha, obviamente, mas nunca foi essa a ideia que esteve presente na proposta, a sério.

Acredite, Sr. Deputado Paulo Estêvão, por mais que lhe possa custar, essa nunca foi a ideia dentro desta proposta para retirar. Essa não foi a mesma interpretação junto de todos os partidos, por isso é que nós retirámos, porque não foi a mesma interpretação dos partidos, quando nós começámos a ouvir os partidos ontem. E, por isso, é que foi retirado.

Obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, foi dito aqui que não é intenção do PAN e não é intenção do Partido Socialista acabar com o gásóleo agrícola, acabar com o gásóleo das pescas, acabar com o combustível para as IPSS - o combustível social - criado por esta

Coligação no último no último orçamento aprovado no final do ano passado, que está agora em vigor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado! Bem lembrado!

O Orador: Que é um benefício dado às IPSS, para que elas possam apoiar ainda mais e melhor, reduzindo-lhes os custos, todos os açorianos que necessitam do apoio das nossas instituições. E, portanto, vêm agora o PAN e O PS dizer que, afinal de contas, isto foi uma má interpretação que os outros partidos fizeram daquilo que os proponentes haviam escrito na proposta. E que por isso, na proposta de alteração retiraram essa alínea para que não haja dúvidas. Bom, Sr. Deputado Pedro Neves - uma vez que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro não se encontra na sala: se fosse um problema de interpretação eu, se fosse proponente, teria alterado a redação da alínea, não teria eliminado a alínea.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Agora se V. Exas. na proposta, querem acabar com os benefícios ao combustível e depois, alegando interpretações fantasiosas, tiram a redação e não colocam lá nada que explique verdadeiramente a vossa intenção, isso significa que os senhores estão neste Parlamento a tentar enganar alguém, mas a nós não nos enganam!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Neves:

Transição sim, demagogia não!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado! Bem lembrado!

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o que os seus colegas estão a fazer em relação ao gasóleo?!

O Orador: Todas as decisões naturalmente são políticas, mas consubstanciadas em fundamentação técnica, Sr. Deputado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não é fundamentação técnica!

O Orador: É do roteiro da neutralidade carbónica que foi aprovado em 2019 na República e o nosso está a ser produzido agora.

E, Sr. Deputado Pedro Neves, deixe-me dizer-lhe isto: eu sei que o senhor tem em boa conta o PAN - deve tê-lo, é normal que o faça – mas acreditar que o

Governo ficou à espera de que o PAN viesse em setembro ou outubro do ano passado propor isto para fazer um roteiro, é minimamente... enfim, irrazoável. Repare numa coisa: este roteiro está a ser desenvolvido no âmbito do REACT, EU, começou em novembro do ano passado, mas a candidatura estava preparada em janeiro de 2022, estava no Plano e Orçamento para 2022, foi preparado em 2021.

Portanto, o senhor acredita mesmo que nós ficámos a aguardar que apresentasse uma proposta?!

Não acredita – tenho a certeza absoluta!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O Governo Regional dos Açores está focado neste compromisso de combate às alterações climáticas.

Nós temos uma estratégia regional para as alterações climáticas aprovada em 2011.

Temos um programa regional para as alterações climáticas que infelizmente levou 5 anos a ser produzido pelo Partido Socialista, enquanto Governo, e que custou mais de 600 mil euros.

Temos o roteiro para a neutralidade carbónica em curso.

Temos a estratégia açoriana para a energia.

Temos planos setoriais nas diversas áreas de atuação.

Temos projetos relevantes como aqueles que descrevi há pouco.

O que é que o senhor acha, ou qual é a apreciação que o senhor faz para dizer que o Secretário do Ambiente às vezes parece “que não é das alterações climáticas”?!

Explique-me, Sr. Deputado! Quando nós temos estes instrumentos todos em curso, quando nós preparámos um pacote no âmbito do REACT, EU de 13 milhões de euros?

Não estamos focados nesse desiderato?! Estamos, Sr. Deputado!

Por outro lado, esta legislação, como já disse há pouco, não pode ser feita com demagogia. Tem que ser feita com fundamentação. Quando estiver concluído o roteiro para neutralidade carbónica, nós teremos as métricas necessárias para definir metas adequadas. Eu não duvido da boa intenção dos partidos que trouxeram esta proposta a esta Casa. Seguramente, todos os partidos aqui querem desenvolvimento ambientalmente sustentável. Agora, não pode ser incauta, não pode ser uma legislação despreparada. Não há necessidade disso, até porque a Lei de Bases do Clima se aplica ao território nacional. Nós podemos ter calma na preparação disso e fazê-lo como deve ser, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Vasco Cordeiro não está na sala, mas em todo o caso, eu não sei o que é que os proponentes queriam dizer com a *eliminação dos subsídios dos incentivos*, mas sei o que está escrito e o que está escrito eliminava a possibilidade de nós termos os apoios ao gasóleo agrícola e ao gasóleo pescas – disso tenho a certeza absoluta! Mais: é impossível cumprir algumas destas metas.

Falámos há pouco das viaturas a combustíveis fósseis, tenho que referir isto novamente: perguntem como é que estava o parque automóvel da Região, quando o Partido Socialista deixou a governação?!

Pergunte ao Sr. Secretário Regional da Agricultura, ao Sr. Secretário das Pescas ou à Sra. Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Eu sei como é que estava o parque do Ambiente.

Eu tenho perfeita noção dos investimentos que já tive que fazer para reparar progressivamente esse parque.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, não é possível vir aqui com demagogia dizer que a partir de amanhã nós não podemos comprar viaturas que por sinal nem existem no mercado!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Nós estamos à espera para adquirir...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Demagogia é isso e desinformação também!!

O Orador: Sra. Deputada Andreia Cardoso acalme-se!

Nós estamos à espera de adquirir nove *pickups* elétricas, no âmbito do Projeto LIVE IP CLIMAZ. Não há no mercado, pura e simplesmente!

Vamos terminar com esta possibilidade: sabe o que é que esta proposta fazia?! Paralisava a administração pública, incapacitava o Governo Regional e prejudicava o desenvolvimento social e económico da Região!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Demagogia é isso!!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho assistido com perplexidade a alguns dos argumentos que aqui têm sido aduzidos. Numa coisa eu concordo com o Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. Nós não podemos passar a vida a implementar metas que não podemos cumprir, quando ao mesmo tempo nos queixamos e acusamos o Governo de não cumprir metas que já são anteriores a estas e que não estamos a cumprir. E não estamos a cumprir, porque não conseguimos cumprir.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Mas o argumento que aqui hoje foi aduzido e que mais perplexidade me causou foi o da intenção.

Então no Partido Socialista tinha a intenção há 8 meses de eliminar benefícios fiscais. Isto é um argumento que vindo da bancada da maioria, até me confrange.

Isto quer dizer que no diploma que aprovámos há 2 dias sobre os professores, o Governo tinha a intenção de não cumprir com os professores. Isto quer dizer que sobre os diplomas que aprovámos ontem com médicos e enfermeiros, o Governo tinha a intenção de não cumprir com os médicos e enfermeiros.

Este argumento não é válido.

Como disse e bem o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, todos temos liberdade de apresentar propostas de alteração, todos temos liberdade de apresentar substituições integrais dos diplomas que apresentamos e é para isso que fazemos o debate na Comissão. É para isso que nós vamos à Comissão que nós deliberamos diligências, que ouvimos as pessoas e é para isso que a democracia parlamentar pluripartidária e aquela que nós especificamente temos neste momento, serve para melhorar os diplomas para melhorar os diplomas. E, portanto, eu não vou usar o argumento que o Partido Socialista e o PAN tinham intenção de terminar com o gasóleo agrícola e com o gasóleo pescas, se bem que sabemos todos nós - e o Sr. Deputado Pedro Neves já o assumiu - que a sua intenção seria acabar com esse tipo de benefício, porque ele próprio assume...

Deputado Pedro Neves (PAN): Estou é sozinho.

O Orador: ... que inclusivamente, a agricultura intensiva da forma como nós temos nos Açores, para ele, já devia ter acabado. É legítimo. É da agenda do PAN e é legítimo da parte dele defender isso.

Portanto, não vem aqui ao caso esse tipo de chicana política, porque nós todos temos na nossa atividade parlamentar casos dessa natureza e vamos ter num futuro próximo, portanto, não vale a pena utilizarmos esse tipo de argumento, porque provavelmente vai-nos cair na testa mais, tarde ou mais cedo.

Vamos ao que interessa do diploma.

O diploma é ambicioso, é verdade. Mas a ambição não tem que ser uma utopia. A ambição tem que ter uma racionalidade, porque aplicar metas que neste momento não são cumpridas, e o exemplo que o Sr. Secretário deu é apenas um dos exemplos. Neste momento, qualquer privado que queira adquirir uma viatura elétrica pode ter que esperar 2 anos para que essa viatura lhe seja entregue, isto é, faz a encomenda hoje e só daqui a 2 anos é que ela é entregue e a meta que nós estamos aqui, por exemplo, é de 1 ano e meio. Se o diploma entrar em vigor daqui a 1 mês, temos 1 ano e meio para cumprir uma meta que não vamos cumprir. E eu não me vou associar a um diploma que impõe metas para não cumprir esse diploma, porque é uma irresponsabilidade legislativa, cumprir e aprovar um diploma que não pode ser cumprido de hoje para amanhã. Mais: vou dar um outro exemplo. No transporte rodoviário coletivo de passageiros que é uma questão que preocupa todos os açorianos, especialmente o PAN, o Bloco de Esquerda e todos aqueles que defendem que a mobilidade coletiva contribui significativamente para a redução da emissão de gases com efeito de estufa que é uma realidade. Não é possível fazer essa transição, neste momento. E não é possível, porque a frota da Região Autónoma dos Açores é toda ela (ou 70% dela) constituída por autocarros que não são eletrificáveis. Neste momento, os autocarros elétricos que existem no mercado, que custam o dobro do que custam os convencionais, só existem autocarros elétricos urbanos, não existem autocarros elétricos semiurbanos. Ora, nos Açores, só há uma empresa que tem 30% de autocarros urbanos. Todas as outras só têm autocarros semiurbanos - mais uma meta que não se consegue atingir. E nós vamos fazer o quê? Nós vamos impedir essas empresas de modernizar as suas frotas, de tornar as suas frotas mais eficientes, mesmo com utilização de combustíveis fósseis? Não, não vamos fazer, porque como aqui foi debatido na sessão de perguntas sobre São Miguel, a frota dos autocarros da Região Autónoma dos Açores tem uma média de idade de 16 anos, há autocarros a circular com 20 e 25 anos. Neste momento, as empresas não libertam lucros, não libertam recursos para reinvestir nas frotas, estão todas amarradas, estão a prestar um serviço público de transporte coletivo de passageiros à sua conta, sem libertar lucros, não podendo reinvestir. E nós vamos fazer o quê? Vamos travar, vamos pôr mais

peso ainda em cima dessas empresas? Não, não temos essa legitimidade. Temos que ser responsáveis naquilo que estamos a aprovar. Temos que ser responsáveis nas metas que queremos atingir e, primeiro, temos que cumprir o que está por cumprir, para então, depois, termos a ambição de fazer mais e melhor para diante.

Eu estou com as alterações climáticas.

Eu estou com a agenda para as alterações climáticas.

Não é possível fazer o mapeamento que aqui está, no prazo que aqui está.

Dizer isto é não conhecer a realidade dos Açores, é não conhecer as nossas ilhas, é não conhecer as capacidades técnicas que nós temos neste momento para fazer isto.

Deputado Paulo Estevão (PPM): O ex-presidente do Governo não conhece? Ele conhece!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não estou preocupado com aquilo que uns conhecem e outros deixam de conhecer.

Eu conheço as ilhas dos Açores todas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Também eu!

O Orador: Eu conheço o corpo técnico da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas e sei bem que neste caso específico dos mapeamentos que estão aqui a ser exigidos, é impossível com a Secretaria do Ambiente, a Secretaria da Agricultura a ajudar, com a Secretaria da Educação a ajudar, com a Secretaria da Mobilidade, das Pescas, todos a ajudar, não é possível fazer isto no prazo que está aqui. E é só por isso.

Eu compreendo a agenda melhor do que ninguém, o Sr. Deputado Pedro Pinto falava dos pergaminhos do PPM nesta matéria, mas podia ter falado dos pergaminhos do CDS nesta matéria, porque o CDS, nesta matéria e noutra legislatura, trouxe estes assuntos a esta tribuna.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Ai que saudades...que saudades!

O Orador: E, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, nós não nos podemos associar a um diploma que é irrealista e que não tem em conta aquilo que são as especificidades da Região Autónoma dos Açores e as necessidades que a Região tem neste momento e nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo

É o que faz levarmos algum tempo às vezes a nos inscrever, quando peço para me inscrever logo a seguir ao Sr. Deputado Nuno Barata corro o risco de

acabarmos por dizer mais ou menos as mesmas coisas. Mas não é papaguear, Sr. Deputado, pode ter certeza disso.

Sras. e Srs. Deputados:

Este diploma que aqui traz o Partido Socialista e o PAN, gostava eu que fosse realista. Aquilo que vou dizer não é muito diferente daquilo que já foi dito nesta sala, desde as metas para a produção de energia elétrica, até à descarbonização dos transportes públicos e de mercadorias, passando pela proibição de compra de viaturas de combustão interna por parte da estrutura governativa, até às metas para o número de viaturas elétricas e sem recurso a combustíveis fósseis e para a sua disponibilidade na Região, tudo isso, infelizmente, são metas impossíveis de atingir, como já foi aqui dito.

Gostava eu que tudo o resto até fosse possível. Mas a verdade é que não é. E não sendo possível, eu também estou imbuído do mesmo espírito que aqui já foi referido, ou seja, se é impossível cumprir, então que não se prometa. Até porque boa parte dessas metas que estão aqui definidas, convenhamos, Sras. e Srs. Deputados, só são realizáveis com dinheiro. Dinheiro, Sr. Deputado Pedro Neves, que não há. Qual é a palavra, qual é a parte do *não há dinheiro* que o senhor ainda não percebeu?

Não há dinheiro nas famílias. As famílias estão com dificuldade em pôr o pão na mesa. Não há dinheiro para esses... requintes ecológicos, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): O senhor não estava aqui ontem?!

O Orador: Não há, Sr. Deputado!

Não há dinheiro para as empresas obedecerem a esses requisitos que o senhor atende para a descarbonização dos transportes. Tomara as empresas terem dinheiro para satisfazer os seus compromissos, como pagar a fornecedores e pagar a funcionários.

Sr. Deputado, não há dinheiro por parte do Governo para fazer face ao que está aqui imposto. Tomara que houvesse dinheiro para pagar fornecedores de bens e serviços. Não há dinheiro. Estamos numa Região pobre - tem que se encarar isso como óbvio! Se não há dinheiro, não há objetivos possíveis. Não podemos impor às famílias que deixem de pôr o pão na mesa aos filhos para eventualmente porem painéis fotovoltaicos nas suas casas. Nem podemos dizer ao Governo que tem que suprimir, por exemplo, as creches gratuitas ou o complemento regional de pensão e outros apoios sociais para apoiar as famílias a porem painéis fotovoltaicos. Quando não há dinheiro, tem que se suprimir aquilo que é menos necessário. E, neste momento, o que é mais necessário é o Estado pagar a quem deve, as empresas pagarem aos seus funcionários e aos seus fornecedores e as famílias porem o pão na mesa em cada uma das suas casas. Todo o resto, Sras. e Srs. Deputados, é superficial.

Objetivos, obviamente que temos, mas não é isso que define este documento. O que ele define é um grau de exigência inatingível – ponto!

Digo isto hoje e tenho o mesmo entendimento que já tive há três ou quatro plenários atrás, porque essas agendas que constam destes documentos, impõem limites às pessoas. A nossa sociedade está farta de imposições. Ainda há quatro ou cinco plenários atrás, foi aqui votado por larga maioria (com o meu voto contra) a imposição das famílias poderem ir nas suas viaturas à Lagoa de Fogo.

Deputado Vílson Gomes (PS): E aí não houve problema!

O Orador: Na altura houve quem pensasse diferente, se aquilo fosse do PAN ou do Partido Socialista se calhar eram contra, mas na altura todos votaram a favor, menos eu, em coerência com a posição que na altura assumi e que assumo agora: não quero mais imposições para gente pobre e para a nossa sociedade pobre.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro veio dar esclarecimentos sobre o diploma, mas tentou, digamos assim, questionar os esclarecimentos que queremos pedir-lhe sobre o diploma.

Eu digo-lhe que não aceito essa leitura. Acho que estamos a discutir um diploma e podemos ou temos a obrigação de questionar sobre aquilo que foi o debate até em Comissão, sobre as conclusões da Comissão, sobre o relatório emitido, sobre as posições assumidas, sobre os pareceres e sobre as várias propostas estiveram em cima da mesa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente! Muito bem!

O Orador: E, portanto, existe uma proposta que teve um determinado cronograma e nós vamos continuar a falar sobre este cronograma desta proposta.

Em setembro, antes da aprovação do Plano e Orçamento, os senhores subscrevem uma proposta que diz no Artigo 8º: “elimina os subsídios, benefícios fiscais e despesas fiscais relativas ao uso de combustíveis fósseis”.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O que é que isto quer dizer?

O Orador: Este é um facto que se mantém. E, portanto, que limita os benefícios fiscais à agricultura, pescas e área social, como já foi referido. Mantêm essa proposta e entrou depois em contradição com tudo o que foi a campanha pública dos apoios sociais também nesta área dos combustíveis, que foi editado em 7 de novembro.

Por outro lado, não é verdade que os senhores tiveram oportunidade de corrigir, porque a discussão agora é que ia acontecer, pois já aquando da discussão e

aprovação do Plano e Orçamento, esta questão foi aqui levantada por mim. E os senhores não explicaram nada dessa proposta.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Erradamente!

Leia a portaria!

O Orador: E, portanto, apetece até perguntar qual é o acordo, qual é a posição afinal sobre este assunto? Porque foram 8 meses (até ontem) que os senhores tiveram sempre esta proposta em cima da mesa.

Portanto, se há contradição e se há pouca sintonia de trabalho, isso é que não pode ser posto ao mau serviço dos açorianos.

Sendo assim, Sr. Deputado, já que entrou nesta discussão, gostaria de pedir mais dois esclarecimentos.

O PS apresentou uma proposta de alteração também relacionada com a Comissão de trabalho de acompanhamento das políticas climáticas no seio da Assembleia, é óbvio que era ilegal, e está documentado, porque o financiamento dela tem membros que não seriam eleitos nem técnicos, seria um custo não contemplado no seio da Assembleia...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Oh Sr. Deputado, nem isso é verdade! Tem a memória curta!

O Orador: ...e corrigiram para a constituição dum grupo (com a mesma constituição), mas financiado pelo orçamento da Região.

Eu peço-lhe explicações sobre para quê o Conselho Regional do Ambiente que o senhor criou e que tem emitido parecer sobre todos os documentos?

Depois uma questão muito particular da Região e que tem a ver com os municípios e com aqueles que são os agentes de distribuição e armazenamento de água, quando lhe impomos neste diploma uma percentagem para a existência de reservatórios.

Quais são os números que levam a esse dado?

Deputado Pedro Neves (PAN): A falta de água!

O Orador: Quais são os números que estão envolvidos, quando nos Açores até temos muitos reservatórios que são naturais.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há coisas que me dão vontade de rir, Sr. Deputado Marco Costa, quando pergunta onde é que se vai buscar esses dados?

Parece que você não viveu aqui nos últimos 6 anos, com seca extrema e seca severa em várias freguesias e concelhos. A gente pode dizer qual foi a quantidade de milhões de litros de água que faltaram em várias ilhas da Região Autónoma para você não estar a perguntar onde é que a gente se vai basear para dar esses factos.

Da mesma maneira como o Sr. Secretário, eu até consigo perceber o Sr. Deputado da IL dizer que é irrealista, essa é uma opinião e um argumento que cada um quer dar, mas o Sr. Secretário já é a terceira ou quarta vez que diz que é demagogia!

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): É com certeza!

O Orador: Apenas e só porque os seus dados é que são extremamente importantes e o resto é tudo demagogo!

Eu só espero que a informação que vai buscar para o seu roteiro, não seja exatamente a mesma informação que vai buscar para as *pickups*, porque eu posso-lhe dizer quais são os conselhos, tanto do continente português como do território espanhol, e até mesmo das Canárias, onde tem *pickups* com 600 cavalos com as quais você pode subir todas as canadas aqui dos Açores!

Eu posso-lhe dar os catálogos digitalmente - não lhe vou dar em papel, obviamente, porque eu não uso papel!

Quero também informar o Sr. Secretário Regional que no primeiro orçamento desta Legislatura, o PAN inseriu uma medida que obrigava o Governo, no âmbito das viaturas da (toda) administração pública, uma em cada duas viaturas, tinha que ser veículo elétrico.

Não se esqueça dessa medida do orçamento, quando se dá aqui argumentos, tanto por parte do Sr. Secretário, como de alguns dos Deputados de várias bancadas, a dizer que nós queremos é acabar e fechar completamente a administração; não, isso já está no orçamento, no primeiro orçamento deste Governo, foi inserido e não houve sequer nenhuma celeuma.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O Sr. Secretário acabou de responder a isso!

O Orador: Mas agora, como o PAN traz uma proposta com outro partido que é o PS, já faz muita confusão e queremos é *acabar com os Açores e fechar as portas!*

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Não é nada disso!

O Orador: O problema aqui então tem a ver com as cores políticas e não com o que supostamente nós sentimos ou deixamos de sentir relativamente à transição energética e às alterações climáticas!

Sr. Deputado Carlos Furtado, obviamente que tem que se meter dinheiro, exatamente como eu disse ali na tribuna, tem que se meter dinheiro. E o PRR também serviu para isso. E a União Europeia também está a ajudar nisso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Aliás, as Canárias foi muito esperta e agarrou logo no Plano *Juncker*, relativamente à transição energética, há muitos anos e muito antes do PRR.

O que é que os Açores fez? Fez muito pouco. E está a fazer muito pouco neste preciso momento, relativamente à nossa transição energética.

Temos que ser mais ambiciosos, Sr. Secretário. E não podemos estar a olhar apenas para o facto de sermos uma RUP, porque temos RUP's na União Europeia que nos mostram muito bem que por serem RUP não ficam para trás em relação à transição energética. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 45 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 06 minutos.

Presidente: Antes do nosso intervalo estava inscrita a Sra. Deputada Vera Pires, a quem dou a palavra.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tal como o Sr. Secretário do Ambiente elencou aqui, os Açores já dispõem de um conjunto alargado de instrumentos e já têm meios para compreender a situação e para avançar com opções políticas que é disso que estamos a falar. As métrica as métricas já estão no Plano Regional para as Alterações Climáticas. temos um Plano de Gestão dos Recursos Hídricos, temos uma estratégia açoriana para a energia definida, temos um Plano de Gestão de Riscos e Inundações. Portanto, temos uma quantidade de trabalho feito. O que é que nos falta?

Falta-nos aquilo a que este Governo nos tem habituado a deixar faltar, porque este Governo tem sido useiro e vezeiro em confundir deliberadamente a capacidade de definição de estratégias políticas com questões técnicas suscitadas.

Vemos isso todos os dias. Vimo-lo há bem pouco tempo nas intervenções da Sra. Secretária dos Transportes, que não está agora aqui, que colocou o aspeto

técnico da bilhética à frente e como obstáculo à definição pelo Governo da política do transporte e mobilidade sustentável.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade! Essa é uma interpretação errada.

A Oradora: É verdade, foi isto que se passou em Comissão.

Foi isto que se passou nesta Casa.

Este Governo escudando-se na omnipresente necessidade de estudos não age.

Este Governo, e qualquer governo, tem obrigação de definir opções e prioridades políticas.

Há aqueles que negam a emergência climática. Há quem reconheça, mas fique sentado aguardar.

Há aqueles que consideram que estamos neste momento a discutir *requintes ecológicos*.

Há aqueles que na altura em que o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta para a Lei de Bases do Clima na Assembleia da República, se ausentaram da sala durante o período da votação.

Há, portanto, muitas maneiras de ver e de atuar ou não atuar em relação à emergência climática. E estamos (penso que estamos todos), eu estou garantidamente e o Bloco de Esquerda está, completamente de acordo com o Sr. Deputado Pedro Pinto quando nos diz que não há donos do clima, não há donos das medidas, não há donos da defesa do clima. Mas há perspetivas diferentes e há atuações diferentes que podem conduzir a resultados diferentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas olhe que parece!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas olhe que eu disse isso!

A Oradora: E se é verdade que nós não somos (nenhum de nós) donos destas coisas, também é verdade que nenhum de nós é dono do Planeta e não temos outro, para fazer as malas deste...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não há planeta B!

Deputado José Ávila (PS): É isso mesmo!

A Oradora: ... exatamente, não temos forma de fazer as malas deste e irmos estragar o próximo e o outro e o próximo. E, portanto, é mais que tempo de definir essas prioridades, essas opções políticas E pormo-nos ao caminho. E é preciso perceber que temos efetivamente que gastar dinheiro e que é importante e que é bom gastar esse dinheiro, se queremos garantir um futuro para as gerações futuras.

Já temos, portanto, um conjunto de trabalho feito. É preciso dar continuidade a esse trabalho e consolidar esse trabalho. E é interessante verificar como, da parte dos partidos que suportam o Governo, não foi apresentada uma única proposta de alteração, uma tentativa de melhorar do seu ponto de vista esta proposta que está a ser apresentada. E, por isso, pegando e lembrando naquele

discurso do Sr. Deputado Paulo Estêvão, ainda ontem ou anteontem, da *mordaca* a que estivemos todos sujeitos e da *liberdade* que agora existe e lembrando também que ainda ontem, a propósito do diploma que tanta celeuma deu aqui dos enfermeiros, os partidos que suportam a Coligação conseguiram rejeitar uma alínea e aprovar em sua substituição uma outra alínea, que por acaso não era outra, era sim exatamente o mesmo texto, isso basta para ver que não estamos a falar de uma questão de *mordaca*, estamos a falar, como eu dizia ontem, numa questão que é intolerância às oposições que é bem mais difícil gerir do que a intolerância à lactose, por exemplo.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): 70% das propostas do Bloco foram aprovadas!

Deputado Carlos Freitas (PSD): E ainda tem razão de queixa!

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uso da palavra uma vez mais, porque o que caracteriza este debate é a demagogia, sobretudo, aquilo que são as declarações da bancada da Coligação em relação a esta matéria. E eu não poderia deixar de intervir e de fazer uma tentativa para esclarecer aqui algumas leituras erradas por parte do Sr. Deputado Marco Costa, começando desde logo, por falar da primeira situação quando o senhor diz que está preocupado com o financiamento da Comissão que nós criámos neste diploma.

Deputado Marco Costa (PSD): Eu não estou preocupado, estou é em desacordo!

O Orador: Ou seja, a Comissão de Acompanhamento das Políticas de Ação Climática, bem como com a nota técnica dos serviços da Assembleia Regional que indica que há uma incongruência no que diz respeito ao financiamento. Mas o Sr. Deputado esquece-se votou no plenário em abril passado, o Conselho para o estado das potencialidades geopolíticas e geoestratégicas dos Açores, em que o Artigo 9º diz mesmo que é financiada pela Assembleia Regional em relação a este diploma. E, portanto, eu não percebo qual é a incongruência, qual é a dúvida e preocupação que persiste em relação ao financiamento.

Deputado Marco Costa (PSD): Veja a nota técnica da Assembleia!

O Orador: Mas também não compreendo a insistência a insistência desta câmara em relação às metas propostas neste diploma.

Esquecem que o roteiro não é nada mais nada menos do que um mero plano para a ação...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: mas a adaptação é a componente mais relevante da ação climática nos Açores.

Nós estamos aqui a propor e a discutir metas que estão, digamos, estudadas naqueles instrumentos que a Região tem ao seu dispor. Ninguém está aqui a falar de metas que são inconcebíveis ou incoerentes com aquilo que são as características e especificidades da Região, mas sim, estamos a falar daquilo que é a ambição consciente e responsável dos instrumentos que a nossa Região tem ao seu dispor. Daí que nós não estejamos a discordar de qualquer situação que este diploma possa ter sobre a matéria em causa. É mais fácil dizer que as metas são inconcebíveis, mas ninguém me diz quais são as metas que o Sr. Secretário...

Deputado Marco Costa (PSD): O senhor é que é o proponente! O senhor é que tem que fundamentar!

O Orador: ... o Governo e as restantes bancadas parlamentares que apoiam nem em que estudo se baseiam para apontar essas metas.

Deputado Marco Costa (PSD): Mas o Senhor Secretário já disse!

O Orador: Por isso, eu não compreendo qual é a diferença, pois nós propomos metas que estão consentâneas com os instrumentos que a Região, mas não compreendemos em que se baseiam as vossas metas que foram programadas e referidas várias vezes.

Digamos que até o Deputado da Iniciativa Liberal se mostrou preocupado com as metas em relação ao parque rodoviário e outras tantas, mas também não soube dizer em que se baseia a sua preocupação. Baseia-se no *olhómetro* que o Sr. Deputado tem em relação a esta matéria, esquecendo-se que em janeiro deste ano trouxe aqui e fez aprovar um Projeto de Resolução que diz que o caminho para a Lagoa do Fogo tem que ser feito exclusivamente com viaturas elétricas.

Deputado Nuno Barata (IL): Preferencialmente!

O senhor é intelectualmente desonesto!

O Orador: É essa incoerência e essa demagogia que não é correto. E é lamentável que as bancadas que suportam o Governo e os restantes Deputados tenham essa postura sobre esta matéria.

Para concluir e também para não me alongar muito na minha intervenção, para já, eu queria perguntar ao Governo Regional qual é meta que se baseou quando fez intervenção em novembro de 2022 sobre a criação do roteiro para a neutralidade carbónica?

É dito lá que há uma meta que não tem problemas nenhuns que a partir daí a Região conseguia cumprir as metas nacionais que foram votadas.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

O senhor sabe o que é um roteiro?

O Orador: e agora nós colocámos neste diploma metas semelhantes, aliás, igual até no que diz respeito à naturalidade climática (2050) e parece que é uma meta impossível de cumprir. Mas o Governo Regional quando lançou o roteiro para a neutralidade carbónica, não se opôs a qualquer situação deste género. E, por isso, eu queria perceber em que medida é que o Governo Regional se baseia para dizer que antes era possível e hoje já não é possível?

Obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa neste momento não tem mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vílson Gomes, começo por si. O senhor sabe o que é um roteiro da neutralidade carbónica?

Tem ideia do que é que se pretende com um roteiro?

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Eu falei em metas.

O Orador: Mas quais metas?

O roteiro não definiu metas nenhuma.

O roteiro vai precisamente fazer um diagnóstico e avaliar as trajetórias possíveis, congregando todos estes instrumentos que já existem, para depois ter métricas para podermos definir as metas.

Deputado Marco Costa (PSD): Ora bem!

O Orador: Eu acho que fui claro e consegui explicar-lhe.

Sei bem que o senhor tem que defender a proposta que apresentou, isso é legítimo, é normal, mas não me pode vir perguntar quais são as metas que estão no roteiro quando ele vai definir metas. Parece-me lógico.

Deputado Marco Costa (PSD): Ora bem! É a base de tudo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Vílson Gomes (PS): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Sr. Deputado Pedro Neves, é demagogia sim, porque nós quando impomos metas que à partida sabemos que não podem ser cumpridas, naturalmente isso é pura demagogia, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Neves (PAN): Eu vou-lhe dar o dicionário para ver o que é o significado de *demagogia!*

O Orador: É um facto.

Se nós sabemos que não vamos cumprir uma meta e estamos a colocá-la, isso é demagogia. Julgo que também é fácil de compreender.

Agora, obrigar os açorianos a fazer um trajeto de forma concentrada, que não foi feito num quarto de século, isso é que nós não podemos fazer. Isto é uma transição que deve ser acelerada, mas que não prejudique o desenvolvimento social e económico dos açorianos. Esta é que é a grande questão.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem! Grande lição!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E para terminar, Sr. Deputado Pedro Neves, o Governo Regional dos Açores fez muito pouco em transição Energética?!

Ó Sr. Deputado:

CLIMAZ – 20 milhões de euros;

SOLENERGE – 19 milhões de euros;

Geotermia – 57 milhões de euros;

Sistema de armazenamento de baterias – 100 milhões.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Solenerge? Como?!

Deputado Pedro Neves (PAN): Quer ir por aí?! Quer ir pela taxa de execução do Solenerge?!

O Orador: Srs. Deputados, o Governo está a fazer, dentro da sua capacidade tudo o que pode ser feito para acelerar a transição energética e vamos continuar a fazer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Estamos focados neste desiderato e os açorianos podem continuar a contar connosco para esse efeito.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor pôs o pé a fundo no travão!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata creio que para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Faço esta interpelação à Mesa, no sentido de ser distribuída à câmara, o Projeto de Resolução que foi aprovado nesta Casa, apresentado pela Iniciativa Liberal e que recebeu voto favorável do Partido Socialista, relativamente ao acesso à Lagoa do Fogo, onde no seu ponto 4 não diz que tem que ser obrigatoriamente viaturas elétricas, mas sim as viaturas utilizadas no serviço a que se refere o ponto resolutivo anterior serão **preferencialmente** elétricas. Este “preferencialmente” está aqui, precisamente por não haver ainda no mercado viaturas elétricas.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. assim faremos. Assim faremos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

(*) **Deputado Vílson Gomes (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não queria trazer a este debate um pouco daquilo que foi trazido desde o início da apresentação da iniciativa, já lá vão duas horas, nomeadamente quando falei sobre o roteiro da neutralidade carbónica em que disse que o Governo Regional falou, pela voz do Sr. Secretário, que era possível cumprir com aquelas metas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Não é nada disso!

O Orador: Eu não disse em que metas é que se baseou.

Disse que era possível cumprir com as metas. Foi isso que eu disse. Eu não disse que o Governo Regional tinha proposto metas. E é esta a questão que acho importante clarificar, porque em novembro de 2022 era possível cumprir com as metas e nós apontámos as metas em relação à neutralidade carbónica como sendo as mesmas das nacionais.

Portanto, há aqui alguma situação que é, digamos, impossível e incoerente de concretizar e, por isso, não deixarei de relevar esta situação.

Há um outro aspeto que gostaria também de trazer a esta discussão. É que ninguém está contra aliás, não colide com aquilo que é o roteiro e o regime geral que está a ser votado. Aliás, o regime geral que está a ser votado é um complemento à Lei de Bases do Clima de 2021 que foi aprovada para que a Região possa também ter um regime próprio de atuação, no que diz respeito a esta matéria.

E é este o diploma que está aqui em causa. Não queremos de certa forma obstruir ou destruir qualquer situação que o Governo esteja neste momento a construir que é o roteiro da neutralidade carbónica que vai, em princípio em

2023, ser elaborado. Mas também não posso deixar de relevar que em 2021, na visita estatutária do Governo Regional à ilha das Flores, o Sr. Presidente do Governo disse que “a Região estava a trabalhar afincadamente num roteiro da neutralidade carbónica que seria lançado em breve”, ou seja, dois anos depois será lançado esse roteiro.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): Lançada a construção!

O Orador: E nós perante esta situação, propomos também transpor aquilo que está a acontecer não só a nível nacional, internacional e até ao nível da nossa União Europeia, para a Região poder acelerar e assumir de uma vez por todas as metas, que são metas políticas e não são desproporcionais aos instrumentos que a Região tem para concretizar.

Deputado Marco Costa (*PSD*): Mas as metas tem que ser definidas através do roteiro!

O Orador: Ou seja, não estamos aqui a propor mais do que aquilo que a Região pode concretizar no momento exato, aliás, estamos a ser ambiciosos naquilo que são as metas a ser concretizadas.

Por isso, não compreendo qual é a celeuma, qual é o problema aqui em causa em relação a esta matéria, quando é dito que a questão das metas é completamente irrealista face à realidade dos Açores.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): E são!

O Orador: Esperamos para ver os resultados do roteiro da neutralidade carbónica, quais serão as metas – que até podem ser alteradas quando convém ...

Deputado Marco Costa (*PS*): Não são alteradas!

O Orador: ... e esperamos que esse roteiro até possa coincidir com aquilo que está escrito e plasmado neste diploma.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Possa... ou não!

O Orador: O Sr. Deputado Joaquim Machado sempre que eu falo fica um pouco excitado, mas eu não quero incomodar o Deputado. Agradeço só que me deixe terminar.

Deputado Gustavo Alves (*PPM*): Atenção à discriminação de género.

Deputada Sabrina Furtado (*PSD*): Isso já é um trauma.

O Orador: Sr. Presidente... eu só queria concluir...

Presidente: Faça o favor de concluir.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Concluindo, esperemos que este roteiro possa coincidir com aquilo que nós estamos a propor. E se assim for, agradeço que voltemos a discutir estas propostas, porque assim é que será a centralidade do Parlamento, no sentido de

que possamos discutir um regime que possa ser um aliado e um complemento necessário para o combate às alterações climáticas na Região.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vílson Gomes:

Eu não queria eternizar esta discussão, porque acho que já não interessa absolutamente nada aos açorianos. Mas é importante que o senhor perceba uma coisa: o senhor diz que com esta proposta não se quer obstaculizar à realização dos instrumentos que o Governo está a preparar. Este regime deve assentar nos resultados do roteiro. Foi assim a nível nacional e deve ser assim aqui, porque é lógico e racional - e só por isso.

O que o senhor está a falar da meta de 2050 que agora voltaram a pôr 2050, isso é emendar a mão e ainda bem que o fez, porque não é razoável antecipar essa meta.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Como é que o senhor sabe se ainda não tem aprovado o roteiro?!

O Orador: Não é razoável, porque não o é para a Europa, não o é para o País. Foram os compromissos assumidos, Sra. Deputada. É só por isso.

Pois, Sr. Deputado, o senhor emendou a mão e bem. Colocou a meta que foi aquela que o País definiu e que nós também devemos, no mínimo, cumprir.

A transição não é feita por decreto. A transição é feita, definindo estratégias e metas de acordo com a fundamentação técnica. O papel aceita tudo. Nós até podemos pôr isto no papel, mas sabemos que não vamos cumprir. Isso serve de quê?

Aguardemos pelas conclusões do roteiro e digo-lhe mais: o Governo Regional conta com o aporte de todos os grupos e representações parlamentares para melhorar os documentos. Portanto, não esperaria outra coisa do Partido Socialista senão trazer propostas que possam melhorar os documentos apresentados pelo Governo.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS):Então fale sobre elas!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Uma verdadeira lição!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 67/XII** – “Regime Geral da Ação Climática na Região Autónoma dos Açores”.

Vamos começar por votar na generalidade.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 67/XII** foi rejeitado com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do IL e 1 do Deputado Independente e com 25 votos a favor do PS, 2 Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

(*) **Deputado Vílson Gomes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Notou-se as divergências em relação às alterações climáticas e ao nosso apreço em relação a esta matéria. As divergências foram claras, sendo que a maioria votou contra este diploma, porque percebemos que as preocupações são outras, ou seja, em vez de lutarmos todos para convergir naquilo que é uma preocupação à escala global, estamos a divergir na Região Autónoma dos Açores.

Em vez de olharmos com o foco de que este diploma podia ser contributo necessário para o Governo continuar a trabalhar no combate às alterações climáticas, vemos uma vez mais que há aqui um *favor* para o Governo Regional não aceitar aquilo que são as metas que este Parlamento podia, e muito bem, com base em pareceres técnicos, e também em ouvir em sede de Comissão, porque este também foi um diploma trabalhado em Comissão durante largos meses, não houve nada que não fosse discutido em sede de Comissão, nem houve nenhuma proposta de alteração da parte de todos aqueles que criticaram este diploma, mas que não souberam apresentar alternativas, só trouxeram aqui a esta Casa várias críticas. Por aqui, nota-se bem a importância e a atitude que têm perante esta matéria.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso é demagogia!

O Orador: Não venham agora dizer que são todos ambientalistas, que estão todos preocupados com o clima.

A verdade esteve e está espelhada na votação que agora tivemos. E nós vimos bem que se tanta crítica existiu e tanto problema existiu, o porquê de não terem apresentado qualquer proposta que melhorasse o diploma e que correspondesse também àquelas que são as vossas preocupações.

Eu não compreendo, não há pareceres técnicos – no pensamento de quem votou contra - em relação ao diploma, mas há pareceres técnicos em relação àquelas que são as metas suscetíveis de serem aplicadas na Região. Não conhecemos as metas, não conhecemos em que se baseiam as metas de quem votou contra. Mas aqui notou-se bem a diferença entre quem está aqui com vontade de melhorar e de contribuir e quer ver a Região melhor no presente e no futuro em relação a esta matéria.

Portanto, não posso deixar de salientar a demagogia que se gerou à volta de vários aspetos, desde logo a eliminação e as propostas de alteração que trouxemos a esta Casa, é de estranhar que nem tiveram o cuidado de compreender e de perceber os motivos que estiveram na base dessas propostas de alteração.

Qual foi o vosso objetivo?

Praticamente foi falar da proposta original e esquecer completamente aquelas que foram as propostas de alteração. E isto é realmente preocupante para aquilo que nós queremos num regime democrático, isto é, queremos um regime que também contribua para o melhoramento das políticas na nossa Região.

Sobretudo, termino Sr. Presidente, dizendo também que as políticas climáticas são feitas com todos e por todos. E nós não estamos a ver que haja aqui um consenso em relação a esta matéria, não há.

Vimos que houve várias abordagens completamente desfasadas da realidade. E um diploma que tentou ir ao encontro das preocupações da Região e das diretrizes União Europeia e nacionais, recebeu um chumbo claro da maioria que nem soube justificar e argumentar com seriedade e honestidade o porquê do seu sentido de voto.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras.e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser bastante rápido, porque eu não costumo fazer declarações de voto, mas acho que depois de ver esta votação, assim o exige.

Urgia termos um regime geral sobre a ação climática na Região Autónoma dos Açores, por isso é que este diploma foi feito por dois partidos nesta Assembleia, para que também numa forma plural verificassem que essa emergência estivesse dentro da nossa Região. Não aconteceu, por isso nós conseguimos ver que ao Governo e a todos os partidos que o suportam, não lhes interessa mesmo a emergência climática, não estão interessados nisso.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Da parte do CHEGA a nossa votação vai ao encontro daquilo que nós defendemos, não alinhamos em fundamentalismos ambientais importados de um canto qualquer do mundo. Nós alinhamos, sim, na proteção do ambiente e na coexistência entre seres humanos e o ambiente em perfeito equilíbrio.

As alterações climáticas que possam ser uma realidade, nós não as vamos negar, mas não vamos entrar nesta demanda quando as pessoas à nossa volta têm prioridades muito mais urgentes.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

É agora a vez de fazer uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto da mesma natureza e com a mesma latitude do que aquela que foi realizada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, permitirá V. Exa.

Esta proposta tinha, desde logo, um pecado original. E nós sabemos que o batismo foi instituído exatamente por causa do pecado original.

A questão é esta:

Nós tínhamos aqui uma proposta do PAN e do Partido Socialista, cuja data é, se não me engano, 9 de setembro de 2022, assinada pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro e pelo Sr. Deputado Pedro Neves.

Já vimos que em relação ao Sr. Deputado Pedro Neves, a proposta que estava a fazer é coerente com aquele que é o programa do seu partido. Mas todos nós, e eu perguntei-me, e todos os agricultores, as pessoas que trabalham nas santas-casas da misericórdia, os pescadores, toda a sociedade açoriana se perguntou, se questionou por que razão alguém que conhece tão bem a nossa Região como o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, assinou uma proposta destas?!

O Sr. Deputado Nuno Barata dizia “bom, quem fez isto não conhece a Região”. Não, Sr. Deputado Nuno Barata, o pior é que conhece a Região e conhece-a muito bem, depois de tantas décadas de atividade política.

Eu vou ler a proposta, para que todos os açorianos a possam escutar. E a proposta é esta:

“Até ao fim do ano 2025, o Governo Regional elimina os subsídios, benefícios fiscais e despesas fiscais relativas” ao quê? Ao “uso de combustíveis fósseis”

Evidentemente que todos nos perguntamos, mas como é que alguém com responsabilidade política de tantos anos em relação ao povo dos Açores, assina uma coisa destas?! Como é que é possível?! - esta é a questão que eu me coloquei e que muitos açorianos se colocaram, porque não há outra interpretação possível. O que se estava a dizer aqui - e não há outra interpretação possível - é que em relação aos benefícios para o gasóleo agrícola, aos benefícios para os auxílios aos pescadores, aos benefícios para as santas-casas da misericórdia, etc etc. que esses benefícios terminariam em 2025.

Só isto, demonstra o fundamentalismo desta proposta.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não apoiado!

O Orador: O fundamentalismo desta proposta, a destruição económica que se pretendia atingir. E eu que pertenço a um partido que é fundador da defesa da ecologia em Portugal...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: que é o PPM com o Gonçalo Ribeiro Teles que nos ensinou a todos muito sobre a defesa do ambiente, quando ainda ninguém em Portugal o defendia.

O que o Gonçalo Ribeiro Teles nos dizia, é que para se promoverem propostas nesta área, porque como sabem, Gonçalo Ribeiro Telles é o criador, por exemplo, da reserva agrícola que foi fundamental...

Deputado José Contente (PS): Mas o senhor era do CDS nessa altura!

O Orador: ...ou seja, o que Gonçalo Ribeiro Teles sempre defendeu é que as propostas e a defesa do ambiente é feita ao lado das comunidades, permitindo-lhes a sua sobrevivência - essa é uma questão fundamental - do ponto de vista económico e com o apoio das comunidades. É assim que se fazem as reformas, não são as reformas que são feitas por políticos que sabem que terão consequências devastadoras nas sociais locais e na economia local, que as vão impor à sociedade, porque assim não vamos conseguir a adesão da sociedade às propostas na área da defesa do ambiente. O ambiente defende-se com a participação das comunidades. E a vossa proposta era uma proposta feita por uma superestrutura política que queria impor uma proposta absolutamente devastadora às comunidades do ponto de vista económico. E é por isso que o PPM não pode acompanhar estas propostas fundamentalistas extremistas. Nós somos a favor do ambiente, mas ao lado das comunidades, ao lado e com o apoio das comunidades. E é assim que nós vamos lá.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sr. Presidente.

Graças às medidas que o Governo Regional está a implementar, nunca na última década se avançou tanto como nestes dois anos e meio, graças à visão reformista deste Governo Regional na área do ambiente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, considerando a advertência a que eu fui sujeita, pela minha inexperiência, numa declaração de voto que proferi ontem, eu gostaria de perceber – e isto é sinceramente, por desconhecimento do conjunto de regras - em que é que esta declaração de voto do Sr. Deputado Paulo Estêvão, pergunto eu, se não incorreu nos mesmos erros do que a minha incorreu...

Deputado Berto Messias (PS): Claramente!

A Oradora: ... quando diz “o Sr. Deputado Nuno Barata disse”, “o Sr. Deputado Vasco Cordeiro assinou”?

Portanto, parece-me que se foi...

(Apartes inaudíveis vindos de alguns Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Deixem-me lá interpelar.

Parece-me que se foi correta a advertência que o Bloco de Esquerda recebeu ontem, ficou a fazer falta uma semelhante hoje.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Tratou o Regimento com os pés!

Presidente: Não creio, Sra. Deputada, senão tê-lo-ia feito. E, portanto, a Mesa considerou que estava dentro dos trâmites normais de uma declaração de voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para uma interpelação.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu faço esta interpelação à Mesa para confirmar com V. Exa., se for possível confirmar, se não é verdade que deu entrada na Mesa uma proposta de alteração ao diploma que acabámos de votar que elimina a alínea que foi referida pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, como constando da proposta que acabámos de votar?

Gostava também de confirmar se essa proposta de alteração, tendo dado entrada na Mesa, se não foi distribuída a todos os Srs. Deputados?

Muito obrigado.

Deputadas Andreia Cardoso e Ana Luís (PS): Muito bem! Muito bem!

Presidente: As suas questões são todas elas respondidas afirmativamente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** A questão que eu lhe quero colocar, Sr. Presidente, é se nos termos regimentais, tendo entrado uma proposta de alteração que não se sabia se seria ou não aprovada, a questão é que a proposta de alteração só elimina ou acrescenta alguma coisa depois de ser votada.

A questão que eu lhe coloco é: na votação que foi feita, em relação á primeira votação que realizámos, se esta alínea a que eu fiz referência não integrava a proposta que foi efetivamente votada. E, já agora uma segunda questão, é se esta proposta não esteve 8 meses sem que tivesse surgido nenhuma proposta de alteração por parte dos proponentes?

Presidente: As respostas às suas questões também são afirmativas.

Sra. Deputada Vera Pires estava a pedir a palavra para...uma declaração de voto?

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto também para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acabámos de votar uma proposta que deu entrada há 8 meses nesta Assembleia. Uma proposta com metas que não são exequíveis. Isso mesmo nos referiu em audição nos trabalhos parlamentares, o Presidente da Empresa de Eletricidade dos Açores. Eu próprio no debate, tive oportunidade de confrontar os proponentes com um grande projeto de energias renováveis aqui na nossa Região, numa das nossas ilhas e que mesmo assim, não consegue cumprir com as metas que eram propostas nesta iniciativa que acabámos de rejeitar. E, portanto, estamos perante uma iniciativa que tinha muito pouco de honestidade e de seriedade política e intelectual, porque parte de um pressuposto errado, parte de um pressuposto que coloca metas sem que primeiro se faça um estudo e a aferição das condições que temos para, a partir daí, podermos estabelecer metas que sejamos capazes de cumprir. E, portanto, se no passado era assim que faziam, pois com a maioria desta Coligação, não é assim que queremos fazer. E, portanto, no passado também se fosse assim tão fácil de cumprir metas, no passado já teria sido possível cumpri-las e não estaríamos agora em 2023, a trabalhar arduamente para implementar medidas e projetos para atingirmos a neutralidade carbónica, para protegermos mais os nossos recursos naturais.

Sendo assim, está de parabéns o Governo Regional, através da sua Secretaria do Ambiente e das Alterações Climáticas e todos os funcionários desta Secretaria,

bem como dos vários departamentos governamentais que se estão empenhando diariamente para estabelecer os critérios, para estudar as nossas possibilidades, para que o Governo, informadamente, possa tomar uma decisão e possa propô-la a este Parlamento para podermos decidir metas que sejam exequíveis.

Para concluir, esta proposta, para além das metas que eram impossíveis de cumprir, era uma proposta que atentava contra as famílias açorianas, contra os açorianos...

Deputado João Vasco Costa (PSD): É falso!

O Orador: ... contra os agricultores, contra os pescadores, contra as IPSS, contra as empresas...

Deputado João Vasco Costa (PSD): É falso!

O Orador: ... porque queria acabar com o gasóleo agrícola e gasóleo das pescas...

Deputado João Vasco Costa (PSD): É falso!

O Orador: ... os benefícios que as empresas têm no gasóleo que consomem, queria paralisar a nossa economia.

Não há ainda não ainda soluções elétricas para substituir totalmente o parque automóvel, seja das famílias, seja das empresas e o custo de substituição é astronómico e, neste momento, as famílias não podem comportar um custo dessa natureza.

Portanto, por tudo isto, estamos convictamente contra esta proposta, porque nós queremos defender o ambiente, mas queremos defender o ambiente com medidas que sejam exequíveis.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sucesso dos desafios ambientais que temos pela frente, não são compatíveis com agendas partidárias.

Nós votámos contra uma agenda partidária que tinha um objetivo muito claro no momento em que foi apresentado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Deputados Pedro Pinto (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM) : Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: O sucesso dos desafios que temos pela frente em termos ambientais, tem que ser assente em conhecimento. E é esse conhecimento que estamos a ganhar por aquilo que foi o relato que o Governo Regional nos trouxe nesta iniciativa daquilo que está a desenvolver, que servirá para termos sucesso nos desafios ambientais que temos pela frente.

Além de ser uma agenda partidária, era uma agenda partidária irresponsável e irrefletida e mal elaborada.

Paulo Estêvão (PPM) : Muito bem!

O Orador: E, portanto, era um garrote para as famílias e para as empresas, sem ter noção (ou pelo menos ignorando) a realidade regional de 9 ilhas, porque temos que ter a coragem de enfrentar os resultados que sairão desse roteiro e desse trabalho está a ser desenvolvido e aqui, nesta Assembleia, legislarmos de acordo com as particularidades de cada uma das ilhas dos Açores e da cada uma das suas atividades económicas. E foi isso que fizemos com a nossa posição neste debate.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar por nesta declaração de voto confirmar que o Bloco de Esquerda tem uma agenda política e uma agenda partidária, porque não por acaso, o Bloco de Esquerda é um partido. E, portanto, estranhámos que seja entendido com estranheza que existam agendas partidárias a ser defendidas nesta Assembleia. Mas o que o Bloco de Esquerda tem e que acabámos de ver que os partidos que suportam este Governo parecem não ter, é a capacidade de para além de manter com coerência uma agenda partidária, ser capaz também de analisar, debater, acrescentar propostas quando consideramos necessário e não pura e simplesmente, descartar aquilo que não seja da nossa autoria. E temo-lo mostrado ao longo desta Legislatura, tal como das anteriores.

Reiteramos, portanto, a nossa concordância com a aplicação desta proposta - que foi rejeitada, mas gostaria de pegar nas palavras do Sr. Presidente do Governo, José Manuel Boleeiro, ainda em novembro do ano passado, que dizia publicamente que “estamos a desenvolver exatamente uma política e um

modelo de investimento público capaz de definir objetivos e definir as nossas próprias metas ambientais, até porque há por inteligência da aplicação dos fundos comunitários, esta exigência” - fim de citação.

Temos pena que esta inteligência não tenha chegado a este momento do debate.

Muito obrigada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal votou contra este diploma, por entender que ele encerrava um conjunto de matérias que não são realistas, não são alcançáveis e que, por isso mesmo, não era responsável da nossa parte as aprovar. No entanto, o decurso do debate levou-nos para o domínio do véu da desconfiança. A partir de agora, todos teremos que ter mais cuidado com a data em que apresentamos os nossos diplomas e as propostas de alteração aos nossos diplomas.

Temo até que a partir de agora, não possa votar em consciência na generalidade qualquer diploma, com base nas propostas de alteração que tenham entrado, sob pena de me poderem acusar de ter aprovado na generalidade uma coisa com a qual não concordava ou que fosse incoerente com as minhas posições.

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso foi ontem!

O Orador: Daí que me parece que a partir de agora, os proponentes só poderão propostas de substituição integral, para nós estarmos a votar na generalidade uma coisa que esteja já consolidada com as propostas de alteração que cada um queira apresentar.

Não me parece que este tipo de debate contribua para aquilo que ainda nestes últimos três dias de trabalho nós estivemos aqui a fazer, que foi devolver aos açorianos a centralidade do Parlamento.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais descrições para declarações de voto?

Não havendo, vamos prosseguir com a nossa agenda, para o ponto 9 que é o Projeto de Resolução nº13/XII - “recomenda ao Governo Regional a imediata resolução dos problemas que põe em causa a segurança dos alunos da Escola Luísa Constantina”.

É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

Deputada Vera Pires (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tenho que ser rapidinha para conseguirmos chegar à hora de almoço sem dificuldades.

Em 2020 foi entregue e discutida na Assembleia Legislativa Regional uma Petição reivindicando obras na Escola Luísa Constantina.

É importante salientarmos a preocupação que toda a comunidade educativa demonstrou, e continua a demonstrar, face ao péssimo estado desta infraestrutura. Porque passados mais de 2 anos, os problemas agravam-se.

Este estabelecimento de ensino encontra-se sob a alçada do Governo Regional, que se comprometeu com a realização das obras após a conclusão da construção da nova Escola Rui Galvão de Carvalho.

Ora, a nova escola já está concluída e já foi inaugurada.

Considerando, portanto, que na Escola Luísa Constantina persistem situações que urge resolver de forma a garantir o bem-estar e segurança quer das crianças, quer dos adultos, nomeadamente a avaria generalizada nos sistemas das portas de emergência e a falta de condições para a entrada de uma viatura de emergência, caso ela seja necessária;

Considerando, também, a necessidade de obras mais profundas que dotem a escola de espaços cobertos para a prática de educação física e para abrigar os alunos em dias de chuva durante os intervalos, para aumentar as zonas de recreio exterior, visto que as atuais são pequenas e não dão resposta às necessidades, para aumentar a quantidade de instalações sanitárias, claramente insuficientes, e mesmo para aumentar o número de salas, já que, por exemplo, a biblioteca não pode funcionar pelo facto de esse espaço estar a ser utilizado como sala de aula.

Estas obras são, portanto, urgentes, uma vez que as condições atuais colocam em causa, como dizia, a segurança e o potencial de desenvolvimento das crianças desta escola.

É por isso que apresentamos este Projeto de Resolução com vista a que o Governo regional proceda à substituição já, o mais rapidamente possível, dos sistemas das portas de emergência e a abertura para a entrada de viatura de emergência na Escola Luísa Constantina, antes do início do próximo ano letivo, de forma a debelar as situações de maior gravidade que podem colocar em causa a segurança e o bem-estar quer das crianças, quer do pessoal docente, quer do pessoal da ação educativa.

Recomendamos, ainda, que o Governo Regional desenvolva um projeto e intervenha nesta escola com vista a melhorar as suas condições, nomeadamente com a colocação de coberturas, aumento do número de instalações sanitárias e salas de aula, de forma a garantir a sua adequação, procedendo também às devidas reparações nas redes de águas pluviais e demais intervenções necessárias, dando início a este conjunto de trabalhos durante o corrente ano de 2023.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*): Obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados,

Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria deixar aqui expressas duas notas.

Uma primeira é que constatando o estado de degradação da Escola Luísa Constantina, ou tendo constatado o estado de degradação da Escola Luísa Constantina, em que havia inclusivamente uma situação absolutamente premente de problemas de infiltrações que estavam a pôr já em causa a segurança dos alunos, este Governo Regional deu de imediato prioridade à recuperação destas infiltrações, situação que já está resolvida.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, a questão das infiltrações gravosas que nós tínhamos foi dada por resolvida. Foram 150 mil euros que foram alocados à resolução desta questão e, portanto, a questão que deu início ao processo ficou resolvida.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não esta resolvida!

A Oradora: Naturalmente – segunda questão - existem outras situações noutras áreas menos gravosas do edifício, ou menos prementes, que exigem e continuam a exigir a nossa atenção. E é por isso, por esse mesmo facto, que temos em Plano verba estimada para intervenção na Escola Luísa Constantina e prevemos poder lançar uma empreitada ainda este ano para correção dos problemas estruturais que a escola tem nos quais se incluem também a reparação dos vãos e os problemas que temos com as portas.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para além disso, a nota final que gostaria de dar, é que também já está em fase de preparação das peças do procedimento, um projeto para a construção do telheiro, vindo dar resposta aos problemas que temos no acesso à própria escola.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Portanto, em consideração e na sequência da ação que nós temos tido relativa às intervenções nas várias obras e nas várias infraestruturas escolares aqui, como em todas as circunstâncias, é preciso definirmos prioridades, fizemo-lo, numa primeira situação em que estava em causa a segurança dos alunos devido a infiltrações, foi feita essa intervenção no valor de 150 mil euros.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E estamos agora em progresso a dar resposta às restantes situações, sendo que, como referi, temos já projeto a ser preparado e a empreitada para ser lançada.

Muito obrigada.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Atingimos a nossa hora regimental. Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 02 minutos.

Estava inscrito antes da hora do almoço o Sr. Deputado José Pacheco a quem dou a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA acompanha naturalmente este diploma até porque também na visita que fizemos à escola, fomos surpreendidos com uma série de situações que aqui estão descritas, às vezes uma imagem vale mais que mil palavras, esta era uma das portas que havia (e há) na escola amarrada com amarrada e isto não é aceitável. Tudo o que o Bloco de Esquerda aqui nos trouxe, nós também subscrevemos. Mas também é verdade que a Sra. Secretária Regional disse aqui que há intenção e que já estão a trabalhar nisto de resolver as infiltrações. As que eu vi (não sei se havia mais ou não) já estavam resolvidas. No entanto, parece que há mais alguma e que deve ser resolvido. Mas isto não é um problema unicamente da Escola Luísa Constantina, é um problema que começa a aparecer em muitas escolas. Não basta fazer escolas, é também necessário acautelar a sua manutenção a curto, médio e longo prazo. E esta escola que até não é muito velha, realmente padece de uma série de coisas, ou seja, construiu-se a escola e depois descuroou-se a manutenção da mesma. E, no nosso entender, se nós queremos ter uma educação de qualidade e professores satisfeitos, também temos que ter instalações adequadas e com qualidade.

É inadmissível acontecer isto numa escola, ter portas presas com arames. Isto é inadmissível nos dias de hoje.

Deputado Flávio Soares (PSD): E ainda não chegámos à escola de Ponta Garça.

O Orador: Ainda há bocadinho estávamos todos muito preocupados com as alterações climáticas, mas depois esquecemos a educação das nossas crianças.

Muito obrigado.

(O Deputado Marco Costa retomou o seu lugar de Secretário da Mesa)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) **Deputado Gustavo Alves (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda apresenta um Projeto de Resolução que recomenda ao Governo Regional a imediata resolução dos problemas da Escola Luísa Constantina, sendo uma das três escolas primárias da Vila de Rabo de Peixe.

Esta recomendação, juntamente com uma petição que já subiu a plenário e também pela informação pedida pelo mesmo partido através de requerimento, expõe por completo o estado a que foi deixada aquela estrutura escolar - que por sinal é bastante recente - mas foi muito mal planeada, esquecendo valências básicas, tais como, um refeitório.

Este diploma já deu entrada nos serviços da Assembleia Regional há algum tempo, com toda a legitimidade que tem, na medida em que a mesma resulta de uma boa fiscalização política. Atualmente, as obras de impermeabilização estão completas, mas ainda há trabalhos a realizar e que estão planeados, respeitando as limitações orçamentais, que têm de abranger toda uma região repleta de remendos e reparações para se efetuar.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Este é mais um exemplo de estruturas mal planeadas e sem organização de manutenções. São às dezenas por toda a Região.

Vozes de alguns **Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem! Muito bem!

O Orador: Infelizmente, notícias de edifícios públicos onde chove dentro, onde existe humidade, onde enregela-se de inverno e transpira-se de verão, não são casos isolados.

Construir é sempre mais fácil que reconstruir, refazer ou reabilitar. É mais caro e mais complicado.

A dificultar estas ações, que têm de ser feitas, está a dificuldade da conjuntura atual.

Inflação galopante, dificuldades em encontrar disponibilidade de empreiteiros e até destes encontrarem mão de obra para laborarem na sua área.

Isto não são desculpas. É a realidade com que todos nós nos deparamos. Seja um Governo, seja um particular, seja quem quiser realizar obra.

Neste contexto, a Escola Luísa Constantina, assim como tantas outras infraestruturas do património imóvel açoriano que foram deixadas ao abandono,

ao nível de manutenção, pelos governos socialistas, fazem parte do espólio que este Governo de coligação herdou.

Portanto, o atual Governo Regional tem um longo caminho a percorrer até atingir a sua meta, que neste âmbito visa a reabilitação de todo o património imóvel e desta forma voltar a dar condições e dignidade a todos os seus utilizadores. É esse o caminho, e é isso que está a ser feito.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar da Sra. Secretária da Educação não estar presente neste momento, a minha intervenção é dirigida a ela e à primeira intervenção que fez imediatamente antes do almoço para – digamos assim – colocar alguns pontos nos ii.

Em primeiro lugar, a Sra. Secretária da Tutela reconheceu - e não podia ser de outro modo - o estado de degradação da Escola Luísa Constantina. E disse-nos, depois, que o problema das infiltrações já se encontrava resolvido.

Eu gostaria de lembrar, por um lado, que a inscrição em orçamento da verba dos 100 mil euros para a resolução desse problema gravíssimo das infiltrações, aconteceu por força da proposta do Bloco de Esquerda. E gostaria de dizer também que de acordo com responsáveis da escola, o problema das infiltrações não está sequer ainda completamente resolvido.

Pegando de novo nas palavras proferidas no final desta manhã pela Sra. Secretária, quando nos diz depois, reconhecendo em geral a degradação, que há uma quantidade de situações que são menos gravosas e que serão resolvidas, eu gostaria de salientar que do ponto de vista do Bloco de Esquerda, é tudo “menos gravoso” o sistema de portas de emergência não funcionar ou não existir uma abertura que possibilite a entrada duma viatura de emergência. E, portanto, estas situações não são *menos gravosas*, são situações muito graves e, por isso, nós propomos com este projeto que sejam resolvidas ainda antes do início do próximo ano letivo.

Ficámos satisfeitos, mas não consolados, com a informação que a Sra. Secretária nos deu de que irá ser feita uma empreitada, de que já estão em

preparação as peças de procedimento para a cobertura de acesso... que... que... várias coisas.

Digo uma vez mais que do nosso ponto de vista e do ponto de vista - achamos nós também - da própria comunidade escolar, que o nosso projeto tem a pertinência de transformar este conjunto de intenções que o Governo mais uma vez aqui explicitou, num compromisso sério para que efetivamente estes problemas sejam resolvidos e sejam resolvidos não quando acontecer, mas que sejam resolvidos num espaço de tempo curto e aceitável, nomeadamente a questão das portas de emergência e da possibilidade de entrada de veículos antes do início do próximo ano letivo, como propomos no texto que aqui apresentei e também a questão da possibilidade de acesso de viaturas de emergência.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Há quantos anos?

A Oradora: Porque se é verdade, e é verdade – e a Sra. Secretária bem nos disse – que como sabíamos, a questão das infiltrações era de tal forma grave que punha em causa a segurança dos alunos - e eu diria também do pessoal docente e do pessoal da ação educativa é evidente que é tão grave quanto isso, que não seja possível fazer entrar uma viatura de emergência se houver uma situação grave decorrente das infiltrações ou de outra situação qualquer.

Portanto, pelas palavras da Sra. Secretária da Tutela, ficou do nosso ponto de vista, bem expressa a pertinência e a urgência da aprovação deste Projeto de Resolução que aqui trazemos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) Deputado Jaime Vieira (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar dizer, Sra. Deputada Vera Pires, que vamos apoiar o Projeto de Resolução que hoje traz, mas que isso não é condição para. As obras que a Escola Luísa Constantina necessitava já há muito foram intervencionadas e também já há muito que essa é uma preocupação deste Governo que apenas está há dois anos em funções.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Dizer que as infiltrações não estão resolvidas, não é verdade.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É!

O Orador: As infiltrações já estão de todo resolvidas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não estão! O senhor vá lá ver!

O Orador: Quem o diz é a coordenadora da escola com quem tenho tido contatos frequentes e é ela própria a afirmar que as questões das infiltrações já

não existem e não há nenhuma infiltração naquela escola. E esta é a pura da verdade e daqui não podemos sair!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Freitas (PSD): Mas o PS gosta que haja infiltrações, por isso é que imagina que elas estão lá!

O Orador: Mas mais: querer resolver um problema em 2 meses que outros não conseguiram em muitos anos, é obra! Em dois meses é impossível, mas podem ter certeza de que nós vamos resolver este problema, porque aquilo que este Governo promete tem vindo a cumprir. E esta será mais uma realidade das coisas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A Escola Luísa Constantina tem mais de 300 alunos, foi construída em 2007, através dos fundos EFTA. Apesar de ser uma escola nova, teve enormes falhas que são inadmissíveis quando se constrói uma escola.

Nunca ninguém percebeu, por exemplo, como se construiu uma escola sem um refeitório? Sim, a Escola Luísa Constantina não tem um refeitório. Os miúdos da Escola Luísa Constantina têm as suas refeições num pavilhão e como tem no pavilhão, não podem ter direito a ter educação física num espaço coberto!

Esta é a realidade deixada pelo Governo socialista na Escola Luísa Constantina.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Isto é como construir uma casa sem haver uma cozinha. É como construir uma casa sem haver uma sala para se ter refeições. Os miúdos da Escola Luísa Constantina de Rabo de Peixe mereciam mais! E vão ter mais a partir desta altura, com a governação de Coligação que hoje já estamos a apoiar!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas há mais: nunca ninguém percebeu também como construíram uma escola, esquecendo-se duma coisa fundamental que são as entradas de

emergência para as próprias viaturas. Isto foi o que aconteceu na Escola Luísa Constantina. Esqueceram-se também de criar um recreio condigno, um recreio amplo, para uma escola com mais de 300 alunos, possivelmente a maior escola primária dos Açores. Mas não pensaram que os miúdos precisavam de um recreio condigno?! Não criaram proteção para os próprios miúdos em dias de chuva se poderem abrigar.

Sabem onde é que eles se abrigam quando chove ou quando está vento? Nas próprias salas de aula, ou pior ainda, nos próprios corredores.

Inadmissível é como fizeram isto?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da costa (PSD): Muito bem!

Deputada Délia Melo (PSD): Eram as obras do PS!

O Orador: Mais ainda:

- Como é possível alguém autorizar um projeto que visasse essas mesmas falhas?! E como é possível que o Governo Regional do Partido Socialista de então tivesse entregue à comunidade escolar uma escola com tão graves falhas que até hoje atormentam aquela comunidade?! Esta é uma realidade!

No entanto, e para além daquilo que já foi referido, a escola foi-se degradando ao longo dos anos, apareceram as infiltrações, problemas com as portas e janelas como já foi referido, entre outros problemas. Depois de vários alertas dos vários coordenadores daquela escola, sempre sem sucesso, e antes de 2020, sabem quantas reparações foram feitas até então naquela escola?! Sabem, meus senhores, sabem?!

Nem uma reparação foi feita pelos governos socialistas naquela escola, nem uma reparação!

Deputada Délia Melo (PSD): Zero!

O Orador: Isto é incrível!!

Os sucessivos governos socialistas da maioria deixaram cair a escola ano após ano.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Muito bem!

O Orador: Houve abandono sem nunca, mas nunca, ser intervencionada.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Não havia Bloco de Esquerda naquela altura!

O Orador: No entanto, meus senhores, a história repete-se ao longo destes dois anos. Ou seja, quem é que está a corrigir os problemas deixados pelos outros...? Sim conseguem adivinhar quem é. É novamente este Governo de Coligação e esta maioria que o apoia, quem está a corrigir os problemas que eles deixaram!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mais ainda: este Governo, também neste assunto, está a demonstrar mais uma vez que em dois anos fez mais do que os senhores em mais de vinte anos, relativamente à obra da Escola Luísa Constantina.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Este Governo promete e cumpre!

Este Governo trabalha para fazer acontecer!

Este é um novo paradigma. Aliás, relembro ainda aquando da entrada de uma petição em 2021, estas bancadas que apoiam o Governo e o próprio Governo, garantiram que estas obras seriam uma realidade. As infiltrações já foram corrigidas e o resto das obras que faltam está em fase de orçamentação. Estamos aqui para fazer cumprir.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: Apesar de irmos aprovar este Projeto de Resolução que vai ao encontro das nossas pretensões, também interessa reter, Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, que antes desta discussão as obras já aconteceram e antes desta discussão já estão muitas obras em fase de orçamentação. Esta é uma realidade.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: Por isso, tenho orgulho em apoiar, em suportar um Governo que está a resolver os problemas da Escola Luísa Constantina.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: Mas este Governo também já diminuiu o desemprego que teve o maior orçamento de pendor social de sempre, que teve o menor número de pessoas inscritas no Rendimento Social de Inserção, que baixou os impostos para os mais baixos do País, que criou a tarifa Açores, que dignificou as carreiras dos professores e enfermeiros, que tem o processo do Porto da Ribeirinha em andamento, porto esse que a freguesia da Ribeirinha esteve mais de 20 anos à espera duma resposta, está em curso o processo de proteção da freguesia da Calheta...

Presidente: Sr. Deputado Jaime Vieira, estamos a discutir o estado da nação?

Deputado Joaquim Machado (PSD): *A nação de Rabo de Peixe*, Sr. Presidente.

(Risos da Câmara)

Deputado José Contente (PS): O Governo já estava assustado!

O Orador: Muito bem, Sr. Presidente.

Para terminar, Sr. Presidente, deixe-me só dizer o seguinte:

Ontem falou-se nesta bancada em *Felicidade* e foi um dia de grande felicidade.

Hoje sinto-me orgulhoso pelo papel que este Governo está a fazer.
Perdoem-me, acima de tudo, a minha ousadia, mas tenho orgulho naquilo que este Governo está a fazer para melhorar a vida dos açorianos!
Disse. Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Valdemira Gouveia.

(*) **Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda apresenta um Projeto de Resolução, procedeu à sua alteração ontem e recomenda ao Governo a realização de obras urgentes na Escola Luísa Constantina, em Rabo de Peixe, em virtude de persistirem algumas situações graves que põem em risco o bem-estar das crianças e pessoal docente e não docente.

Que se proceda à substituição do sistema das portas de emergência e à abertura para a entrada de viaturas de emergência naquela escola, ainda antes do início do próximo ano letivo, bem como a colocação de coberturas, aumento do número de instalações sanitárias e de salas de aula e redes de águas pluviais, as quais devem ser executadas durante este ano de 2023.

Na visita que efetuámos à Escola Luísa Constantina de Rabo de Peixe tivemos todos a oportunidade de confirmar os problemas apontados pelo Projeto de Resolução...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Deixados pelo PS?

A Oradora: ... pelo que também reforçámos esta urgência na execução destas obras.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tivessem feito as obras!

A Oradora: Deixe-me agora falar. Eu falo pouco, por isso, quando estiver a falar que me deixem falar.

Sr. Presidente da Assembleia, a petição pública de 2020 fazia referência à realização das obras de melhoramento e condições da Escola Luísa Constantina de Rabo de Peixe.

Em 2021, a Sra. Secretária da Educação e Cultura informou que não avançaria com as obras sem que terminasse as obras da Escola Doutor Rui Galvão de Carvalho. Em 15 de junho, garantiu a efetivação das obras. E a 30 de julho, efetivamente investiu 150 mil euros na execução destas obras, mas, no entanto, persistem os problemas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Onde é que a senhora andava em 2020?

A Oradora: E a insegurança das crianças também continua.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito bem!

A Oradora: E ainda mais: a 4 de maio, portanto, a semana passada...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Há quanto tempo?

A Oradora: Oh senhor por favor, deixe-me falar.

A 4 de maio eu estive na Escola Luísa Constantina e foi-me dito pelo Diretor da escola que continua a “mesma falha existente” – foram palavras dele - e que as portas

das salas de aula estão amarradas com cordas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Há quanto tempo?

Deputado Rodolfo Franca (PS): A semana passada.

A Oradora: A semana passada, eu estive lá! Mas eu não tenho orgulho nenhum nisso.

Sr. Presidente, trata-se de uma escola construída em 2007, é verdade. Embora sendo de construção moderna, sofreu os danos e desgastes próprios do tempo decorrido.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sem manutenção!

Deputado José Ávila (PS): Só quem não faz nada é que não acontece!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Do tempo de 2007!

A Oradora: Sim!

Está na altura de serem feitas as obras de adaptação em articulação com o Conselho Executivo, uma vez que são eles os membros que compunham e conhecem a as necessidades de escola.

Nunca será demais repetir que é na escola que se escrevem as primeiras páginas a que chamamos *meritocracia*.

É certo que os governos têm decisões difíceis a tomar e limitações orçamentais a guiar estas tais decisões. Mas não nos devemos esquecer que uma criança que vê problemas graves na sua escola que põem em risco a sua segurança, aprende logo sobre a validade ou falta dela, e das necessidades da sua própria comunidade. Aprende também algo sobre se as suas necessidades são ouvidas ou ignoradas pelos decisores políticos.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Não foi deixado o abandono, não foi, o parque escolar dos Açores. O Governo de responsabilidade socialista, nos últimos 8 anos, investiu 133 milhões de euros neste mesmo parque escolar.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito bem!

A Oradora: Novas construções escolares que abrangeram as ilhas de São Miguel, São Jorge, Pico e Faial e outras mais que não posso enumerar aqui, porque senão vou gastar o meu tempo.

O titular da pasta da Educação Doutor Avelino Meneses, na altura...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Oh que saudades!

A Oradora: ...referiu, que nos últimos anos, o objetivo principal da educação dos Açores assenta na criação da escola do Século XXI, comprometida de todo com insucesso dos jovens estudantes e, por consequência, com a construção de um futuro coletivo de maior prosperidade e que estas escolas seriam dotadas de todas as funcionalidades indispensáveis a uma ação pedagógica de mestria. Ali está o exemplo da escola Dr. Galvão de Carvalho que foi inaugurada agora em abril e que certamente será o sucesso dos nossos jovens de Rabo de Peixe.

Se é verdade que tudo o que se fizer não é um todo, não é mesmo, não é menos verdade que muito foi feito nas escolas dos Açores e isto é um facto que nos deve orgulhar.

Assim, vamos votar favoravelmente o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda traz uma recomendação ao Governo Regional por forma a resolver problemas que se têm vindo a arrastar na Escola Luísa Constantina e daquilo que já foi aludido no âmbito deste debate, dizer que – respondendo um pouco ao que foi dito na última intervenção da Sra. Deputada Vera Pires e na sequência do que disse também a Sra. Secretária – a interpretação que fiz das palavras desta é que efetivamente existem vários tipos de problemas que foram logo detetados e sinalizados por parte do Governo Regional e existiu, sim, uma priorização daquilo em que seria mais urgente intervir, daí o investimento de 150 mil euros em 2022, para resolver problemas que colocavam em causa o próprio bem-estar e a segurança dos alunos e de toda a comunidade escolar que era a questão das infiltrações, tendo sido essa a situação que o Governo Regional priorizou no âmbito da sua ação, dado que não se consegue fazer tudo ao mesmo tempo e, por isso, foi feito numa calendarização e numa tentativa de operacionalizar de forma mais eficaz, dando prioridade a essa situação e tendo sido ultrapassada a mesma.

Daquilo que são os problemas da escola e daquilo que foi também já transmitido até nesta última intervenção da Sra. Deputada do Partido Socialista, gostaria de dizer que temos aqui dois tipos de problemas: problemas que resultam da falta de manutenção desta escola - estamos a falar duma escola de 2007, sobre a qual no âmbito da própria Comissão, o Executivo referiu que a mesma nunca mais tinha sofrido qualquer manutenção desde 2007 e, portanto,

naturalmente, estando agora no ano de 2023, problemas como o caso das infiltrações, foram surgindo. Até porque, um bocadinho à semelhança do que acontece nas nossas casas, sem qualquer tipo de manutenção as coisas vão-se deteriorando e, naturalmente, a questão das infiltrações resulta dessa falta de manutenção que não existiu desde 2007 e não fomos nós que o dissemos, foi exatamente o Conselho Executivo que referiu que nunca tinha havido qualquer tipo de manutenção. Mas também, e indo buscar um pouco aqui as palavras da Sra. Deputada Vera Pires do “compromisso sério”, devo dizer que existe sim um compromisso sério por parte do Governo Regional que sinalizou e calendarizou as intervenções para fazer na referida escola - e não somos nós que o dizemos, é o próprio executivo que no âmbito da Comissão, diz que durante muito tempo não houve resposta às solicitações do Conselho Executivo, situação que se alterou com a atual Secretária Regional da Educação – não somos nós que o dizemos, é sim o Conselho Executivo.

Depois, temos outro tipo de problema que existe e que foi também transmitido no âmbito da audição e tem a ver com problemas estruturais que tal como foi já também transmitido, resultam desde o início da obra, isto é, desde 2007 que os executivos da escola transmitiram ao Governo Regional problemas estruturais que existiram até hoje e que não tinham sido resolvidos.

Daquilo que já foi dito por parte da Sra. Secretária Regional, a verdade é que está-se a tratar dos procedimentos, exatamente para continuar a solucionar estes problemas que se têm arrastado ao longo dos anos e que põem em causa a comunidade escolar, o bem-estar dos alunos, dos professores e do pessoal da ação educativa. E nesse processo constante de querer ultrapassar estes constrangimentos, estão previstos, e já decorrem, procedimentos para continuar a resolver estas situações.

É claro que todos nós gostaríamos que tudo fosse mais célere, que tudo fosse mais rápido, mas efetivamente existem questões legais que os próprios procedimentos têm de seguir e isso muitas vezes resulta em procedimentos mais demorados do que gostaríamos.

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso é uma *novidade*. Dantes isso não existia para os senhores!

A Oradora: Mas existe este compromisso por parte do Governo Regional que tem resultado na concretização e em ultrapassar constrangimentos que estavam, sim, sinalizados. E é isso também queremos ressaltar.

Também dizer no seguimento da intervenção da Sra. Deputada Valdemira Gouveia, dizer que a verdade é que parece fazer crer que temos aqui situações já sinalizadas em 2007. Nessa altura, era aceitável que o Governo Regional alegasse limitações orçamentais, decisões difíceis e era aceitável estes problemas terem sido continuados no tempo e não se terem ultrapassado. Estamos a falar dum Governo com dois anos e meio que, entretanto, já investiu

150 mil euros para resolver as questões das infiltrações, que está a tratar dos procedimentos para continuar a resolver problemas da escola, só que agora já não é aceitável. Isso também eu não consigo entender e acho as coisas não são assim.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Não foi isso que eu disse!

A Oradora: Ninguém está aqui a esconder que os problemas não existem, eles existem, foram priorizados, está-se a proceder a solucionar esses problemas que foram identificados, que estão priorizados, claro que nós gostaríamos que tudo se conseguisse resolver de uma hora para a outra, infelizmente não é assim. Infelizmente, são muitas as escolas que precisam de intervenção. Recordo o caso da Escola Básica da Calheta em que temos um problema estrutural relativo à humidade no pavilhão. E, portanto, são muitas as situações que é preciso acolher e priorizar.

O Governo Regional relativamente a esta escola, já fez uma intervenção, está a continuar o seu trabalho para, sem dúvida, solucionar os problemas que lá estão identificados, que não são de agora, mas sim de há muitos anos, por forma a criar as melhores condições, aquela comunidade escolar.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ouvimos aqui o Sr. Deputado Jaime Vieira dizer que tem orgulho na obra deste Governo e desta Coligação.

Pois, deixe-me que lhe diga que eu tenho orgulho também em fazer parte dum grupo parlamentar que fez inscrever no Orçamento da Região para este ano de 2023, as verbas necessárias para a única do rol de obras que são necessárias na Escola Luísa Constantina para a única obra que já foi feita até este momento e que de acordo com algumas fontes, não resolveu o problema a 100%.

Deputado Luis Soares (PSD): Inscreveu e votou contra!

A Oradora: Portanto, apesar da promessa, apesar do compromisso assumido, do compromisso sério da sinalização dos problemas de que nos falava a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, apesar de tudo isso e da quantidade de obras e de intervenções que são precisas e urgentes na Escola Luísa Constantina, a única obra que já teve início e que estará perto do fim – desejamos nós todos isso - é a obra feita com as verbas que o Bloco de Esquerda, e não o Governo, não os partidos da Coligação, fizeram inscrever neste orçamento.

Muito obrigada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Então não tinha votado contra o orçamento?!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

Duma forma muito rápido, tomo a palavra para dizer que todos nós temos que ter orgulho naquilo que representamos. E, logicamente, que vejo também da sua parte este mesmo orgulho. Agora, Sra. Deputada Vera Pires, há também que dizer uma verdade, é que o Bloco de Esquerda também votou contra o Orçamento da Região para 2023.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputada Vera Pires (BE): E apesar disso conseguiu melhorá-lo!

A isto chama-se *capacidade de trabalho*.

O Orador: Respondendo àquilo que veio da bancada do Partido Socialista, dizer novamente, porque isto tem que ser dito, quem foi que inaugurou esta escola? Quem é que acompanhou e fiscalizou?

Tenho aqui uma publicação que diz que “Carlos César diz que vamos inaugurar a escola...” não vou continuar a ler por causa do tempo, mas foi Carlos César que inaugurou esta escola e que acompanhou todo o processo.

Para terminar, gostaria ainda de dizer que problemas da Escola Luísa Constantina não aconteceram a partir de 2021, já existiam antes.

Mas o que fez o Partido Socialista?

É só, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há coisas que eu não consigo resistir realmente!

Deputado Francisco Coelho (PS): É uma pena!

O Orador: Da parte do Chega, devemos tentar resolver o problema, estamos a falar de crianças, estamos a falar numa escola.

Não fui...foste tu... não era melhor..., Srs. Deputados, os arames estão lá há anos! Os vidros partidos estão lá há anos e as tintas nas paredes não foram mudadas!

Então estamos a fazer o quê?! Desde 2007 não houve manutenção... isto é brincar com a vida daquelas crianças, dos pais e dos professores!

Os recreios, a entrada das ambulâncias, foi este Governo?! Não foi!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores tiveram a lata de chegar à Vila de Água de Pau, fechar uma escola que funcionava para fazer uma escola nova, para agradar não sei a quem, gastaram 20 milhões de euros, encheram a escola com as crianças para o Sr. Presidente do Governo Carlos César inaugurar e fizeram uma escola *preta*, e têm a lata agora de vir aqui como se fossem os paladinos da educação!

Deputada Andreia Costa (PS): Uma escola linda!

O Orador: Isto não é aceitável, não é assim que se faz política!

Vamos debater o que for a sério e que a gente possa debater. Estamos a falar numa escola que presa com arames, com vidros que têm taipais, com as crianças a apanhar chuva nos recreios! E a culpa é deste Governo?! A culpa é vossa que não souberam fazer uma escola! - assumam isso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira.

(*) **Deputada Célia Pereira (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estão todos muito entusiasmados, muito agoniados, muito chateados, porque têm escolas para fazer obras de manutenção de reparação. É verdade, há escolas que precisam de ser recuperadas, reabilitadas, mas temos **escolas**, temos um parque escolar.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: É verdade!

A Oradora: Essa é também a herança do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: É uma herança que permite, hoje, que a Região tenha uma escola de futuro.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Edifícios megalómanos, pelo amor de Deus!

A Oradora: Que tenha um conjunto de programas educativos que permitem perspetivar e construir um futuro de educação para os nossos jovens, para as nossas crianças.

Sras. e Srs. Deputados:

Temos ou não temos um parque escolar na Região?

Temos ou não temos escolas?

Quem é que projetou e quem é que iniciou a obra que V. Exas. inauguraram no passado mês de abril? Quem foi?!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Se calhar era melhor não inaugurar!

De quem é essa herança, Sras. e Srs. Deputados?!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Uma escola que o atual Sr. Presidente do Governo Regional classificou como uma escola boa, de tal forma que reconhecendo o mérito da obra feita, uma obra herdada do Partido Socialista, disse que o *futuro se trata no presente*.

O Partido Socialista, durante os seus 24 anos de governação, soube tratar no presente do futuro. Um futuro que nos trouxe até hoje. Um futuro em que temos escolas novas em todas as ilhas.

Isso, Sr. Deputado José Pacheco, não pode negar!

Deputado José Pacheco (CH): Uma vergonha!!!!

A Oradora: Temos escolas, temos ou não temos?!

V. Exas. estão muito incomodados, porque têm que fazer obras de reabilitação.

Queriam o quê?! Uma Região com tudo feito?!

Era isso que V. Exas. queriam?!

Quais são os projetos para obras de construção de novas escolas que V. Exas. têm projetado?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Nada, zero!!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, estamos aqui a debater a necessidade de fazer obras de intervenção numa escola inaugurada em 2007.

Uma escola para a qual houve uma petição em 2020.

Uma escola para a qual este Projeto de Resolução entrou em 2021. Ficou relatado em setembro de 2021. Porque é que só hoje está aqui a ser debatido?!

Estivemos à espera de que as obras na escola contígua fossem concluídas e inauguradas para, agora, virmos aqui apontar apenas o dedo àquilo que o Partido Socialista não pode também fazer, porque houve que definir prioridades, tal como V. Exas. agora assumem que é preciso definir prioridades! Onde é que está a Sra. Secretária Regional para nos dizer, então, quais são essas prioridades?!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputada Délia Melo (PSD): Esteve aqui toda a semana!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista está ao lado do Bloco de Esquerda e apoia favoravelmente esta iniciativa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era só para perguntar ao Sr. Presidente se alguma vez em conferência de líderes este assunto tenha sido proposto para agendamento e que por algum motivo, tenha sido recusado esse agendamento? Porque foi aqui alegado, ou pelo menos insinuado, que o Governo Regional poderá ter boicotado a subida a plenário para poder fazer as obras e agora estarmos aqui a ter uma discussão já após o investimento?

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado Rui Martins.

Este assunto nunca foi proposto para agendamento, apesar de estar relatado e qualquer um, desde o proponente, pode propô-lo para agendamento. Nós sabemos que temos assuntos ainda mais antigos do que estes que precisam de ser agendados, não é novidade nenhuma para ninguém, mas nem eu nem a Conferência de Líderes estivemos à espera de quaisquer obras para a agendar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Nem sabia que decorriam obras nesta escola, para lhe dizer a verdade.

Deputado Francisco Coelho (PS): Pouca gente sabe!

Presidente: Portanto, não podia ter essa intenção.

Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo.

Presidente: Está inscrito o Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este assunto que o Bloco de Esquerda aqui nos trouxe há sensivelmente um ano, já tinha sido tratado no âmbito duma petição analisada em sede da Comissão de Assuntos Sociais e reveste-se de uma enorme pertinência e gravidade.

Provavelmente, o Bloco de Esquerda cometeu uma imprudência que foi não ter apresentado este Projeto de Resolução com urgência e dispensa de exame em Comissão, senão não estaríamos hoje aqui a fazer este debate estéril sobre quem é que iniciou o processo ou se foi iniciado depois da petição e do Projeto de Resolução ou não.

Parece-me que esta é uma discussão que não acrescenta nada ao debate que é preciso fazer, assim como também não acrescenta nada ao debate sobre a Escola Luísa Constantina (da Costa Gomes) que certamente há de ter ficado muito orgulhosa de ser patrona desta escola, mas atendendo à sua irrequietude cívica, hoje estaria bastante triste com o estado em que aquela escola da qual é patrona chegou.

É um facto que o parque escolar da Região Autónoma dos Açores existe, não é isso que estamos aqui a discutir hoje, mas o Partido Socialista trouxe este debate à colação.

É um facto que não há projetos para a construção de novas escolas, porque também é um facto que não é necessário construir novas escolas. O que é necessário é fazer a manutenção e a adaptação dos edifícios que existem e a manutenção daqueles edifícios que de Sta. Maria ao Corvo, estão num estado lastimável, porque foram obras inauguradas sobre as quais não foi efetuada qualquer intervenção de manutenção e há casos mesmo em que as escolas tinham pequenas unidades de manutenção que foram desativadas.

Não vale a pena nós aqui enumerarmos, eu próprio nas sessões de perguntas que trouxe aqui já de 8 ilhas dos Açores, em quase todas elas falei de casos desses, aqui ao lado está a escola Manuel de Arriaga, já estive na do Topo que está igual, há muitas escolas nos Açores assim. O parque escolar da Região Autónoma dos Açores de facto existe, mas não é aceitável que continuemos a ter um parque escolar nas condições em que ele está, nomeadamente nas condições em que está a escola Luísa Constantina de Rabo de Peixe.

Deputada Andreia Costa (PS): Isso não é verdade, lamento!

O Orador: Por uma razão muito simples: nós não podemos continuar a passar a vida nesta câmara a falar do elevador social que é educação, não podemos passar a vida a culpar o passado e a apontar para o futuro soluções, se não tivermos a coragem de pôr o dedo nas feridas e tomarmos a dianteira deste problema.

As escolas da Região, quase todas elas, estão em estado deplorável.

Deputada Andreia Costa (PS): Isso não é verdade!

O Orador: E há escolas também, nomeadamente do ensino básico, e que são da responsabilidade das câmaras municipais, que fizeram um esforço para as melhorar e foram encerradas logo a seguir, como é o caso da escola primária básica Santa Bárbara, na ilha de Santa Maria, que foi reconstruída num ano e encerrou naquele mesmo ano e não chegou sequer a receber alunos novos.

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor devia era dizer porquê!!

O Orador: Portanto, há também recursos que são mal usados nesta Região. Há também recursos que foram mal utilizados e por isso é preciso termos a noção do que é que estamos aqui a fazer. Não vale a pena fazermos o debate... ou então agendamos um debate de urgência sobre a situação do parque escolar da Região Autónoma dos Açores.

O que nós estamos a falar é da escola Luísa Constantina que já foi debatida nesta casa inúmeras vezes. E é por isso que nos vamos associar a este Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda. Não é porque as obras estão em curso. É, sim, porque de facto as obras decorreram, porque houve uma petição e uma iniciativa do Bloco de Esquerda e houve pressão política e pública para que essas obras decorressem, houve notícias de rádio e de televisão sobre o estado deplorável, como disse o Deputado José Pacheco, quer ao nível das portas e acessos de emergência, da necessidade de ter espaço para as crianças socializarem, que é uma coisa que hoje em dia é extremamente importante - todos nós reconhecemos, porque todos sabemos o que é que eles passam o dia a fazer e queremos que eles deixem de fazer isso todo o dia, mas depois não criamos as condições para que essas crianças deixem de fazer isso todo o dia.

Por isso, Sr. Deputado António Lima, bem haja pelo tempo (oportuno) em que trouxe este Projeto de Resolução ao Parlamento dos Açores, só tenho pena que o não tenha feito com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, porque certamente hoje não estaríamos a ter este debate.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.:

Bem, o parque escolar não surgiu, isso é completamente falso!

É evidente que os primeiros governos da autonomia, tiveram um papel fundamental também no âmbito da construção do parque escolar. Mas algum do parque escolar também é anterior e foi feito pelo Estado Novo. Portanto, é evidente que as coisas têm a sua evolução.

Por exemplo, eu considero que até em relação às escolas do 1º ciclo que existiam um pouco por todas as freguesias no período anterior ao período democrático e que podemos criticar (e crítico) do ponto de vista político e muitos outros aspetos, porque era uma ditadura, mas a é que eu considero que

neste período se cometeu um erro que foi fechar muitas destas escolas nas nossas freguesias, isso foi a estratégia do Partido Socialista nesta matéria...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Estratégia Álamo Menezes.

O Orador: ... que constituiu um erro, na medida em que as escolas são referencial importante nas nossas freguesias e fechá-las foi matar as nossas freguesias. E é isso que é importante referenciar.

(Aparte impercetível da Deputada Andreia Cardoso)

O Orador: Foram cometidos erros estratégicos. Fechar muitas escolas do 1º ciclo nas nossas freguesias e criar estas megaestruturas, foi um erro, contribuiu para o despovoamento das nossas ilhas e das zonas rurais das nossas ilhas. Eu não tenho nenhuma dúvida a esse respeito. Também quero dizer o seguinte: muitas destas construções.

(Apartes impercetíveis trocados entre a Deputada Andreia Cardoso e os Deputados Carlos Freitas e Joaquim Machado)

O Orador: Se me deixarem terminar, em muitas destas construções têm sido detetados problemas de construção que não são de agora, o anterior Governo já tinha detetado também muitos problemas de construção nestes mega edifícios.

A verdade é que é inaceitável que se tenha gastado tantos milhões de euros em infraestruturas escolares e que agora tenham estes problemas de construção. Alguma coisa correu mal do ponto de vista da fiscalização das obras, da entrega das obras naquelas condições. A verdade é que hoje em dia, estamos a ser confrontados com um conjunto de obras que têm problemas. E o que é que há a fazer? O que há a fazer é resolver os problemas. É isso que nós estamos a fazer, ou seja, estamos a resolver os problemas que são detetados, como é o caso da escola Luísa Constantina. E isto tem que ser uma prioridade na área da educação, que é de facto, também além de todas as medidas que estamos a tomar, e este plenário foi histórico em relação, por exemplo, ao estatuto da carreira docente, há também outra prioridade que é proceder à reabilitação das nossas escolas. É isso que é preciso fazer. Não vai ser possível fazer um ano nem dois, nem três, nem quatro, porque realmente há um grande conjunto de reabilitações a fazer nas nossas escolas.

Neste momento, há esta reabilitação aqui na escola Luísa Constantina, como há a construção dum refeitório na escola do Corvo. E há outra coisa que aqui foi referenciada que eu não percebo também em muitas destas construções - não digo muitas, mas um número considerável que foi o não contemplarem espaços de lazer para os alunos, é incrível. é verdade, é verdade. Podemos ver isso em Sta. Cruz das Flores também. É uma situação em que não há espaços de lazer,

os alunos têm que ficar no interior das escolas em espaços muito reduzidos ou nos corredores. E essa falha na conceção deste tipo de edifícios é uma coisa inacreditável. Como é que foi possível? Esta é, portanto, outra coisa que também temos que melhorar de forma significativa.

Portanto, meus senhores, o que há aqui fazer é mãos à obra vamos resolver estes problemas, é o que estamos a fazer com toda a convicção.

Em relação à iniciativa do Bloco de Esquerda, pois ela é bem-vinda. Noutros tempos, eu não tenho nenhuma dúvida que com grande probabilidade, a resposta seria: “já estamos a fazer e, portanto, vamos chumbar a proposta”.

Não. Aqui a atitude é diferente, valorizo entrega da iniciativa, sendo que o problema das infiltrações já está resolvido, mas há outros problemas que ainda não foram resolvidos, por isso é bem-vinda e vai ser votada favoravelmente, porque tem o seu mérito. Noutros tempos não votariam a favor, alegando que as obras já estariam feitas, logo não se justificava a aprovação da iniciativa. Justifica-se com certeza e todas as iniciativas desta natureza que contribuam para a resolução dos problemas e da nossa Região são sempre bem-vindas. Quem quer ajudar, quem vem por bem, vem sempre bem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste **Projeto de Resolução n.º 113/XII** – “Recomenda ao Governo Regional a imediata resolução dos problemas que põem em causa a segurança dos alunos da Escola Luísa Constantina”.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O **Projeto de Resolução n.º 113/XII** foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tivemos a agora aqui a aprovação unânime desta câmara para esta iniciativa.

Que conclusões retiramos desta unanimidade?

É que o Governo tem agora todas as condições e também toda a responsabilidade para avançar com estas obras, porque tem verba no orçamento e essa verba foi inscrita por iniciativa do Bloco de Esquerda, e porque tem um mandato unânime, como acabámos de verificar, deste Parlamento para avançar

com as obras ainda este ano e a iniciativa para que isto acontecesse foi também do Bloco de Esquerda. Portanto penso que estamos todos de parabéns.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, o PSD associou-se a este Projeto de Resolução, porque efetivamente tudo aquilo que vier a Casa para ajudar e para contribuir para um melhor nível de ensino quer dos jovens e das crianças, quer também dos açorianos, só temos que estar a favor, pois este é o nosso paradigma, esta é nossa maneira de estar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Não havendo, vamos avançar para o ponto 10 da nossa agenda.

Relativamente a este ponto, o proponente retirou a dispensa de exame em Comissão, portanto, vamos só apreciar o Pedido de Urgência do **Projeto de Resolução n.º 160/XII** – “Recomenda ao Governo da República a transferência urgente dos montantes necessários à execução das obras referentes aos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo”. É uma iniciativa apresentada pelo Deputado Independente, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: A versão inicial vinha acompanhada da dispensa de exame em Comissão, prende-se com uma necessidade desta câmara se pronunciar relativamente àquilo que é o financiamento das obras decorrentes dos prejuízos causados pelo Furacão Lorenzo.

Como sabem, essas obras ascendem a largas dezenas de milhões de euros, sendo certo que a tesouraria regional não tem capacidade para comportar durante muito tempo o decurso das obras que têm que ser realizadas em calendário curto.

Em função disso, resolvi apresentar este Projeto de Resolução, até porque Lisboa deve-nos explicações e deve-nos dinheiro. No entanto, no decurso desta semana e pelas sensibilidades que fui percebendo de grupos e representações parlamentares, achei que era mais avisado retirar o pedido de dispensa de exame em Comissão, mantendo apenas urgência para que esta iniciativa seja

analisada e relatada em Comissão durante este mês, para que estejamos aqui a discuti-la no próximo mês.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do PPM votará favoravelmente esta urgência traduzida pelo Sr. Deputado Independente que visa recomendar ao Governo da República a transferência urgente das verbas da solidariedade nacional para a Região fazer face às obras marítimas que estão a ocorrer no porto comercial das Flores.

Quanto mais tempo, maior será o garrote financeiro às finanças regionais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Mas, entretanto, as obras continuarão graças à solidariedade regional.

Será um objetivo do Palácio de São Bento uma opção política estratégica que se assemelha a um cerco?

É que numa Região como a nossa, a falta dessas tranches faz moossa. Portanto, acreditamos que é do interesse de todos que esta grave situação se resolva.

Disse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal vai associar-se a esta iniciativa do Sr. Deputado Independente, não sem antes dizer que lamento o facto de ter retirado a dispensa de exame em Comissão, porque este é um assunto que, penso, todos nós temos opinião formada sobre ele. Provavelmente aqueles que vamos ouvir será o Governo Regional dos Açores que está aqui presente - não todo, mas pelo menos está aqui representado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E bem representado!

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): E bem representado, mas não podem falar na urgência!

O Orador: E quanto mais rapidamente as nossas vozes chegarem a Lisboa, mais rapidamente este assunto se poderá resolver, se bem que como sabeis, sobre aquilo que chega a Lisboa e o seu retorno, tenho sempre muitas dúvidas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(* **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também eu me associo, obviamente, a este Pedido de Urgência em Comissão, mas não entendo porque é que foi retirado, para ser discutido aqui no plenário algo que é mesmo urgente, o PAN associa-se, mas não consigo perceber, porque o Governo está aqui, neste caso está representado por três Secretários Regional, os quais poderiam responder a esta iniciativa que é urgente.

Por isso, não consigo entender porque é que o Sr. Deputado Independente retirou uma iniciativa, para a qual eu estava totalmente preparado e imagino que todas as bancadas assim estariam.

Será por o Secretário das Finanças não estar cá? Mas a culpa não é nossa. Vamos ter que esperar mais 1 mês para ouvir para ouvir o quê? Não entendo o que é que vamos perder mais um mês a ouvir...não sei o quê. Mas eu não tenho a culpa disso, porque eu estou aqui.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(* **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente o Pedido de Urgência em Comissão a respeito deste Projeto de Resolução, mas de facto tinha a expectativa legítima, aliás, esta proposta já entrou até antes desta semana, com pedido de urgência e com dispensa de exame em Comissão.

O que nós estranhámos é que o Deputado Independente que suporta e apoia o Governo, numa matéria em que este, dia após dia, tem alertado, e bem, para a demora, para o incumprimento, para o dano às finanças da Região que têm as transferências relativas ao Furacão Lourenço, o que faz o Deputado Independente na altura em que este Parlamento está pronto (há mais de uma semana) para discutir essa matéria? Retira o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão. Isso para nós é incompreensível. Se soubéssemos, teríamos feito uma urgência com o mesmo teor.

É que não tínhamos qualquer problema em fazer antes, pelo contrário, porque a urgência, embora os pontos resolutivos pudessem ser mais taxativos e consequentes, de qualquer forma, essa tomada de posição seria importante.

Como já foi referido, em Comissão irá ouvir-se quem...? O Governo? O Governo está aqui. Ou não está?

Vamos ouvir quem...?

O Ministro das Finanças?

Bem, quando queremos tomar uma posição sobre uma matéria que supostamente será largamente maioritária ou consensual, de que é necessário acelerar este processo, não vamos pedir opinião ao Ministro das Finanças, algo que não é sequer habitual.

Ora, a nós parece-nos que era mais do que justificável a dispensa de exame em Comissão, até porque há dados que nós gostaríamos de confirmar com o Governo, relativamente aos valores que estão em causa ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas que culpa tem o Governo?!

O Orador: Ó Sr. Deputado, posso terminar?

Os dados da execução orçamental dos anos de 2020, 2021 2022 nós conhecemos.

O que não conhecemos são os dados do Plano de 2023 que o Sr. Secretário das Finanças já anunciou que será uma execução *histórica*, mas relativamente aos danos do furacão Lourenço, nós gostaríamos de saber quais são, porque não estão publicados. O Sr. Secretário das Finanças e o Governo anunciaram uma execução, mas depois os documentos não se publicam, o que é um excelente exemplo da transparência com que este Governo tem tratado as contas públicas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto é inadmissível, Sr. Deputado! Isto é surrealista!

Presidente: Sr. Deputado isso não tem nada a ver com a urgência deste documento.

O Orador: Tem, tem tudo a ver, peço desculpa.

Sobre esta matéria diria que nós apenas lamentamos a retirada do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tal como hoje estava preparado para o debate desta matéria, estará, como sempre esteve e como estará quando esta matéria for abordada na Comissão, para solicitar informações, indagar por respostas, apelar para uma maior celeridade naquela que é por todos considerada uma das maiores obras necessárias para a ilha das Flores e para os Açores.

A ilha das Flores, neste momento, é o exemplo da necessidade de uma resposta pronta, rápida e decidida por parte do Governo Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olhe telefone pro Galamba!

O Orador: E é por isso que o PS está e estará sempre pronto para qualquer debate que seja suscitado, quer seja nesta Assembleia e quer seja na Comissão onde este diploma será analisado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS vai votar favoravelmente esta urgência, não sem antes dizer que, como é óbvio, esta situação é urgente e emergente, mas também dizer que este ataque que se está aqui a suscitar ao Governo Regional, como que se de alguma forma o próprio tivesse agora a responsabilidade por uma retirada da urgência com dispensa, porque as perguntas que outras bancadas fizeram ou estavam a insinuar...

Deputado António Lima (BE): Ninguém insinuou nada!

O Orador: ... de que foi o Governo que por algum motivo estaria a pôr em causa, está aqui o Sr. Deputado Independente que é o proponente e pode prestar esclarecimentos acerca do que o moveu.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: Efetivamente, o CDS está pronto para fazer este debate sobre esta exigência do assumir de responsabilidades da parte do Governo da República que, aliás, também permitiria ao próprio Governo Regional poder intervir e dizer o que está a fazer neste momento até para contornar, ou pelo menos levar a cabo, aquilo que são urgências de investimentos nesta Região que têm de ser feitos, independentemente da solidariedade ou não da República que foi o que ficou comprometido com o anterior Governo Regional, supostamente reafirmado também com o atual Governo Regional e que tanto quanto o Grupo Parlamentar do CDS tem conhecimento, não está a haver o cumprimento desta solidariedade e das responsabilidades que foram assumidas. E, por isso, segundo aquela que foi a posição do Sr. Deputado Gustavo Alves, o que nos parece também é que se está aqui a tentar fazer um cerco à governação regional e apertar um garrote para que não se possam resolver os problemas às pessoas.

Presidente: Sr. Deputado, cinja-se à urgência por favor.

O Orador: E vou-me cingir, Sr. Presidente, dizendo que efetivamente esta matéria é urgente.

O Sr. Deputado Independente retirou a dispensa de exame em Comissão. Certamente terá motivos para ouvir alguma entidade, julgo que poderá ser um contributo.

De qualquer das formas, o Grupo Parlamentar do CDS, desde logo, irá associar-se também ao próprio Projeto de Resolução.

E, por isso, vamos votar favoravelmente esta urgência em Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada Sr. Presidente.

Eu queria interpelar a Mesa para tentar perceber o seguinte: ou há duas versões do Regimento, ou eu continuo a não compreender qual é a posição desta Mesa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ó Sra. Deputada o seu líder parlamentar explica-se isso!

A Oradora: Nós assistimos a uma tomada de posição completamente diferente por parte da Mesa em relação a duas intervenções que, de acordo com a Mesa, se afastaram do tema em discussão. E para a primeira intervenção foi dito, “isso não tem nada a ver”; para a segunda intervenção, depois de eu pedir a interpelação foi “cinja-se à urgência”. E eu penso que deve ficar registada esta diferença de tratamento.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputada Vera Pires a senhora tem-se em muito boa conta, mas não influencia o que a Mesa faz.

Deputada Vera Pires (BE): Não foi nada disso que eu disse e o Sr. Presidente sabe.

Presidente: Não foi por causa do seu pedido de interpelação que eu fiquei... assustado e fiz a referência ao Sr. Deputado Rui Martins. Foi quando entendi que devia fazer a referência ao Sr. Deputado Rui Martins. Era só o que faltava.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a discutir a urgência dum Resolução que apela ao pagamento em falta das obras já realizadas pelo furacão Lourenço.

Trata-se, na nossa opinião, dum facto de relevância política este Parlamento se poder pronunciar pela urgência de discutir ou de aprovar e de nos pronunciarmos sobre esta circunstância da dívida que tal como diz na Resolução “aos valores assumidos com a reparação dos danos provocados pelo furacão Lourenço” que como sabemos, tem uma enorme relevância e urgência para a Região Autónoma dos Açores. E eu confesso em nome do Grupo Parlamentar do PSD, que me surpreende um bocado a preocupação da retirada da dispensa de exame em Comissão por parte do Sr. Deputado, porque - desculpe-me, Sr. Deputado, dizer-lhe isto - eu acho que não é esta resolução e a sua aprovação, porque já percebemos que se ela fosse votada hoje provavelmente seria aprovada, não é (provavelmente) esta resolução que vai fazer diferença.

Deputado Pedro Neves (PAN): Está a ouvir Sr. Deputado Independente?

O Orador: Mas é urgente que esta Assembleia tenha uma pronúncia sobre a mesma, no sentido favorável a essa urgência, pelos argumentos que já foram apresentados, parece-nos a nós que já em si tem uma relevância política suficiente para ser dada atenção ao porquê, Sr. Presidente, como também ficou verificado, de todos terem abordado esta questão de uma perspectiva, não apenas da urgência de discutirmos em Comissão mas da urgência deste facto ocorrer que é o pagamento das verbas por parte da solidariedade nacional em relação às despesas já efetuadas com o furacão Lourenço, porque Sr. Presidente, ao PSD é sempre urgente quando falha a solidariedade nacional. É sempre urgente quando falha a solidariedade nacional e eu tenho que fazer esta referência. E eu tenho que fazer esta referência, porque ela insere-se na discussão da urgência desta Resolução.

Deputado Carlos Silva (PS): Isto vale tudo!

O Orador: É urgente nós discutirmos este assunto, porque encontramos hoje um padrão de comportamento relativamente às relações da República com a Região Autónoma dos Açores, que não pode ser ignorado neste Parlamento, à conta da eventual dispensa ou não de exame em Comissão.

(Protestos impercetíveis da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado, vou ter que lhe fazer a mesma referência

O Orador: Para justificar a urgência do voto do PSD neste diploma, Sr. Presidente, tem que me dar a mesma latitude que deu ao Bloco de Esquerda para abordar porquê disto ser urgente.

Presidente: E dar-lhe-ei a mesma latitude.

O Orador: E vou concluir o raciocínio do porquê votarmos favoravelmente esta urgência, porque não pode, na nossa opinião de uma forma muito séria, com toda a franqueza e com toda a seriedade, e nós temos vindo a dizer desde o início desta semana, não pode continuar a existir uma dúvida sobre o relacionamento institucional entre a República e a Região. Este é um tema fundamental e determinante para este pensamento, não pode restar dúvidas.

(Protestos impercetíveis da bancada do PS)

O Orador: Quando foi das TSU esqueceram-se dos Açores e das empresas dos Açores.

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa, o senhor tem dois caminhos possíveis: se persiste nessa orientação, eu retiro lhe a palavra, ou muda de orientação e continua no uso da palavra.

O Orador: Sr. Presidente, vai me desculpar, eu espero que o tempo esteja parado **nesta interpelação.**

Presidente: Este não é um problema de tempo, Sr. Deputado. É um problema da orientação sua.

O Orador: Eu gostava de saber qual foi concretamente o tema em que eu variei para discutir este assunto.

Sr. Presidente, posso continuar? Ainda tenho 5 minutos.

Presidente: Faça favor.

O Orador: Estamos a discutir se é urgente a resolução que recomenda ao Governo da República que “proceda à transferência dos valores assumidos em matéria de solidariedade nacional referente à parte das obras já efetuadas e comprovadamente pagas dos prejuízos do furacão Lourenço”.

Nós estamos a discutir, se me permite, Sr. Presidente com o devido respeito e naturalmente compreendendo e aceitando todas as advertências de Vossa Excelência, como é de praxe, de rigor e de função. Mas eu não fugi em nada, ou em menos que nenhum dos anteriores Deputados que intervieram sobre este assunto, sobre a urgência de discutirmos ou não a transferência de verbas devidas aos Açores pela solidariedade nacional. E eu só justifico a minha urgência em votar isto favoravelmente, se puder dizer porque é que é urgente comprovadamente desaparecer a ideia de que a República, por alguma razão, não transfere as verbas para a solidariedade nacional devidas aos Açores.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E, portanto, nós vamos votar favoravelmente este diploma, Sr. Presidente, porque de facto achamos que é importante discutir as razões pelas quais continuam os Açores em crédito com a República por não transferir aquilo que é devido em termos de solidariedade nacional.

E lamento, Sr. Presidente, que toda a gente tenha falado da dispensa de exame em Comissão e ninguém tenha falado efetivamente das verbas que são devidas aos Açores por falta de solidariedade nacional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo Regional)

Deputado Nuno Barata (IL): Todos falámos!

Deputado Pedro Neves (PAN): Toda a gente disse isso!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Carlos Furtado, eu não lhe posso dar a palavra à segunda vez.

Para defesa da honra?! De quê?!

Pergunto se há mais intervenções no âmbito do Pedido de Urgência?

Não havendo, vamos votar este Pedido de Urgência.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O Pedido de Urgência relativo ao Projeto de Resolução nº. 160/XII por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Na impossibilidade de esclarecer os partidos que me questionaram (porque regimentalmente não posso) sobre a matéria que acabámos de votar, devo dizer que votei com convicção este modelo de pedido de urgência sem dispensa de exame em Comissão, porque embora não esteja aqui o elemento do Governo com quem eu precisava de tirar alguns esclarecimentos...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Ahhhhh!

O Orador: ... apesar disso, Sras. e Srs. Deputados, eu retirei o pedido de dispensa de exame em Comissão, porque sendo eu um deputado único, com menos elementos de gabinete, não tenho capacidade para escrutinar a matéria em causa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A proposta é sua!

O Orador: Estranho é que havendo aqui partidos (todos os partidos) com mais assessoria, mais elementos de gabinete, mais recursos, tivessem a mesma informação que eu tive da necessidade de apresentar este Projeto de Resolução.

Não posso, desta forma, receber lições de moral de quem diz que “porque é que tira a urgência?”, se nem sequer durante esse tempo, se preocupou em apresentar iniciativa similar.

Portanto, era só o que faltava ouvir lições de moral de quem não tem moral para falar sobre este assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais declarações de voto?

Sr. Deputado Paulo Estêvão está pedindo a palavra para?

(O Deputado Paulo Estêvão dá a indicação de querer usar da palavra para uma declaração de voto)

Presidente: Eu já perguntei isso há 10 segundos.

Sr. Deputado tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma interpelação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No sentido de dar o exemplo, também como um dos mais velhos aqui no Parlamento...

Deputado Berto Messias (PS): O mais velho!

O Orador: Se V. Exa. não viu, eu respeito a sua decisão e obviamente, prescindindo da declaração de voto sobre esta matéria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Vamos avançar para o ponto 12 da nossa agenda, o Pedido de Urgência do Projeto de Resolução n.º 61/XII – “recomenda ao Governo Regional que permita a liberdade de escolha na educação”.

É uma iniciativa apresentada pela Iniciativa Liberal.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para a sua apresentação.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é costume, vou cingir-me à urgência. Espero que respeitem isso mesmo. A urgência deste Projeto de Resolução prende-se com o facto de nós estarmos a chegar ao final do ano letivo e face à proximidade do próximo ano letivo, ser importante na nossa opinião, que pais, encarregados de educação e restante comunidade escolar, estejam convenientemente informados sobre as decisões que as tutelas nesta matéria dos jardins de infância, sejam tomadas atempadamente, para que toda a comunidade escolar, em especial pais e encarregados de educação, não sejam apanhados de surpresa em cima da hora com decisões que não lhes são nem favoráveis, nem estavam preparados para isso. É só nesse sentido que se pede a urgência e análise em Comissão deste diploma.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições para este Pedido de Urgência?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votará favoravelmente o Pedido de Urgência em Comissão desta iniciativa, não sem antes fazer uma ressalva que não tem a ver especificamente com o objeto da iniciativa, mas com os trâmites processuais.

Efetivamente, esta iniciativa provavelmente irá baixar a Comissão de Assuntos Sociais e sendo tratada com urgência em Comissão, terá que subir a plenário provavelmente em junho.

Nós compreendemos - não estou a analisar o objeto da iniciativa nem estou a tomar posição sobre aquilo que a mesma pretende a iniciativa - a urgência em face da proximidade do próximo ano letivo. No entanto, é preciso ter em atenção o grande número de iniciativas que está na Comissão de Assuntos Sociais e a dificuldade que isso traz. E eu não faço parte da Comissão, por isso, não posso me pronunciar sobre o que o funcionamento nem quanto aos trâmites que são legitimamente tomados. A questão é que este procedimento acelera o processo desta iniciativa, mas naturalmente irá atrasar outras iniciativas que,

legitimamente, também têm a expectativa de serem analisadas e subirem a plenário em tempo minimamente útil. E é naturalmente este alerta que não posso deixar de fazer, porque tratando-se daquelas que são as nossas iniciativas, há iniciativas que manter-se-ão provavelmente durante longos meses e, com este Pedido de Urgência, mais um mês pelo menos ficarão, e outros partidos terão o mesmo problema.

É fundamental que procuremos fazer a nossa parte e que todos procuremos acelerar e agilizar as iniciativas que estão na Comissão de Assuntos Sociais, porque é aquela que tem maior volume de trabalho neste momento - sem qualquer sombra de dúvida.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, quero começar por referir que nós vamos votar esta urgência, consideramos que é importante que se faça a clarificação pública desta matéria. Nós temos essa informação, mas consideramos que é importante que isto se discuta e rapidamente.

Portanto, da nossa parte o nosso voto favorável, não tem a ver com a concordância do conteúdo da iniciativa, que nós contestamos em muitos pontos, mas apenas com a necessidade de que este assunto se esclareça o mais rapidamente possível. E, portanto, estamos aqui prontos para discutir, aliás o PPM está sempre pronto para discutir e para o contraditório.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Obrigado, Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Apenas para uma interpelação, dado que o assunto foi levantado. **Presidente:** Tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Comissão de Assuntos Sociais realizou nesta Legislatura 245 audições presenciais, 33 das quais já neste ano de civil, de 2023; e tem programadas mais 27, daí a razão, muitas vezes, dos assuntos que ali chegam demorarem no seu agendamento, desde logo, na elaboração do respetivo relatório e ao subsequente agendamento. A razão prende-se somente com este facto.

Nós, neste momento sem entrada deste diploma e do outro que o Partido Socialista também já apresentou no decurso deste plenário, temos mais 27 audições para realizar, o que significa que não temos tempo útil para fazê-lo até às férias parlamentares de agosto, o que significa que há matérias que necessariamente vão ficar para o final do ano.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. O que também me permite dizer que é uma metodologia da própria Comissão, porque há Comissões que às vezes têm o mesmo número de iniciativas e que elas têm outro tipo de tratamento, com menos audições presenciais e avançam. E, portanto, eu respeito o funcionamento da Comissão de Assuntos Sociais que promove muitas audições presenciais, mas tem essa consequência.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente este Pedido de Urgência, até porque entende-se que este assunto deve ser analisado e debatido na Comissão dos Assuntos Sociais, embora eu entenda também a posição do Sr. Presidente da Comissão, porque de facto, tem um nível de trabalho que – digamos assim – assusta, assusta mesmo. É mesmo assim que eu tenho que dizer.

É importante discutir este assunto porque no passado recente foram tomadas algumas posições por parte do Governo Regional, de forma intempestiva, que prejudicaram algumas ilhas. Foi o caso da Graciosa.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Isto é a urgência, Sr. Deputado!

O Orador: Na Graciosa foi tomada uma posição por parte do Governo para encerrar um jardim de infância privado, enquanto noutras ilhas as posições do Governo Regional não foram as mesmas.

E é preciso esclarecer, é urgente esclarecer na Comissão dos Assuntos Sociais, porque é que há tratamentos diferentes de ilha para ilha?

Daí ser urgente analisar uma proposta deste tipo, que ainda bem que surge nesta altura, porque vamos iniciar um novo ano letivo.

Só tenho é pena que o Sr. Deputado Nuno Barata não tenha participado na reunião da Comissão dos Assuntos Sociais do dia 29 de julho, onde este assunto já tinha sido levantado, pois como se sabe, as dúvidas que surgiram por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, originaram e despoletaram a audição do Senhor Vice-Presidente do Governo.

Por isso, nós estamos aqui para acompanhar todo este processo, até porque não se pode fazer experiências com crianças.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nós vamos votar favoravelmente esta urgência, porque é urgente acabar com os enredos, os mexericos, a defesa de interesses que não são os da comunidade e tentar virar pessoas contra pessoas.

Deputado José Ávila (PS): Essa é a sua especialidade, Sr. Deputado!

O Orador: É urgente mesmo acabar com esta forma de fazer política que procura nas fragilidades de alguns, encontrar o benefício de outros.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Vou cingir-me àquilo que é a urgência, porque parece que algumas bancadas já querem fazer a discussão desta matéria e, como tal, vou resistir e vou fazer a justificação da urgência.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Por parte do Grupo Parlamentar do CDS, vamos votar favoravelmente e acompanhar esta urgência, percebendo aquilo que alegou também o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, porque sem dúvida que muitas nos lamentamos das iniciativas que estão na Comissão de Assuntos Sociais e as mesmas não virem a discussão a plenário, e, claro que, com esta figura regimental faz com que estas iniciativas passem à frente de outras (mas é mesmo assim, o Regimento permite) e como tal vamos acompanhar a urgência, porque estamos certos que é importante debater estas matérias, quer pelo aproximar do ano letivo, quer também por forma a esclarecer diversas afirmações que têm sido tomadas, certas posições públicas.

Acho que é importante todos nós debatermos aquilo que é matéria que esta iniciativa traz, por forma a esclarecer todas estas situações e, por isso, vamos votar e acompanhar esta iniciativa, mas não posso terminar sem dizer que é

lamentável aquilo que o senhor deputado do Partido Socialista disse, que se tratou de experiências com crianças, porque a verdade é que nem este, nem qualquer outro governo, na implementação das suas políticas, entende fazer experiências com crianças e é lamentável essa sua expressão.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): E foi! Na sua terra não, mas na dos outros pode ser!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD; CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado José Pacheco faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Senhor Presidente, muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Para informar que nós vamos votar favoravelmente a urgência.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições no âmbito do pedido de urgência?

Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um intervalo de 15 minutos, regressamos às 16h55.

Eram 16 horas e 38 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 58 minutos.

Vamos entrar no ponto 13 da nossa agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 162/XII – “Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão do Grupo SATA entre os anos de 2013 e 2019”**.

É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do CH, pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM e pela Representação Parlamentar do IL.

Para justificar a urgência em a palavra o Senhor José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo.

Começo por chamar a atenção que houve uma substituição integral da proposta. Justificamos urgência, mas eu penso que ela por si já se justifica com o relatório do Tribunal de Contas, onde ficámos todos muito apreensivos e até bastante curiosos, em perceber a responsabilidade de algumas daquelas coisas.

Assim, por desejo do Chega e subscrito pelo PSD, CDS, PPM e IL, solicitamos a constituição de uma comissão de inquérito para podermos apurar e com transparência perceber.

Uma pequena nota, também com alguma humildade democrática. Alguns partidos achavam que se devia estender um pouco mais o tempo, não ser de 2013 a 2019 (achamos que sim), mas até ao final de 2022, apesar de acharmos que temos factos concretos no relatório do Tribunal de Contas.

Temos alguns relatórios do Grupo SATA.

Vamos ver! A comissão de inquérito sendo aprovada, será ela depois a tirar estas conclusões, se houver a tirar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições? Senhor Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Informo que vou votar contra a sua urgência, mesmo percebendo que essa é uma matéria que precisa efetivamente de ser analisada, mas este é efetivamente o pior de todos os momentos para que essa Casa dê nota pública que se vai iniciar uma comissão de inquérito à SATA.

Isso é algo de uma irresponsabilidade tremenda que poderá trazer largos milhões de prejuízo à companhia e, conseqüentemente, aos açorianos.

Em função disso, terei mesmo que votar contra e apelo ao bom senso das Senhoras e Senhores Deputados desta Casa para que reflitam durante um período curto tempo no sentido de evitar o prejuízo maior, que consiste a aprovação, neste exato momento, da criação dessa Comissão de Inquérito.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Presidente

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação. Vamos então votar este pedido de urgência.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

O Senhor Deputado que vota contra faça a favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 PPM, 1 do CH, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Tendo sido aprovado o pedido de urgência, dou novamente a palavra ao Senhor Deputado José Pacheco, para apresentação da iniciativa.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Conforme disse há pouco, o relatório do Tribunal de Contas é demolidor e levanta sérias dúvidas, até inclusive, não sei se haverá em matéria judicial.

Nós não podemos, constantemente, achar que a culpa tem que morreu solteira.

Apenas encolhemos os ombros, aconteceu. Nós estamos a falar no relatório, daquilo que sabemos, daquilo que é público, daquilo que é de uma entidade credível, que a SATA, em 6 anos, ultrapassa uma dívida de 465 milhões, ou seja, tinha 199, são 200 e muitos milhões de euros que aos açorianos faz falta. É importante perceber.

Eu não vou dizer que há um elefante no meio da sala, no meio desse processo, mas vou dizer que há um cachalote no meio da sala.

São 42 milhões de euros que nós temos de perceber quem é que tomou as decisões? Porque é que foram tomadas? Onde é que isso está escrito, segundo o relatório, e contrariamente ao que estava dito? Isto é tudo matéria para a comissão de inquérito.

Obviamente que também aqui damos um sinal de transparência em clarificar o passado; damos um sinal de estabilidade, damos um sinal a quem quer. Depois de todo o alarido que já se criou com o processo iniciado, nós vamos dizer: não, nós no passado vamos pôr uma pedra no assunto, vamos clarificar; se tivermos que responsabilizar, responsabilizamos; o que tivermos que encerrar, encerramos.

Este assunto tem que ficar encerrado para os açorianos.

Os açorianos pagaram centenas de milhões de euros e estão a pagar duma empresa que, por opções que nós desconhecemos levou-nos a uma tragédia financeira que não tem outro nome. Isto é muito importante.

É importante nós também começarmos a ter algum rigor nas contas e nas empresas, que andam à volta daquilo que é a Região. Isto é muito, muito importante. Era da nossa vontade. Outros se juntaram a nós.

Não me alongo muito mais e darei oportunidade para que outros também o possam dizer de outra forma e com outros argumentos. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Senhor Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Informem, por favor, se acharem que eu estou louco.

Deputado José Pacheco (CH): Acho!

O Orador: Estamos a 38 dias do prazo final da apresentação das candidaturas para a intenção de compra de Azores Airlines (a 38 dias!).

Qualquer investidor que tente apresentar preços, proposta para a compra da Azores Airlines, neste momento fico informado que a Airlines, para além de ter tido uma gestão, ao que parece, danosa de 2013 e 2019, ainda há um grupo de deputados, que apoiam a estrutura do Governo, que ainda acha que o problema, para além de ser grave entre 2013 e 2019, eventualmente também o é entre 2020 e 2022.

Estes senhores, esses 28 deputados que acharam isso, que apoiam o Governo, acham que a gestão de 2019 até 2022 pode ser danosa e que requer que também seja incluída nesta comissão de inquérito. Se calhar têm razão. Se calhar tem razão, porque a gravidade da gestão de 2013 a 2019 é de tal ordem que não pode vez nenhuma administração da Azores Airlines principescamente paga, sim, porque estamos a falar de um Conselho de Administração composto por três pessoas que qualquer uma delas ganhava mais do que 13 mil por mês, um Conselho de administração deste calibre, passe a expressão, seguramente identificou os problemas de má gestão entre 2013 e 2019.

E a pergunta que se impõe é: tomou conhecimento dessa gestão danosa? Sim ou não?

Reportou ao acionista essa gestão danosa? Sim ou não?

Não tomou conhecimento, por incapacidade dessa gestão? Sim ou não?

Qualquer uma das três questões são muito, muito, muito graves. Por que no limite, temos aqui ou incompetência do Conselho de Administração principescamente pago; ou então uma gestão que tomou conhecimento e não fez a sua obrigação de reportar ao acionista; ou então, o acionista tomou conhecimento dessa situação não tornou pública aos açorianos, que são quem paga? Isto é grave.

É por isso que eu penso e é por isso que eu pergunto, se as Senhoras e os Senhores Deputados acham que eu estou louco, digam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É melhor não!

O Orador: Mas o que estou constatando aqui, Senhoras e Senhores Deputados, é que isso é gravíssimo.

Daqui por 38 dias, haverá ou não haverá envelopes de proposta para aquisição da Azores Airlines. E a questão aqui é:

Quanto é que um interessado vai oferecer por uma companhia, para o qual acabou de se aprovar, um documento destes – a abertura de uma comissão de inquérito?

Quanto é que vai ser avaliada essa companhia?

E mais!... Depois dos míseros tustos que alguém há de apresentar, eventualmente, para a compra, qual é a capacidade negocial no tempo que decorre, depois da apresentação das candidaturas até à decisão final? Qual é a capacidade negocial que a administração da SATA e, conseqüentemente, também o acionista, terão perante um interessado?

Qual é essa capacidade? Senhoras e Senhores Deputados, isso é talvez o assunto mais grave que foi debatido nesta Casa, desde o início dessa legislatura.

E sou só eu que estou a ver isso?

O que é que se passa aqui? Essa Comissão vai ser criada com o prazo de apresentação do relatório final a 180 dias. Daqui por 180 dias, estamos a novembro, depois daquilo que o acionista determinou que era o momento para terminar o processo de alienação das Azores Airlines, ou seja, vamos ter aqui uma Comissão de Inquérito que vai fazer depois o seu relatório final, depois da venda da companhia.

Senhoras e Senhores Deputados:

Será que isso não é grave?

Será que perante este momento e a única forma que eu encontro neste momento para minimizar a gravíssima situação que estamos aqui a discutir, é o Governo suspender de imediato o processo de privatização da SATA Azores Airlines, até que o relatório seja concluído.

Caso contrário, Senhoras e Senhores Deputados, insistir nisso a um erro gravíssimo de milhões de euros.

Se entender, não suspender, pelo menos tem de dilatar no tempo, o tempo de apresentação das candidaturas. Isto é sério demais para ser discutida à sexta-feira à tarde, com pressa de ir para casa.

Eu não consigo conceber isto. Eu se calhar, sou o mais iletrado, das Senhoras e dos Senhores Deputados estão nesta casa. E só eu que estou vendo a gravidade dessa situação?

Permitam-me que vos alerte da gravidade dessa situação.

A Comissão de inquérito, sim, quando chegar o momento, não agora (não, agora!), porque o que está em causa aqui nem sequer é já a gestão de 2013 e 2019.

Presidente: Agradeço que termino, Senhor Presidente-

O Orador: Já terminarei, Senhor Presidente. Eu peço alguma compreensão, atendendo à gravidade da situação.

O que está em causa já não é gestão de 2013-2019, porque esta já foi auditada pelo Tribunal de Contas.

Essa já foi remetida ao DIAP. O que está em causa é toda a gestão dos últimos 10 anos.

E ninguém vê nada, ninguém percebe isso. Para além de ficarmos sem a Azores Airlines, ainda vamos vender a primeira dúzia de tustos. É disso que estamos falando.

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Eu posso concluir, Senhor Presidente?

Isso é grave! Isso é gravíssimo.

Senhoras e Senhores Deputados atentam àquilo que vos estou a dizer.

Muito obrigado, Senhor Deputado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves. Faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Senhor Deputado Independente perguntou se nós achávamos o louco? Espero que goste da resposta:

No Lourenço, se calhar, teve um pouco de loucura, ao retirar a urgência, mas agora não e eu concordo plenamente com aquilo que disse.

Esta comissão de inquérito não vai ajudar em nada para quem quer vender uma empresa em tão poucos dias. Tem completamente razão.

Mas não se apoquente, Senhor Deputado Independente, não se apoquente porque, o Diário dos Açores já disse que isto já está provado. Não é preciso sequer votar. Isto já está aprovado e vai haver comissão de inquérito. Não há nada a fazer-

Eu só pedi a palavra para lhe dar razão. A sua forma de ter visto esta comissão de inquérito, tendo em conta a privatização, tem toda a razão.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Senhor Presidente, muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu começo por recordar o seguinte: esta auditoria do Tribunal de Contas resultou de uma resolução desta Assembleia.

Esta Assembleia, em resolução, solicitou ao Tribunal de Contas que realizasse uma auditoria. Perante as conclusões dessa auditoria, não resta qualquer outra dúvida, a esta Assembleia, que seja consequente em função dos resultados que são apresentados da auditoria,...

Deputados Carlos Freitas e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... nomeadamente aqueles que constam do Projeto de Resolução apresentado e que foi subscrito pelo PSD.

Portanto, pronto a iniciativa resolutiva desta Assembleia subscrita, se não me engano, por todos os partidos,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E aprovada!

O Orador: ...perante as conclusões do da auditoria do Tribunal de Contas (aprovada, tem toda razão), não resta outra alternativa a esta Assembleia que não ser consequente em função dos resultados da auditoria.

Deputados Joaquim Machado e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A questão que foi levantada, pelo Senhor Deputado Independente e foi também falada pelo Senhor Deputado Pedro Neves, relativamente ao processo de privatização, alguns de nós terão um entendimento que uma situação não afeta a outra. Mas coloca-se a questão, ou seja, se não houvesse processo de privatização, tudo bem, poderíamos fazer uma comissão de inquérito; havendo não se faz. Há aqui, de facto, alguma contradição.

Nós em coerência, entendemos que perante a decisão desta Assembleia de pedir ao Tribunal de Contas a auditoria, perante os resultados da auditoria, em coerência, deverá ser constituída a comissão de inquérito.

Portanto, nós estamos favoravelmente, naturalmente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

A auditoria que foi tornada pública pelo Tribunal de Contas, no fundo, vem confirmar aquilo que a maior parte de nós já sabia e que estava refletido nas contas da SATA, ao longo dos anos. Portanto, não há propriamente novidade nesta matéria.

E também é factual que, ao longo dos anos, este tem sido dos assuntos mais debatidos aqui neste Parlamento, quer em debates de urgência, quer em iniciativas, quer até em comissões de inquérito.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E nunca se apurou responsabilidades!

O Orador: Em 2014 foi aprovada, por unanimidade, uma auditoria do Tribunal de Contas referente às Contas de 2019 e 2013, cujo resultado ficámos a conhecer;

Em 2025, foi realizada uma Comissão Parlamentar de Inquérito ao Grupo SATA;

Em 2018 e 2019, uma Comissão de Inquérito ao Setor Público Empresarial Regional, que incluía a SATA e onde até foram ouvidos vários gestores da SATA; foi ouvido o Presidente do Governo Regional, na altura, por sua opção; Mais recentemente, em 2021, o Partido Socialista também aprovou auditoria que foi pedida ao Tribunal de Contas, às contas da SATA:

Portanto, sobre esta matéria, o nosso histórico demonstra que não temos nada a esconder e votámos a favor de comissões no passado, votaremos a favor desta, porque o nosso objetivo é, uma vez mais, que não haja qualquer dúvida, não há nada a esconder e nada tememos sobre este assunto.

Portanto, seja feita a Comissão de Inquérito às Contas de 2013 a 2019. Nada opor.

Mas há uma pergunta que lhe faço, Senhor Deputado José Pacheco: é se o Senhor Deputado entende que é relevante analisar as contas de 2021 e 2022, por exemplo?

É que aquilo que o Senhor Deputado apresenta e os Deputados que subscrevem esta resolução diz, e passo a citar: “avaliar o exercício da tutela política da SATA e o desempenho dos órgãos sociais das empresas do grupo, no período compreendido entre 2020 e 2022.”

Afinal, aqueles que apregoam a transparência não querem escrutinar as contas de 2020, 21, 22?

Deputado José Pacheco (CH): E mais do que isso: perceber onde é que estão os prejuízos!

O Orador: Não, Senhor, não é isso que aqui está.

“Avaliar o exercício da tutela e o desempenho dos órgãos sociais das empresas do grupo no período compreendido entre 2020...”

Deputado José Pacheco (CH): Leve isso para a Comissão!

O Orador: Senhor Deputado José Pacheco, nós concordamos que sejam analisadas as contas, todas elas, mas não é isso que aqui está. Peço desculpa, não é isso que aqui está.

Deputado Paulo Estêvão (PPM) e Deputado Nuno Barata (IL): Como se avalia o desempenho sem avaliar as contas?!

O Orador: Não é isso que aqui está, peço desculpa.

Senhor Deputado José Pacheco, Senhoras e Senhores Deputados que subscrevem essa iniciativa, é tão relevante analisar os prejuízos de 2013 a 2019, como é relevante também analisar os prejuízos de 2020 a 2022. Neste período entre 2020 e 2022, o Grupo SATA reportou prejuízos na ordem dos 18 milhões de euros.

Entre 2021 e 2022, a média dos prejuízos da SATA Internacional, ascende a 56 milhões de euros, retirando os impostos diferidos que já foram aqui mencionados.

São valores relevantes e que merecem também o escrutínio deste Parlamento.

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

O Orador: Portanto, votaremos a favor. Estamos aqui como estivemos no passado, para analisar, para estar na Comissão a analisar todos os dias, sem faltar à Comissão, fazendo perguntas a quem lá estiver.

Portanto, contem connosco. Nós estamos aqui sem nada a temer, nada a esconder.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já esconderam o suficiente!

O Orador: Vamos analisar, vamos escrutinar.

Portanto, o que lamentamos é que haja alguma contradição, inclusive do Senhor Deputado Paulo Estêvão, que há cerca de um mês dizia, no programa *Frenteira Política*, na RTP Açores, a respeito da Iniciativa Liberal, e desculpem a redundância, sobre a alteração ao paradigma nos transportes, dizia que:

“Era um mau momento para introduzir fatores de perturbação”, num processo de privatização que estava a decorrer. Mas agora o Senhor Deputado acha que uma comissão de inquérito vai trazer estabilidade que a empresa precisa e que os açorianos também precisam.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

De forma breve, já foi feita aqui uma resenha histórica, que é importante para se perceber a profundidade e os vários momentos da análise que já existiram, relativamente à SATA às suas contas, ao desempenho e atuação dos órgãos de gestão, ao longo dos anos. Efetivamente, justificava-se e justificou-se, ao longo dos anos, as comissões de inquérito:

A Comissão de Inquérito de 2015, que participámos, naturalmente, com empenho;

A Comissão de Inquérito que foi feita, de uma forma que nós não considerámos a melhor, em que englobou, em 2018, todo o Setor Público Empresarial Regional e, como é óbvio, no âmbito gigantesco, para não dizer pior e que, naturalmente, apesar de incluir a SATA, não poderia ter a profundidade que se exige numa Comissão de Inquérito.

Para além disso, a questão da auditoria da proposta do Projeto de Resolução que foi apresentado, se não me falha a memória, já nessa legislatura, pelo PSD, relativamente à auditoria do Tribunal de Contas que nos foi entregue há pouco tempo e que o Bloco de Esquerda votou, naturalmente, a favor.

Este período que aqui está teve um conjunto vasto, e por várias entidades, de análise.

Entendem os proponentes que ele deve ser analisado, e nós concordamos.

Havendo matéria a analisar cá estamos para participar na Comissão de Inquérito, como sempre fazemos e para voltar a esta matéria, havendo dados novos ou pelo menos novas informações acerca de factos conhecido.

No que diz respeito aos anos que não constavam da proposta inicial, e eu não quero debater a proposta inicial, sei que não é sequer regimentalmente permitido, mas também não posso deixar de informar a Câmara que...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Foi o que fizemos esta manhã.

O Orador: Pois!

... que quando o Bloco de Esquerda soube, tomou conhecimento da proposta e do seu teor, apresentou um Projeto de Resolução, de comissão de inquérito aos anos de 2020, 2021, 2022, no mesmo teor que esta Comissão é proposta.

Não foi distribuída ainda; estará provavelmente na Mesa para despacho, mas fizemo-lo porque considerávamos e consideramos que não poderia ser feito uma Comissão de Inquérito sobre um passado já algo distante...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Algo distante?

O Orador: Sim, já tem 4 anos.

... com números muitíssimo graves, com factos e prejuízos que muito prejudicaram a SATA, mas que comparam muito mal com os números que nós temos nos últimos três, sendo certo que um deles, 2020, tem um facto ainda muito relevante, que foi o facto dos aviões não voarem, praticamente.

Mas só para termos a ideia, o Grupo SATA em 2017, em resultados consolidados, teve 37 milhões de prejuízo; em 2018 teve 63 milhões de prejuízo; em 2019 teve 55 milhões; em 2020 teve 88 milhões, o tal ano em que os aviões não voaram; em 2021 teve 57 milhões e em 2022 teve 56 milhões, tirando a martelada dos impostos diferidos, e, julgo, seria importante ouvir o que é que o PSD tem a dizer sobre isso. São 56 milhões de euros.

Vamos lá ver. Sem *Cachalote*, não tenho visto nenhum avião em forma de cachalote ou com a pintura de cachalote, a SATA está a ter resultados piores do que teve no período, ou em grande parte dos anos do período que querem analisar.

Seria para nós absolutamente incompreensível que os prejuízos de 2018 ou 2017 tivessem de ter um novo escrutínio e uma nova análise numa Comissão de Inquérito e prejuízos iguais ou piores, não tivessem o mesmo escortinho. Daí nós consideramos que é fundamental. Se é para analisar, que se analise tudo.

Mas também não posso deixar de perguntar aos proponentes, o que é que entendem...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... (porque não quero que existam existam equívocos), com a redação da alínea f) do n.º 2? Porque ela é distinta da redação relativamente aos anos de 2013 a 2019.

A nossa interpretação, num sentido lato, é que esta redação não pode, nem deve, impedir qualquer audição (porque estar fora do âmbito) qualquer pedido de documento, por estar fora do âmbito.

Mas eu quero saber o que é que a coligação, ou os proponentes (não é apenas a coligação, peço desculpa) consideram que esta Comissão pode fazer nestes anos de 2020 ou 2022 e o que é que considera que pode fazer nos restantes anos que estão em análise? Há alguma diferença, no vosso entendimento? É porque aquilo que não poderá acontecer e que para nós será muito grave, se chegarmos à Comissão de Inquérito e os partidos que propõem essa coligação, disserem: não; o objeto para o ano de 2022 ou 2021 é distinto do objeto de 2013, ou 2014, ou 2018.

Isso, em nosso entender, não pode de modo algum acontecer. E para que não haja dúvidas é fundamental que os proponentes esclareçam se esse nosso entendimento de que, entre a capacidade de análise da Comissão para os anos de 2020 ou 2022, não há diferença entre esses anos, entre a nossa capacidade de análise e os anos 2013 a 2019?

Julgo eu que nada como a transparência e a clareza na proposta para que não haja equívocos a partir do início dos trabalhos da Comissão.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Tem toda a razão!

Presidente: Obrigado.

Tem a palavra o Senhor Deputado João Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado António Lima, começo por lhe responder a si e respondo também ao Senhor Deputado Carlos Silva:

Da nossa parte é muito claro e objetivo. As comissões de inquérito avaliam e fazem julgamentos políticos, avaliam responsabilidades políticas e é isso que vamos avaliar relativamente ao exercício da tutela política, desta legislatura e deste governo regional, no período de 2020 a 2022. É esta legislatura. É referente a esta legislatura.

Para a comissão de inquérito se referir a factos anteriores a esta legislatura há regras específicas e, por isso, ela decorre, tal como explicou o Senhor Deputado António Vasco Viveiros, primeiro de uma resolução para que fosse feita uma auditoria e, objetivamente, daquilo que é revelado pela auditoria que nos convém esclarecer em termos de responsabilidade política.

E, portanto, o que está escrito relativamente aos anos de 20/22 (desculpe, Senhor Deputado António Lima e Senhor Deputado Carlos Silva) é mais amplo do que está escrito relativamente aos anos de 2013/2019, precisamente, porque é relativamente a esta legislatura e sobre esta legislatura, tudo absolutamente tudo, sobre o que diz respeito à tutela política deste Governo Regional está incluído.

É o que está escrito, é o que está na alínea. É exatamente ao contrário daquilo que os senhores querem fazer crer e isso é que é lamentável,...

Deputada Vera Pires (BE): Não é lamentável pedir esclarecimentos!

O Orador: ... é quando temos um Governo, uma legislatura, um Parlamento, uma maioria parlamentar que quer a transparência, quer esclarecer a verdade, inclui tudo, não quer esconder nada, não quer que sobre dúvidas nenhuma sobre o dever de esclarecimento açorianos e sobre o dever de responsabilidade política que devemos ter depois do que soubemos com a auditoria do Tribunal de Contas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Em relação à questão que me foi colocada pelo Grupo Parlamentar do PS, se neste momento é algo que afete o processo de privatização em curso, não! O processo já foi lançado nos mecanismos que estão definidos. Portanto, em nada afeta.

Eu até acho o seguinte, acho que quem quer comprar a empresa, a Sata Internacional, obviamente, o que quer é uma informação transparente.

A Região Autónoma dos Açores, independentemente de ser governada pelos partidos que agora estão a desempenhar funções, como anteriormente esteve a ser governada por parte do Partido Socialista, ou com o apoio parlamentar do Partido Socialista, é uma pessoa de bem.

Nós não queremos vender gato por lebre.

Portanto, transmitir que nós queremos que quem compra, quem se envolve neste processo de privatização tenha toda a informação.

Evidentemente, não tenha, em relação a esta matéria, qualquer tipo de dúvida que ninguém vai fazer uma aquisição destas sem ter toda essa informação.

Outra coisa é, e aí eu não percebi a intervenção do Bloco de Esquerda nesta matéria, porque eu partilho, desde 2008 (o PPM partilha, desde 2008) a presença neste Parlamento com o Bloco.

O Bloco entrou no Parlamento dos Açores, quando nós entrámos, o PPM.

E é evidente que se olhar para as conclusões da Comissão de Inquérito de 2015 (acho que que, tinha assento era a Senhora Deputada Zuraida Soares), a questão é que o Bloco não ficou contente, ou satisfeito, não acompanho, aquelas que foram as conclusões da comissão de inquérito, que foram ditadas por uma maioria absoluta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Tanto assim é que votou contra.

Deputado António Lima (BE): Absteve-se!

O Orador: Peço desculpa, foi só aprovado pelo Partido Socialista. Foi só aprovado pelo Partido Socialista e o Bloco de Esquerda não votou contra.

Deputado António Lima (BE): E o que é que isso tem a ver?

O Orador: Sim, reponho aqui aquela que é a verdade. Mas foi apenas aprovado pelo Partido Socialista, ou seja, o Partido Socialista é que se revia nas conclusões da Comissão de Inquérito.

Portanto, o que é necessário fazer, num quadro plural, como aquele em que nós estamos a viver?

Nós temos um quadro plural neste Parlamento. Portanto, é isso que nos permite fazer aquele trabalho que é necessário fazer depois de termos esse conjunto de factos novos, de análise.

Repare uma coisa, Senhor Deputado: compare as conclusões de 2015 com as conclusões, agora, do Tribunal de Contas?

Veja a enorme distância que existe entre o que a Comissão de Inquérito, concluiu e o Tribunal de Contas concluiu.

Verifico um enorme afastamento entre estas conclusões. Verifique, Senhor Deputado, que o trabalho que nós vamos fazer...

Deputado Carlos Silva (PS): São períodos diferentes, Sr. Deputado!

O Orador: A Comissão Inquérito é um trabalho da maior importância para a Região Autónoma dos Açores.

E por isso, na minha perspetiva, o que há aqui a fazer, em liberdade, neste quadro parlamentar, é o trabalho que se exige a uma Comissão de Inquérito. É isso que nós vamos fazer, com total empenho da parte do PPM.

E o que lhe quero dizer também é que é evidente que quem lê estas conclusões do Tribunal de Contas, apanha como com “um muro no estômago” pelo facto de verificar as responsabilidades políticas tremendas que significam estes resultados que foram apresentados por parte do Tribunal de Contas.

Olhe, desde logo, e eu vou ler aqui algumas das conclusões e dos textos do Tribunal de Contas.

O que é que o Tribunal de Contas concluiu?

“O Governo da Região Autónoma dos Açores não emitiu orientações estratégicas para as empresas do Grupo SATA, nem promoveu a celebração de contratos de gestão com respetivos gestores públicos.”. Veja bem:

Depois:

“Os documentos provisionais das respetivas empresas do grupo SATA não foram formalmente aprovados pelo representante do acionista único, dando-se inclusivamente o caso, em 2016, não existia sequer deliberação formalizada em ata de aprovação daqueles documentos por parte do Conselho de Administração das sociedades.

As empresas do Grupo SATA continuaram a não observar, na generalidade, o procedimento legal de elaboração e aprovação dos documentos necessários ao acompanhamento e controlo das respetivas atividades.” - página n.º 12.

E depois veja o seguinte:

“A SATA Air Açores confronta-se com uma situação de falência técnica desde 2013, que se agravou em resultado dos sucessivos prejuízos acumulados.”

Deputada Vera Pires (BE): Senho Deputado, o Bloco de Esquerda já anunciou que está a favor. O senhor está distraído!

O Orador: E depois temos aqui um conjunto de conclusões do Tribunal de Contas, inclusivamente, sobre negócios absolutamente ruinosos que foram realizados pelo Conselho de Administração contra pareceres técnicos [contra pareceres técnicos] que foram elaborados por diversas entidades e são tomadas decisões ruinosas, para a empresa”.

E dizem-me, os senhores, não é importante apurar responsabilidades?

Deputada Vera Pires (BE): Mas quem é que disse isso?

Deputado António Lima (BE): O senhor não resiste à mentira e à calúnia!!

O Orador: Não é fundamental apurar responsabilidades nesta matéria? – pergunto eu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Não é importante? O

Os açorianos não querem que o Parlamento dos Açores retire consequências que investigue...

Deputado Carlos Silva (PS): Até quando é que o senhor vai fazer isso?!

O Orador: Ó Senhor Deputado, eu nem sequer me estou a dirigir. a Vossa Excelência. Está a interromper-me constantemente.

Eu gostava de continuar a fazer a minha exposição. O que eu estou a dizer é que os atos que são descritos pelo Tribunal de Contas são gravíssimos! Gravíssimos!

Veja bem! Eu sobre esta matéria tenho muitas dúvidas. Eu não vou dizer aquilo que eu acho que aconteceu.

O que eu vou fazer é investigar, analisar, no âmbito da Comissão de Inquérito, e perceber que responsabilidades existem aqui.

Não estamos num ato de fé.

O que nós vamos fazer é o que se deve ser feito, porque é muito fácil vir para a opinião pública fazer a condenação de muita gente, do ponto de vista tendo em conta as conclusões que aqui estão que do Tribunal de Contas.

O que aqui se propõe é uma Comissão de Inquérito e a Comissão de Inquérito terá a documentação que irá trabalhar e que permitirá chegar a um conjunto de conclusões sobre estas matérias.

Deputado João Vasco Costa (PS): Os senhores já tiraram as conclusões!

O Orador: Em democracia não existe nada mais transparente.

Portanto, não nos vão ouvir a nós dizer, ou fazer aqui já, à partida, condenar seja quem for.

Deputado João Vasco Costa (PS): Já o está a fazer!

O Orador: Não vou condenar aqui seja quem for.

Eu quero analisar a documentação que existe e depois, obviamente, a Comissão de Inquérito irá retirar conclusões. É tão somente isto e isto é importantíssimo, isto é o saldo da democracia.

É importantíssimo que isto se faça.

Irá prejudicar o processo de privatização em curso? Neste momento, não.

Não irá fazer nesta fase em que o processo se encontra? Não.

Não irá prejudicar nada disso.

Deputado António Lima (BE): Quando e onde é que dissemos isso?

O Orador: O senhor não disse, mas houve outros que disseram.

Acha que eu estou centrado no Bloco de Esquerda?

Oiça. O Bloco de Esquerda neste Parlamento representa dois deputados.

Não é pouco. É igual ao PPM, mas eu não vou centrar... Oiça!

Deputado João Vasco Costa (PS): Já ouvimos!

O Orador: Agora eu ia fazer a afirmação, mas já não está ali o Deputado. Agora é que me apercebi.

Senhor Presidente, eu já percebi que os Senhores Deputados me estavam a chamar a atenção para o facto de já não estar aqui a um deputado. Eu não me tinha apercebido que o Deputado não se encontrava dentro da sala. Também não seria possível, tendo em conta o ponto de ponto de análise que eu estou a falar.

Deputado José Contente (PS): Nós estamos impressionados com a sua candura! Comove-me!

O Orador: Eu não consigo ver para trás. Agora, Vossas Excelências informaram-me e fiquei a saber que o Senhor Deputado não está cá, mas isso não invalida aquela que é a informação que eu aqui quis referenciar.

Portanto, esta Comissão de Inquérito é importante.

Esta comissão de inquérito é muito importante.

A análise que nós vamos fazer é da maior importância para a democracia e encontrar os responsáveis, objetivamente, pelo descalabro que sucedeu, tem uma enorme importância.

E é por isso que nós vamos votar favoravelmente por isso e também porque a iniciativa é nossa.

Deputado José Contente (PS): Não se esqueça da galinha africana!

Presidente: Tem agora a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Muito rapidamente, vou-me dirigir a Vossa Excelência, porque não me posso dirigir ao Senhor Deputado ausente, e tenho medo que os Senhor Deputados fiquem preocupados, com alguma coisa que eu diga se lhe dirige a eles, até porque todos já disseram que vão votar a favor dessa comissão de inquérito, por isso também não me parece que fosse assim, entendido.

Mas há aqui duas ou três dúvidas, principalmente da parte do Senhor Deputado António Lima e do Senhor Deputado Carlos Silva, que convém esclarecer pelo menos do ponto de vista da Iniciativa Liberal neste processo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É de La Palice!

O Orador: Desde logo, dizer que em nosso entender, avaliar o exercício da tutela e o desempenho dos órgãos sociais, comporta, obviamente, avaliar as contas destes períodos, 2021 e 2022. Não se faz avaliação de desempenho dos órgãos sociais de uma empresa se não se começar por avaliar os resultados e as contas dessa empresa.

E, desse ponto de vista, eu queria descansar o Partido Socialista, porque naquilo que depender da Iniciativa Liberal as contas, os exercícios e os resultados dos exercícios de 2020, 2021 e 2022 serão esmiuçados.

Outra coisa que quero garantir, e desta feita ao Senhor Deputado António Lima, é que nenhuma audição proposta terá o voto contra da Iniciativa Liberal.

Ouviremos quem tivemos que ouvir, no momento que tivermos que ouvir, e não nos assusta, de forma alguma, o momento em que esta Comissão de Inquérito se vai realizar,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: porque para nós, Iniciativa Liberal, não há momentos bons, nem momentos maus para aferir a verdade.

A verdade deve ser aferida principalmente quando se trata de gestão de bens públicos.

A verdade tem que ser aferida e tem que ser esclarecida no momento em que as dúvidas aparecerem, mesmo que isto ponha em causa outros bens,...

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: ... porque em política e em gestão de bens públicos, a verdade tem de estar acima de tudo. Não há momentos bons, nem há momentos maus. Há os momentos da verdade e os momentos da mentira.

E nós prevalecemos os momentos da verdade.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Rui Martins tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS, enquanto um dos subscritores desta comissão de inquérito, vai votar a favor, como todos os partidos, à exceção do Senhor Deputado Independente.

Senhor Deputado Carlos Furtado, devo começar também por si, dizendo que, obviamente, os partidos da coligação e as duas representações parlamentares que subscrevem a constituição desta comissão, não têm qualquer suspeita sobre a ação do Governo Regional, ou sobre a administração, é isso que se pretende verificar na comissão de inquérito.

A decisão de ter havido uma substituição e alargado, no fundo, o âmbito desta comissão de inquérito, prende-se, única e exclusivamente, e sobretudo do lado do CDS, pelo facto de ter sido manifestada essa vontade, por parte do Bloco de Esquerda, por parte do Partido Socialista, publicamente, à comunicação social, sobre haver aqui uma tentativa de ocultar, esconder ou não querer escrutinar um dado período.

Nesse sentido, a última coisa que da parte do CDS queríamos fazer seria obstaculizar esse desiderato, ou pelo menos estar aqui a passar a mensagem de que de alguma forma estaríamos a tentar esconder alguma parte da gestão da SATA.

Agora eu devo dizer, e sobretudo aqui ao Senhor Deputado António Lima e à Senhora Deputada Vera Pires, do Bloco de Esquerda, que para o CDS nós consideramos que deveria ser mais conciso o objeto e mais focado. E porquê?

Até vou-me socorrer das palavras da vossa camarada e *soon to be a leader*, Mariana Mortágua, que diz, relativamente à Comissão de Inquérito da TAP, exatamente isto: “o Bloco de Esquerda assume a opção de limitar a comissão parlamentar de inquérito, porque achamos que é o que faz mais sentido e a que mais resultados pode produzir no prazo disponível” – disse isto, Mariana Mortágua, a 1 de fevereiro.

E Mariana Mortágua diz mais:

“O Bloco de Esquerda está aberto a outras propostas, mas avisa, uma comissão de inquérito, que seja sobre tudo é sobre nada”.

Isso é exatamente o que aconteceu com o SPER. Acabou por ser muito mais difícil fazer investigar, porque no fundo estava-se a ver tudo e no fundo não se investigou nada e isso é um facto e por isso é que na perspetiva do CDS era

preferível ser mais concisa, mas havendo vontade dos demais partidos que não fosse assim, também não vamos obstaculizar.

E há uma diferença: aquilo que a redação inicial focava e tinha por base um parecer da auditoria, ou a auditoria do Tribunal de Contas àquele período, havia dados novos, que são relevantes e que por isso nós estaríamos focados nesse período.

De qualquer das formas, aquilo que o Partido Socialista insinuou e que o Bloco de Esquerda questionou e bem, no entender do CDS, era se a amplitude, ou a redação que está no texto que foi, no fundo, o acrescento face à proposta inicial, se seria de alguma forma, limitar o acesso a alguma informação.

O entendimento do CDS daquela redação e o propósito de termos subscrito aquela redação, é exatamente aquilo que foi dito pelo Senhor Deputado João Bruto da Costa e pelo Senhor Deputado Nuno Barata, que o nosso entendimento é que até é muito mais amplo.

Porquê? Porque estamos a falar da responsabilidade da tutela política e, obviamente, da gestão da administração que, obviamente, compreende tudo aquilo que sejam os resultados financeiros e as contas.

Por isso, no nosso entendimento – e aí, compreendo, perfeitamente aquilo que foi a questão do Bloco de Esquerda que julgo legítima – o Partido Socialista fez a questão, mas insinuou que não haveria vontade. Julgo que seria desnecessário, mas de qualquer das formas fica o esclarecimento feito e da parte do CDS nada iremos fazer para obstaculizar qualquer que seja a avaliação e consideramos que o que está neste momento em cima da mesa é aquilo que é um entendimento comum de todos os partidos e a vontade de todos os partidos que é focar naquilo que são os dados novos relevantes que saíram da auditoria do Tribunal de Contas, por um lado, e por outro foi também ir ao encontro daquilo que foi manifestado logo publicamente no seguimento de um anúncio, de uma vontade de se constituir esta comissão de inquérito por parte do Bloco do Bloco de Esquerda.

Foi o primeiro partido a manifestar-se nesse sentido, de haver maior amplitude, e também, depois, *à posteriori*, do Partido Socialista, que também manifestou essa vontade. É legítima e da nossa parte não há qualquer obstáculo. Por isso vamos votar a favor desta Comissão.

Não vamos agora discutir nada de concreto, uma vez que a Comissão é que irá fazer esse trabalho e por isso fico-me por aqui.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Paulo Estêvão, lamento que o senhor já tenha feito conclusões antes sequer de iniciarmos a comissão parlamentar.

Quando fala em responsabilidades políticas tremendas, erros gravíssimos,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o Tribunal de Contas que diz isso!

O Orador: ... descalabro, responsáveis, Senhor Deputado, quando nós analisamos as contas de 2021 e de 2022...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Tribunal de Contas é que diz isso!

O Orador: ... em que os prejuízos são superiores aos verificados no passado, eu pergunto se o senhor está interessado em apurar quem são os responsáveis políticos para esses problemas gravíssimos?

Deputado Nuno Barata (IL): Ou não!

O Orador: Não está Senhor Deputado Nuno Barata, não está, não está.

Portanto, fazendo fé daquilo que aqui foi dito pelo Senhor Deputado João Bruto da Costa, Paulo Estêvão, Rui Martins, José Pacheco e Nuno Barata, fazendo fé que querem, efetivamente, analisar e apurar as causas dos prejuízos de 2020, 2021 e 2022, se realmente é vossa intenção, porque na alínea a) diz – e passo a citar – “apurar e apreciar as causas do significativo agravamento do desequilíbrio económico e financeiro do grupo SATA entre 2013 e 2019”; então vamos, em redação final, alterar para 2013 e 2022.

Fica aqui a sugestão.

Mais!... Quando nós analisamos a alínea e), que diz (e passo a citar): “verificar o cumprimento dos princípios da legalidade, de transparência, rigor da gestão por parte do acionista e órgãos sociais do grupo SATA, no período entre 2013 e 2019”, novamente vamos então alterar para 2013 a 2022, ou os senhores não querem avaliar a legalidade, a transparência e o rigor neste período?

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

O Orador: Parece-me que sim. Fazendo fé daquilo que os senhores disseram, parece-me que sim, mas não bate certo com o que está papel.

Apesar do Senhor Deputado Nuno Barata ter tentado esclarecer e o Deputado Rui Martins, mas não é isso que está aqui escrito e, portanto, isso é que define depois quais são as conclusões do relatório também.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso já foi dito!

O Orador: E, portanto, se nós estamos todos de facto interessados em analisar e apurar as causas dos prejuízos entre 2013 e 2022, então a redação tem de ser conforme aquilo que estamos efetivamente a dizer. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado António Lima, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Intervenho uma vez mais, apenas para, em primeiro lugar, salientar e registar aquilo que foi referido relativamente à interpretação do âmbito da Comissão, no que diz respeito aos anos de 2020 e 2022., sendo que, naturalmente, tendo em conta até a forma como está redigido o projeto de resolução teria sido a forma muito mais simples e muito mais objetiva e sem margem para qualquer dúvida, alterar nos pontos em que há referências a datas, a anos, colocar preto no branco, porque aqueles mesmos pontos são avaliados, como sugeriu o Senhor Deputado Carlos Silva, de 2003 a 2019.

Agora que fique registado, e essa sugestão e essa alteração ainda pode ser feita pelos proponentes e apenas pelos proponentes, que a nossa interpretação é, efetivamente, que este ponto, esta alínea f), não limita de modo algum, não pode limitar, nem a atuação da Comissão ao nível de diligências, nem as suas conclusões.

Ou seja. no nosso entender, temos toda a margem para concluir, do ponto de vista da atuação da tutela e do ponto de vista da atuação da gestão, e de todos os princípios que estão referidos nos restantes pontos, nestes mesmos pontos, sem qualquer, limitação a esse nível.

Senhor Deputado Rui Martins, tem toda a razão quando diz que escrutinar tudo, ou avaliar tudo, ou ter um âmbito tão alargado, é o mesmo que não investigar nada. É verdade.

Mas na legislatura passada, foi exatamente isso que o Bloco de Esquerda disse quando toda a oposição, com exceção do Bloco de Esquerda, assumindo os custos políticos que isso possa ter tido, disse que não subscrevia a uma comissão de inquérito a todo o SPER, com exceção da EDA, vá-se lá saber porquê? Com exceção da EDA! Porque isso não faria qualquer sentido e não subscrevemos.

Participamos da Comissão, como não poderia deixar de ser, agora nós estamos a falar aqui de um âmbito alargado, é certo; são muitos anos, é certo, mas também é verdade que o Cachalote só começou a voar em 2016. Em 2013 e 2014 já foram sujeitos a uma comissão de inquérito.

Ou seja, se há algum problema relativamente ao âmbito, são esses dois anos que já tiveram uma comissão de inquérito. Podemos não concordar com as conclusões, é verdade, mas cada partido também faz e tira as suas conclusões.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ó Senhor Deputado!...

O Orador: Mas, Senhor Deputado Paulo Estêvão escusa de começar a esbracejar, porque a sua intervenção foi absolutamente insidiosa, porque o senhor tentou fazer crer que nós tínhamos alguma coisa a opor ou queríamos votar contra a constituição da comissão de inquérito, pelo contrário, dissemos logo na minha intervenção, que iremos votar a favor e, havendo dados novos, investigue-se, mas investigue-se tudo, ao contrário dos senhores que na sua versão inicial queriam esconder os três anos mais recentes.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Esconder?!

Deputados Carlos Silva e Ana Luís (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isso é que é verdade!

Por isso, quem tem alguma coisa a esconder ou ficou, como se diz na gíria, entalado foi o senhor, mas já que quer fazer citações, eu também sei citar.

O que é que tem a dizer dos auditores, no último relatório de contas da SATA Internacional e da SATA Açores, dizerem que (e cito): consideramos que o respetivo ativo e os resultados do exercício encontram-se sobreavaliados por um montante que, nas atuais circunstâncias, não é possível quantificar.

Se o senhor já tirou as suas conclusões, o que é concluído disto? Muito obrigado.

Presidente: Tenho a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Há uma palavra que para mim é muito cara. Umhas vezes deu-me bem na vida, outras deu-me bastante mal: chama-se lealdade e dentro deste Parlamento é uma coisa que prezo muito. Não é uma crítica, não faça essa cara. Eu prezo muito a leal.

Nós começamos este processo com uma lógica, que achávamos correta. E continuamos a achar correta: analisar aquilo que eram as conclusões do relatório do Tribunal de Contas 2013-2019.

Eu não tive oportunidade de conversar com o Senhor Deputado Carlos Silva, mas tive oportunidade de trocar umas palavras com o Senhor Deputado António Lima, mas se havia esta vontade (e se até já achava, inclusive aqui, o Senhor Deputado Pedro Neves também) de clarificar, com toda a lealdade e com toda a transparência, da parte do Chega, não há qualquer obstáculo.

Foi a questão que coloquei aos meus colegas subscritores. Não, não! Não há nada a esconder. Não havendo nada a esconder, não há mais questão nenhuma.

Os senhores podem perguntar isso 50 vezes. A resposta é sempre: sim, sim, sim. É tudo, sim, sim, sim.

Nós podemos continuar nisso o resto da noite. Não há problema nenhum.

Mas da parte do Chega e também penso que falo por aqueles que subscrevem o documento, zero, zero para esconder.

Apure-se o que se tiver que apurar Doa a quem doer.

Eu não quero culpar inocentes. Mas não vou ilibar culpados. Fiquem com isto na vossa mente. Da parte do Chega assim será. Por muito custo um deputado único e líder de um partido, que tem que fazer uma série de coisas, estarei lá todos os dias, Senhor Deputado e caro primo.

Deputado Pedro Neves (PAN): Espero que não seja todos os dias!

O Orador: Todos os dias que forem necessários. Até neste sentido, já pedi alguma ajuda ao meu gabinete nacional, para me ajudar juridicamente. É assim que se fazem as coisas. Vamos fazer as coisas certas.

O que ficar concluído assim será; o que ficará concluído, é isto que nós vamos aceitar com lealdade e aquilo que é a democracia. Com lealdade!

Isto não interfere em nada no processo que está a decorrer, antes pelo contrário, dá uma certeza a algum investidor de que nesta Casa e nesta terra as pessoas são sérias e gostam de ver o que é que acontece a cada coisinha.

“Tapar o Sol com a peneira” ou “encolher os ombros” é que não serve absolutamente para nada para a clarificação da verdade. E isso vão-me desculpar, eu tenho visto é muitas situações e não quero voltar a ver.

Eu tenho o maior respeito pelos açorianos, a maior lealdade que eu tenho é pelo povo açoriano. E eu nunca vou “descer deste cavalo” nem que eu fico sozinho, mas vou continuar para que haja transparência, para que haja clarificação e, essencialmente, que haja boa gestão daquilo que só o dinheiro daquelas pessoas que estão em casa, que se chamam açorianos, e que eu me incluo e que todos nós nos incluimos. Ponto final.

Espero que tenha esclarecido. É isto, é tudo.

Senhores Deputados, absolutamente tudo, até o que não nos estamos lembrando. Façam favor de perguntar na Comissão de Inquérito. É assim que democracia deve funcionar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu não tirei conclusões. Eu li as conclusões do Tribunal de Contas, que é este calhamaço que aqui está, são gravíssimas. Gravíssimas!

O que eu lhe digo é que é um conjunto de factos novos que são revelados pela audição que o Tribunal de contas fez que tem que ser analisada por parte de uma comissão de inquérito.

Mas há alguma dúvida em relação esta matéria?

O que Vossa Excelência me leu, em relação à referência que fez, é evidentemente que é tido em conta.

O que é que eu tenho a dizer?

É evidente que é uma informação relevante e que deve ser analisada.

Agora, veja bem:

Vinte e nove de dezembro de 2015: Declaração de voto, assinado pela Senhora deputada Zuraida Soares.

Que é que ela diz em relação à última Comissão de Inquérito da SATA?

“O principal objetivo desta comissão, em nosso entender,...”

Deputado António Lima (BE): Mas o que é que isto tem a ver? Nós vamos votar a favor, o que é que o senhor quer mais?

O Orador: O Senhor Deputado deixa-me falar, ou não me deixa falar?

“O principal objetivo desta comissão, em nosso entender, não foi cabalmente alcançado, como prova, aliás, o conteúdo do respetivo relatório final.”

Ponto n.º 4: “mesmo o relatório final é defensivo, auto justificativo, muito incompleto e, sobretudo, incapaz da assunção de qualquer tipo de responsabilidade delas, ilibando todas as entidades, direta e indiretamente, relacionadas com o grupo SATA, da própria empresa, ao Governo Regional.

Assim, o relatório final acaba por permitir uma leitura a todos os títulos [palavra é] ilegítima. Acaba por permitir a todos os títulos uma leitura ilegítima. Tudo está bem, recomenda-se no grupo SATA, nem sequer ousando mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma.

E depois veja Senhor Deputado:

Ponto n.º 6, escrito pela Senhora Deputada Zuraida Soares:

“O facto do referido relatório não conter uma única crítica, recomendação, proposta ou alteração ao *modus vivendi* do grupo SATA, é bem a prova de admissão desta Comissão do cumprimento do principal objetivo que tinha em mãos e já atrás e já atrás referido.”

E a conclusão do Bloco de Esquerda pela voz da Senhora Deputada Zuraida Soares é que as conclusões eram, a todos os títulos ilegítimas e por isso é que se volta a analisar agora, sim, o período de 2013-2014.

E sabe de uma coisa, Senhor Deputado? A Senhora Deputada Zoraida Soares dizia que tudo ia ficar na mesma.

E sabe uma coisa, Senhor Deputado? Tinha razão. Ficou tudo na mesma, porque aquilo que aconteceu a seguir, depois desta comissão de inquérito, em 2016, 2017 e 2018, ainda foi mais grave do que os dados que foram apurados até a este período.

E é por isso que eu considero e esperava que Vossa Excelência dissesse: sim, sim! A posição histórica do Bloco de Esquerda (sim, sim) é de que aquelas conclusões daquele relatório em 2015 foram as conclusões de uma maioria absoluta que o Bloco de Esquerda considerou que eram conclusões ilegítimas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Eu peço a palavra para participar neste debate e vejo-me na posição, algo ridícula, de, sendo um dos destinatários desta comissão de inquérito, apelar à Câmara que considera alguns aspetos, a bem do trabalho desta Assembleia.

Em primeiro lugar, o Senhor Deputado António Lima anunciou há pouco e eu apercebi-me agora (se calhar já devia ter sabido) que há uma proposta para a constituição de mais uma comissão de Inquérito.

Eu gostava de apelar a que, todos os proponentes das comissões de inquérito, fizessem um esforço, no sentido de evitar essa situação.

Não por um qualquer receio, (aliás, já foi dito, que o Partido Socialista votará a favor desta ou de qualquer outra comissão de inquérito), mas porque julgo que não dá uma imagem muito boa desta casa, em primeiro lugar, acho que haver partidos que votam contra uma comissão de inquérito neste sentido, e, em segundo lugar, nós termos duas comissões de inquérito nos termos em que estão anunciados.

Isso parece-me francamente negativo.

E gostava de fazer um apelo. É que, se for possível, se procurasse uma forma para que, desta Casa, saísse a constituição de uma comissão de inquérito que investigasse tudo o que tivesse que investigar, mas que não estivéssemos na situação de no Parlamento dos Açores, termos duas comissões de inquérito sobre a SATA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Porque é que o senhor insiste se ele disse que vai retirar!

O Orador: Eu não ouvi que o Senhor Deputado disse que ia retirar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ouviu, ouviu, que ele respondeu ao senhor!

O Orador: Eu não ouviu que o senhor Deputado António Lima tivesse dito que ia retirar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas então agora está a saber!

O Orador: Pronto, está dito.

Em segundo lugar, eu gostava de dizer o seguinte:

Da maneira como está escrito, há uma diferença de abordagem ao período de 2013 a 2019 e de 2021 e 2022.

Porque é que isso é importante?

Infelizmente, Senhor Deputado José Pacheco, as coisas não funcionam assim, sobretudo numa Comissão de Inquérito que tem poderes bastante fortes.

Numa Comissão de Inquérito, não se vai para lá e, bom, tudo o que for possível, tudo o que se quiser!

Não é assim que funciona.

Deputado José Pacheco (CH): É parecido.

O Orador: Não, mas não é! A lei não permite que funcione assim.

E, portanto, é necessário ser especialmente cuidadoso na definição do objeto das comissões de inquérito e na forma como...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mais cuidadoso do que está aqui?

O Orador: ... essas comissões de inquérito têm o seu trabalho definido, o seu âmbito, a sua amplitude, mas também os seus limites?

E julgo que é isso que também está a faltar aqui

Porque é que eu acho que aquilo que é dito no texto que estamos a apreciar e que é ainda possível ser alterado cria essa diferença de tratamento?

As palavras querem dizer alguma coisa. Não são atiradas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É semântica!

O Orador: Portanto, diz o Senhor Deputado Joaquim Machado, em meu auxílio que é a semântica. Muito obrigado!

O próprio objeto da Comissão estabelece essa diferença de tratamento, entre aquilo que é analisar as causas do significativo agravamento do desequilíbrio económico e financeiro do grupo SATA entre 2013 e 2019....

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o que está no relatório, Sr. Deputado!

O Orador: Mas isso não impede que a Comissão analise 2021 e 2022. E, portanto, a partir do momento em que se exclui há um agravamento da situação financeira e económica da SATA nos anos 2021 e 2022? Há! Os números demonstram.

Mas a partir do momento em que se exclui, do âmbito desta Comissão de Inquérito,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não exclui!

O Orador: Não interessa, porque esta Comissão de Inquérito não é sobre algo de legislaturas passadas. É desta legislatura, 21 e 22.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está lá tudo!

O Orador: Exclui a análise dessas causas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não exclui nada!

O Orador: Eu gostava de fazer a minha intervenção. Os senhores têm tempo e oportunidade de me contestarem a seguir.

E o que é que se reserva para o ano de 2020 e 2022?

Avaliar o exercício da tutela política e o desempenho dos órgãos sociais das empresas.

Não se prevê o funcionamento dos órgãos sociais das empresas porque o funcionamento e o desempenho são coisas diferentes. O português ainda quer dizer alguma coisa.

Não se prevê verificar o cumprimento dos princípios da legalidade, transparência e rigor de gestão, ante 2021 e 2022. Isso não se vê!

A única coisa que se reserva para 2020 e 2022 é avaliar o exercício da tutela política e o desempenho dos órgãos sociais das empresas do grupo. E isso é muito diferente. Sobretudo é diferente quando nós estamos a falar de uma Comissão de Inquérito com os poderes que tem.

E, portanto, para evitar o risco de chegarmos a uma situação em que depois (o senhor vai me desculpar e dirigir-me a si dessa forma), a culpa é do Pacheco, para evitar que cheguemos a uma situação em que “toda a gente rejeita a criancinha e a culpa é de Pacheco”, eu acho que devia ser feito um esforço, se é esta verdadeiramente a intenção, no sentido de então pôr tudo aquilo que é necessário esta Comissão de Inquérito avaliar, que seja avaliado, com igualdade de critérios de análise, porque não há nada, absolutamente nada, na lei, no Estatuto ou no Regimento desta Casa que impeça essa igualdade de critérios de análise.

Em segundo lugar, eu gostava de dizer que também nesse ponto há uma diferença e que se ligue exatamente à questão do português querer dizer alguma coisa.

Se numa alínea nós dizemos algo e limitamos temporalmente, quer dizer que noutra linha não está incluído aquilo. É uma das regras básicas daquilo que eu me recordo de, efetivamente, se trabalhar e se fazer leis.

Porque é que o Partido Socialista vota a favor desta Comissão de Inquérito?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu sei!

O Orador: Exatamente pelos motivos que a cerca de dois anos foram referidos pelo Partido Socialista nesta Casa para aprovar a resolução que pedia uma auditoria ao Tribunal de Contas sobre essa situação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: E, aquilo que foi dito na altura, peço a vossa licença, era o seguinte: Dizia o então Deputado Regional Francisco César “nós somos a favor de qualquer proposta que possa esclarecer, dar mais transparência e possa estudar com cuidado que é devido o funcionamento da administração regional, das empresas públicas, os seus atos de gestão, bem como os seus atos políticos.”

Aquilo que nós dizíamos há dois anos é aquilo que nós dizemos hoje; aquilo que nós pensávamos há dois anos é aquilo que nós pensamos hoje e aquilo que nós fizemos há dois anos é aquilo que nós fazemos.

Nem toda a gente neste assunto pode dizer a mesma coisa.

E com vossa licença e com vossa permissão, eu gostava só de dizer o seguinte, citando alguém que nesse debate também interveio (cito):

“As comissões parlamentares, e digo isto agora, como já dizia antes, e continuo a pensar a mesma coisa, estão sempre contaminadas pela disputa político-partidária. Isto é uma evidência.

Quem quiser dizer que não, que elas são absolutamente exatas e que fazem um trabalho que não tem uma visão política que não está contaminado por uma visão e um combate políticos pode dizer, mas ninguém acredita.”

Continuo a citar, “portanto, esta entidade, Tribunal de Contas, está preparada, tem os meios, têm independência e tem um conjunto de técnicos que podem fazer esta análise com rigor e é isso que se pretende, uma análise rigorosa da situação.”

Acabei de citar o Senhor Deputado Paulo Estêvão há exatamente dois anos. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu disse um aparte, mas julgo que devo um esclarecimento à Câmara.

Em primeiro lugar, dizer que o apelo do Deputado Vasco Cordeiro faz sentido.

Não vale a pena restarem dúvidas que podem ser esclarecidas na letra da lei.

Há essa possibilidade. Bastam cinco minutos para o esclarecer.

E nós que naturalmente não vamos promover nenhum ato que, de certa forma, não contribua para a dignificação do trabalho do Parlamento e tiraremos as conclusões devidas da aprovação desta proposta com este âmbito.

Mas como é óbvio, não pode subsistir, e não deve subsistir, qualquer tipo de dúvida na cabeça de qualquer Deputado desta Casa.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, o Bloco de Esquerda não precisa do PPM para apelar à sua Memória histórica, de modo algum.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A memória não é propriedade de ninguém!

O Orador. O que é lamentável é que, infelizmente, a minha camarada Zuraida Soares tinha muita razão (muita razão!): as coisas continuaram mal, pior e hoje estão piores do que estavam naquela altura.

Sabe qual foi o prejuízo da SATA em 2013?

Quinze milhões de euros!

Sabe qual foi o prejuízo em 2021?

Cinquenta e sete milhões de euros!

Sabe qual foi o prejuízo em 2022?

Cinquenta e seis milhões de euros!

Senhor Deputado Paulo Estêvão, ela tinha muita razão: está pior e os senhores estão a contribuir para isso e estão a continuar a enterrar a SATA.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Para reafirmar, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, se me permite, que Vossa Excelência insiste num erro de análise, do âmbito daquilo que é objeto definido para esta Comissão de Inquérito que eu já expliquei – tentei pelo menos – que me fizesse entender que a parte que não diz respeito a esta legislatura é específica e direcionada àquilo que foi o conhecimento que tivemos pelo relatório do Tribunal de Contas; a parte que diz respeito a esta legislatura, que não é alvo de nenhum relatório do Tribunal de Contas, portanto, é geral a todo o exercício da tutela política...

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor sabe mais do que isso!

O Orador: ... sobre o desempenho da gestão da SATA. O desempenho da gestão inclui tudo.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é só uma questão de ver, é também uma questão de concluir.

O Orador: Eu acho que mais amplo e abrangente do que isto é impossível.

Está lá escrito tudo. Não pode ser tudo é para trás, porque para trás tem que ser factos novos ou agora conhecidos. Portanto, Senhor Deputado, eu percebo que o senhor goste de fazer esse tipo de confusões, e tanto quis fazer essa confusão que ouviu o Senhor Deputado António Lima dizer-lhe que ia retirar comissão que tinha proposto, que era a pergunta que eu até tinha-me inscrito para fazer e prescindi, mas depois das suas dúvidas eu reafirmo aquilo que já disse.

E porque é que foi feito assim?

Para esta legislatura, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, Senhoras e Senhores Deputados, é para ver tudo o que tenha a ver com a responsabilidade da tutela política da SATA sobre o desempenho da gestão dos órgãos sociais. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Senhor Deputado.

Tem a palavra o senhor deputado Paulo Estêvão

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda primeira referência:

Senhor Deputado eu faço referência à memória da Senhora Deputada Zuraida Soares do ponto de vista político, porque essa memória não é propriedade de ninguém. É propriedade da história dos Açores e da história deste Parlamento e, nesse sentido, deve e pode ser referenciada. Aliás, deveria ser mais referenciada ainda. Por isso é que eu lhe fiz essa referência, Senhor Deputado.

E vou-lhe dizer uma coisa:

A situação não está pior. Nós estamos a resolver a situação da SATA. Estamos a resolver o problema da falência da SATA. O que é preciso é ver em que estado é que o Partido Socialista nos deixou a empresa; em que estado e em contexto internacional é que nós estamos e que nós tivemos que enfrentar nestes dois anos; um contexto internacional muito difícil e por isso a projeção daquilo que aconteceu tem a ver com o passado, com o Partido Socialista, nos deixou.

Em segundo lugar, Senhor Deputado citou-me. Para mim é uma honra, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, citar-me.

Eu devo dizer-lhe uma coisa: o que eu penso sobre as Comissões de Inquérito, é exatamente isso e continuo a pensar isso: estão sempre contaminadas por uma apreciação partidária.

Agora há uma outra questão, que é uma comissão de inquérito, com uma maioria a partir de uma maioria do Partido Socialista, teve o efeito que nós verificámos e que a Senhora Deputada Zuraida Soares também descreveu.

Uma Comissão de Inquérito, num Parlamento plural, como é este, em que o Governo apenas conta com 26 deputados, porque não há acordos em vigor com a Iniciativa Liberal, o Chega e o Senhor Deputado Independente, que já anunciaram que os rasgaram, e por isso, nesse sentido, é evidente que, uma comissão de inquérito que se desenvolva nestas características, poderá fazer um trabalho com uma maior equidistância, que poderá fazer um trabalho, uma análise mais rigorosa.

Está contaminada pelos partidos as Comissões de Inquérito? Claro que estão. É a minha opinião, de há muito tempo e vou continuar a ter, porque essa é a minha perspetiva.

Eu não lhe disse o contrário do que acabei de afirmar. Mantenho essa opinião.

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Senhor deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS)**: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado João Bruto da Costa, eu acho que nós – julgo eu – concordamos no essencial.

Agora, não há nada, absolutamente nada, que impeça, do ponto de vista legal, daquilo que é o objeto desta Comissão que, por exemplo, ela tenha um objeto nestes termos: “é constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do Grupo SATA, com o objetivo de analisar as causas do significativo agravamento do desequilíbrio económico e financeiro do grupo SATA entre 2013 e 2022...”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, porque essa conclusão é do Tribunal de Contas!

O Orador: Ó Senhor Deputado não pode. Não há nada, nem na lei,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não quer aceitar isso! O senhor queria que fosse tudo igual ao seu tempo!

O Orador: ...nem no regime jurídico dos inquéritos, nem no regime jurídico dos inquéritos...

Não, não! Os senhores até querem fazer de maneira diferente? Não interessa.

É constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do grupo salta, com o objetivo de analisar as causas de significativo agravamento do desequilíbrio económico e financeiro do Grupo SATA entre 2013 e 2019, na sequência da publicação pela Secção Regional... “ tal, tal, “...bem com avaliar o desequilíbrio financeiro”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que está essa conclusão?

O Orador: Os senhores não conhecem as contas do grupo SATA de 2021-2022? Acabaram de ser referidas aqui.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa conclusão é posterior!

O Orador: Ah! É essa conclusão? Ó Senhores Deputados, não está em causa a aprovação desta Comissão de Inquérito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu sei que não está!

O Orador: Não está em causa!

Agora eu acho, que no interesse desta Casa seria bom, nesse tratamento diferenciado, porque o que esse tratamento diferenciado, entre um período e outro, dá azo a interpretações que não prejudicam apenas quem propôs a Comissão de Inquérito nesses termos. Prejudicam todos aqueles que estão sentados nesta Assembleia e prejudicam, em última instância, essa Assembleia. E é por isso que eu renovo este apelo, mesmo sendo um destinatário desta comissão de inquérito: que ela seja feita de termos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não há destinatários pré-definidos.

O Orador: Há, claro que há! Ó Senhor Deputado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não há destinatários pré-definidos.

O Orador: Para lá vamos! Para lá vamos!

E, portanto, faço este apelo como deputado regional para aquilo que sair da decisão deste plenário possa ser algo que seja um fator de credibilização desta Assembleia, de credibilização dos trabalhos desta comissão de inquérito, e que

não suscitem dúvidas em relação a diferenças de tratamento, nem a caças a bruxas, nem nada que se pareça.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra, Senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu assumo que ainda tem muito verdadeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ó senhor não tem a ver com isso.

O Orador: Tem! Ó Senhor Deputado, se tem? Oh!...

“Apurar e apreciar as causas do significativo agravamento do desequilíbrio económico e financeiro do Grupo SATA entre 2013 e 2019.”. Isto foi o que o Tribunal nos disse. Foi ou não foi?

Se eu puser aqui até 2022, o que é que eu estou a dizer?

Que até 2022 nas contas estão as causas, o significativo agravamento do desequilíbrio económico e financeiro do grupo SATA.

Eu quando peço, apesar de nós todos podermos achar o que acharmos (o que acharmos, porque é legítimo) eu não pôr aqui, já está.

E esta era uma das razões...

Deputado Tiago Lopes (PS): O senhor assumiu isso numa conferência de imprensa, que era pra apurar os responsáveis do PS!

O Orador: Ó senhor permita-me, permita-me, permita-me, permita-me. Está nervoso? Eu não estou. Estou muito calmo.

Uma das razões que nós queremos de 2013 a 2019 era de podermos. falar daquilo que é um facto, que o Tribunal de Contas...

Agora especulação? Era disto que eu tinha medo e foi esta conversa que eu tive com o Senhor Deputado António Lima, se ele bem se recorda.

Eu não gosto de coisas especulativas, Eu não gosto de andar aqui a especular.

Não! Há aqui factos.

Eu quando mudar aqui a data para 2022, eu assumo todas as maleitas que aqui estão.

Eu não quero esconder nada, mas eu já não quero começar aqui, à partida, a dizer tu és culpado, tu és culpado, tu és culpado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quer!

O Orador: Calma! O Tribunal de Contas diz: há aqui culpados.

O Senhor Deputado Tiago Lopes agora acordou para a vida e lembra-se dessa.

Ó senhor eu sei o que disse na conferência de imprensa, eu estava lá.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, PPM, e CDS-PP)

E também sei o que é que o senhor disse a seguir: “temos que apurar o Presente e o futuro”.

O presente e o futuro estão condenados pelo passado, e vamos a isto, vamos apurar.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O senhor pensa o quê? Que eu ando a dormir? Eu não ando a dormir, ando acordado.

Os senhores é que tem essa mania que o Pacheco é tonto, ou coisa do género.

Eu, quando muito tenho é pouca experiência e posso levar mais algum tempo para chegar lá.

É ou não é, Senhor Deputado? O senhor é jurista; eu não sou jurista. Eu estou a assumir. Eu por mim isso resolvia-se numa frase: *naïvement*. Resolvia se numa frase!

Apurar tudo de 2013 a 2022.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O PS não queria fazer a Comissão de Inquérito!

O Orador: Podia ser! Mas achamos que era essa a lógica.

Agora, mudar isto nesse sentido, não faz sentido nenhum.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado! O Sr. Deputado de tolo não tem, nada!

Deputado José Pacheco (CH): Eu não sei se tenho de tolo ou não tenho!

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado José Pacheco, o senhor tem toda a razão. O senhor tem toda a razão! E a forma de resolver essa questão, se realmente há este interesse é, por exemplo, esta:

“É constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do Grupo SATA, com o objetivo de analisar as causas do significativo agravamento do desequilíbrio económico e financeiro do Grupo SATA, entre 2013 e 2019, bem como a situação financeira e económica do grupo (não estou a qualificar nada) no período entre 2020 e 2022;...

Deputado José Pacheco (CH): Aí é que está a diferença!

O Orador: ... (ou 2021 e 2022 como se entender); o exercício da função acionista por parte do Governo Regional em igual período; o funcionamento

dos órgãos sociais em igual período; o cumprimento dos princípios da legalidade, transparência e rigor da gestão por parte do acionista e dos órgãos sociais do grupo SATA, no período de 2021 2022; e avaliar o exercício da tutela política e desempenho dos órgãos sociais das empresas do grupo, nesse período”. Isso resolve o assunto e a questão que...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual é o assunto que está por resolver!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não resolve!

O Orador: ... que o Senhor Deputado José Pacheco levantou de não qualificar os anos de 2021 e 2022 com os termos que o relatório da auditoria do Tribunal de Contas qualifica a gestão entre 2013 2019 e permite que se avalie, em iguais termos e em igualdade de circunstâncias, ambos os períodos, mesmo com a diferença que, entre 2013 e 2019, há esse qualificativo resultante da auditoria do Tribunal de Contas e que entre 2021 e 2022 há apenas uma análise da situação económica e financeira, exatamente com os mesmos critérios.

É esta a sugestão que deixo e julgo que isso vai ao encontro daquelas que são as preocupações que o senhor manifestou que me parece que tem razão e que, neste sentido, eu dou esse contributo para se resolver o assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, vamos acabar um pouco com essa conversa, um bocadinho de enredo.

Deputado João Vasco da Costa (PS): Com a sua teimosia!

O Orador: O que o senhor começou por fazer foi: não, não! Isto não pode ser assim. Isto tem de ser desta maneira.

Desta maneira foi desmontado, porque é que não podia ser.

Então vamos aqui fazer de outra maneira.

Eu já percebi! Eu finalmente percebi! Eu estava aqui a tentar perceber porquê a insistência do Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

Aquilo que o senhor quer é que não fique separado o período que o senhor foi...

Deputado Berto Messias (PS): Acabou de sugerir o período!

O Orador: O que o senhor quer é que aquilo que o Relatório de Tribunal de Contas veio dizer e que foi identificado como necessário de análise da responsabilidade política para um período, o senhor quer que fique para todo o período, para se imiscuir e para se diluir nessa responsabilidade.

Não, Senhor Deputado Vasco Cordeiro! Nós temos que avaliar tudo o que se passou e que está no relatório do Tribunal de Contas e vamos avaliar tudo o que

aconteceu desde que se iniciou esta legislatura e aquilo que o senhor não quer é que haja essa separação das águas.

Eu, finalmente, percebi. O senhor quer se misturar nisto tudo para ver se “passa de fininho”, eventualmente nalguma responsabilidade.

Senhor Deputado, vamos com calma. Vamos avaliar e depois, então, quando tirarmos conclusões, há uma coisa que o senhor fica a saber, neste momento:

Não vão ser as conclusões da maioria absoluta de um só partido;...

Deputado Nuno Barata (IL): Ah, isso não vão ser, de certeza absoluta!

O Orador: ... não vão ser as conclusões da maioria absoluta do Partido Socialista, de certeza absoluta.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque o tempo também a isso, obriga.

O Senhor Deputado João Bruto da Costa referiu-se à minha primeira intervenção. tem toda a razão.

Mas a minha segunda intervenção...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Também tem toda a razão!

O Orador:... não tem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem sim senhor!

O Orador: Foi uma proposta concreta que julgo que vai ao encontro daquelas que foram as questões que foram levantadas pelo Chega.

Se à vontade de resolver o assunto desta forma, muito bem. Já percebi que não há vontade de resolver o assunto desta forma. Portanto, a pergunta fica:

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já foi respondida!

O Orador: Porquê essa diferença de tratamento?

O que é que os senhores querem esconder?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Senhor Deputado Nuno Barata faz favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Acho que é importante aqui fazer um ponto de situação.

Esta semana já por várias vezes, e eu não quero estar a repetir isso, mas acho que é bom lembrar aos açorianos, porque tudo o que é demais e como é de menos.

Esta legislatura é uma legislatura diferente.

É uma legislatura de maioria relativa e é uma legislatura de não alinhados.

Portanto, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, vou deixar-lhe tranquilidade.

Acredite que não vai ficar nada por avaliar, não vai ninguém ficar por responsabilizar neste processo dessa Comissão de Inquérito., porque eu não estou já a decidir o sentido de voto que vou ter das conclusões finais desta Comissão de Inquérito, como não tive qualquer pejo na outra Comissão de Inquérito, que fez parte a Iniciativa Liberal, nesta legislatura.

E por isso, acho que podemos deixar garantias aos açorianos de que esta Comissão de Inquérito não vai deixar de fora qualquer análise, qualquer responsabilidade, qualquer documento por ser visto, qualquer responsabilidade por ser apurada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos do deputado José Pacheco)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Em relação às suspeitas do Senhor Deputado Vasco Cordeiro, eu, aqui, o que lhe quero dizer é que nada vai ser escondido, nenhum documento será recusado. Mas o que quero lhe dizer, Senhor Deputado, é que essa questão da “caça às bruxas” não há aqui nenhuma “caça às bruxas”.

Há aqui uma Comissão de Inquérito, que resulta, em primeira instância, de uma auditoria realizada ao Grupo SATA.

Esta auditoria, Vossa Excelência, como diz respeito, em grande parte, a um período em que Vossa Excelência teve responsabilidade, (em grande parte, não, na totalidade), a responsabilidade política, o que quer dizer-lhe é o seguinte: nada é dirigido contra Vossa Excelência.

Da minha parte já lhe dei muitos exemplos que não faço “caça política” a Vossa Excelência...

Presidente: Senhor Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Vou já terminar.

... e que não tenho nenhuma razão para pensar isso agora.

Agora, evidentemente que há aqui, Senhor Deputado, responsabilidades graves, do ponto de vista da gestão da empresa e o PPM quer apurar essas responsabilidades, quer ir até ao fim. Mas também quer dizer o seguinte:

Em relação ao período em que nós próprios temos responsabilidades, em que eu próprio tenho responsabilidades políticas, enquanto deputado que apoia o Governo, também lhe quer dizer que nada ficará por ser analisado.

Finalmente, terminar Senhor Presidente dizendo o seguinte: há pouco eu fiz aquela referência ao Bloco de Esquerda, porquê?

Porque li a opinião do Bloco de Esquerda em 2015 sobre o relatório tinha sido elaborado.

Presidente: Senhor Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Termine, Senhor Presidente.

Vou citar Vossa Excelência, porque os meus serviços já me trouxeram, entretanto, o seu texto:

“2013 e 2014 já foram sujeitos a uma Comissão de Inquérito, ou seja, se já há algum problema relativamente ao âmbito, são esses dois anos que já tiveram uma comissão de inquérito”.

Foi só por isso que eu fiz referência e fiz referência, às condições em que o Bloco de Esquerda considerava que essas declarações tinham sido realizadas.

Muito obrigado, Senhor Presidente, e peço desculpa por ter superado o meu tempo.

Presidente; Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos então votar o Projeto de Resolução n.º 162/XII -Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do Grupo SATA entre os anos 2013 e 2019”.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 162/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está encerrado este ponto da nossa Agenda. Podemos avançar para o ponto 15: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 163/XII – “Recomenda ao Governo Regional que reverta o aumento de preços dos transportes públicos terrestres”.**

É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE;

Para justificar a urgência tem a palavra o Senhor António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Este pedido de urgência, desta iniciativa, prende-se com o facto de o Governo Regional ter decidido no passado mês de março, aumentar os preços dos transportes públicos terrestres coletivos em 5%.

Esse aumento decorre, em primeiro lugar, uma altura, como é sabido, que atravessamos, e continuamos a atravessar, um período de elevada inflação que não existia há muitos anos no país e nos Açores.

Esse aumento causa, por decisão do Governo, um significativo aumento das despesas de muitas famílias que utilizam esse meio de transporte como principal, ou mesmo não sendo o principal, como meio de transporte para trabalharem para se deslocarem nas suas diversas atividades diárias.

O pedido de urgência prende-se efetivamente com a necessidade de rapidamente, em nosso entender, se reverter esta decisão.

Não posso deixar de referir o compromisso do Presidente do Governo Regional, que tinha sido assumido publicamente no ano passado, em não aumentar os preços dos transportes.

Chegados a março, sem aviso prévio, sem uma informação à população sequer, os passageiros foram confrontados...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é a sensibilidade!

O Orador: ... com um aumento, na porta do autocarro.

Essa decisão do Governo causou, em primeiro lugar, surpresa, instabilidade e dificuldade na vida das pessoas.

Quando nós temos um Governo que na altura em que as pessoas mais precisam, o que têm para oferecer é aumento de preços, está tudo dito quanto à sua sensibilidade social e quanto àquilo que acredita ser o que se deve fazer para ajudar as pessoas a atravessar esse período difícil.

Nós propomos, com este de urgência, que esperamos ser aprovado, que se debata hoje esta decisão e que este Parlamento tome uma posição sobre ela, que em nosso entender, deve ser de rejeitar esse aumento e recomendar ao Governo que o reverta.

Bem sei que o Governo vai dizer que tomou outras medidas que procuram atenuar ou reduzir os custos de transporte, nomeadamente com a criação do novo passe.

O que o Governo se esquece de dizer, é que uma pequena fatia da população apenas é abrangida por esses passes.

Os outros açorianos, aqueles que auferem para além do segundo escalão do IRS, o que quer dizer que basta ganhar mais do que 803 euros por mês para já não ser abrangido, que é praticamente o salário mínimo, ficarão de fora e têm da parte do Governo um aumento de 5% do passe.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não tem não! Leia a resolução!

O Orador: E isso para nós é inaceitável, e é por isso que este pedido de urgência deve, em nosso entender, ser aprovado para que seja debatida esta proposta e, se a Câmara, entender aprovada para recomendar o Governo que reverta a sua decisão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Basta dizer que essa iniciativa do Governo, não é do Governo, é do PAN, relativamente ao passe gratuito para o primeiro e segundo escalão, isto porque, obviamente, são as pessoas que têm ainda mais dificuldades, além do terceiro escalão e seguintes. Mas quando essa medida foi impressa dentro do orçamento regional, também não estaríamos à espera de que houvesse um aumento de transportes para todos.

Obviamente, por isso eu acho que é pertinente e eu acho que é importante e urgente discutirmos esta iniciativa do Bloco de Esquerda, para chegarmos a uma conclusão de, porque é que nós tivemos, se esse aumento vem ou não das transportadoras, se esse aumento vem ou não em convívio com o Governo.

Eu acho que o Parlamento é o melhor sítio para nós conseguirmos discutir esta iniciativa, que é bem importante.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque estamos debatendo a urgência e não o diploma.

Se dúvidas houvesse sobre a necessidade de avaliar melhor esse diploma, a intervenção do Senhor Deputado Pedro Neves, a justificar o seu voto nessa urgência, esclarecia a Câmara.

Na verdade, há aqui um conjunto de questões que têm que ser avaliadas.

Esta semana já falámos pelo menos três vezes de questões relacionadas com a mobilidade coletiva nos Açores.

É um problema que está em cima da mesa; os concursos estão muito atrasados; os operadores estão com problemas financeiros e, por isso, são tudo questões que exigem da nossa parte uma análise mais aprofundada deste diploma.

Nesse sentido, votaremos contra a urgência.

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Senhor Deputado Rui Martins, faça o favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

Eu quando me inscrevi foi exatamente a seguir à intervenção do Senhor Deputado Pedro Neves e, no fundo, sem querer insistir muito no argumento, mas é exatamente aquilo que disse o Senhor Deputado Nuno Barata.

A intervenção do Senhor Deputado Pedro Neves vem dar força exatamente à necessidade de podermos olhar um bocadinho melhor para esta questão, por um lado, até para percebermos como é que está, e qual é o impacto e a eventual até possibilidade de se modificar esta medida que foi tomada no Conselho de Governo, a 5 de abril, e que, no fundo, deu aqui a gratuidade de passes para o primeiro e segundo escalão.

Por isso será importante ver essa medida.

Será importante também avaliar os impactos e o motivo que levou também as empresas a fazerem esse aumento, e eventualmente avaliar se há a possibilidade de alterar esta Resolução do Conselho de Governo para abranger mais escalões. Compreendemos a urgência do Bloco de Esquerda, porque, no fundo, seria uma forma de ajudar, no imediato, havendo uma aprovação imediata desta resolução, ou eventualmente de forma mais expedita o Governo poder tomar essa decisão e reverter esse aumento. Compreendemos a pertinência. Não está em causa. Mas, efetivamente, consideramos que é preciso algum trabalho também, que se espera que seja rápido em Comissão para podermos, pelo menos da parte do Grupo Parlamentar do CDS, tomar uma decisão ou nos posicionarmos de forma mais fundamentada.

E por isso também vamos votar contra este pedido de urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Ainda bem que tenho 10 minutos. Vou precisar deles nesta intervenção.

(Risos da Câmara)

Talvez possa sintetizar.

Senhor Deputado, nós consideramos que esta matéria é daquelas matérias que merecem uma análise específica no âmbito da Comissão.

Há um conjunto de análises que devem ser carreados, há um conjunto de análises que devem ser elaboradas e analisadas e, portanto, este é um assunto que eu atribuo a maior importância. Por isso mesmo, considero que merece uma análise em comissão, cuidado, e por isso nós não podemos acompanhar, em relação à urgência e dispensa em comissão.

Isso não é possível porque, como lhe digo, há um conjunto de informação que deve ser devidamente analisada em sede de Comissão e este assunto justifica amplamente.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado José Pacheco, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Da parte do Chega, e até porque acho que o assunto merece mesmo reflexão, muito se tem falado aqui de transportes e acho que às vezes fala-se de uma coisa que não se sabe bem, o que é que se está a dizer.

O Chega não acompanha e preferia ver isto na Comissão.

Muito obrigado, Senhor Deputado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado Carlos Silva, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Não deixa de ser irónico, que há poucos minutos decidimos aqui, com urgência, criar uma Comissão de Inquérito. Mas agora não é urgente, reverter com efeitos imediatos, o aumento dos preços dos transportes públicos ocorrida em março do corrente ano. Não deixa de ser irónico, qual é que é a prioridade que o Parlamento definiu nesta matéria...

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: Pelo menos a maioria definiu sobre esta matéria. Portanto, é urgente aplicar e criar medidas de apoio às famílias. Sim, é urgente.

Foi isso que dissemos antes, dizemos hoje e continuaremos a dizer, porque o momento que vivemos exige medidas concretas com efeitos imediatos e essa a seria mais uma medida com alcance imediato e que permitiria ajudar, sobretudo, aqueles mais vulneráveis.

Portanto, lamentamos que este Parlamento não dê um sinal positivo de ajuda às famílias, como foi feito no continente, em que o Governo da República decidiu congelar os preços de transportes públicos em 2023

Assim se verifica qual é que é a prioridade que a maioria direita...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, o rigor costuma ser para todos!

O Orador: ... entende para a governação nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mais vale a gente ir-se embora de vez!

O Orador: Eu não tenho pressa. Não sei se alguém tem pressa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é que tem pressa!

O Orador: Se continuar a interromper-me, irei falar com mais cuidado ainda.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sem problema nenhum! Eu tenho direito de fazer um aparte, qual é o problema?

O Orador: Se nós tivermos em conta os dados dos passageiros transportados entre, por exemplo, 2018 e 2022, que são os dados mais recentes, nas carreiras

urbanas e interurbanas, nos Açores, temos uma redução de 29%, menos 2,2 milhões de passageiros transportados.

Porque é que refiro esses valores? Porque eles demonstram que nós precisamos urgentemente de modernizar e reformar o sistema de transportes coletivos terrestres na Região Autónoma dos Açores. Isso é evidente pelas notícias que surgem pelos dados que existem.

E, portanto, é urgente também que este Parlamento tomasse uma decisão hoje de reverter uma decisão do Governo Regional, unilateral, em que decidiu aumentar o preço dos transportes públicos de 5% no corrente ano de 2023, contrariando até aquilo que alguns membros do Governo Regional diziam. O Senhor Secretário Regional das Finanças, dizia que iria combater a inflação não aumentando o preço dos transportes.

O Senhor Presidente do Governo, com a sua sensibilidade social que o caracteriza, decidiu que era o momento de aumentar o preço dos transportes.

Portanto, lamentamos que este Parlamento não aplique, no imediato a reversão do aumento praticado nos transportes públicos de 2023.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos votar este pedido de urgência.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que discordam, façam o favor se sentar.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação teve um resultado de empate, com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 PPM, 1 do Chega e 1 da IL.

Presidente: Vamos repetir a votação do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução 163/XII.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam um favor se sentar.

Secretário: O pedido de urgência colocada à votação foi rejeitado, por obtenção do resultado de empate, em segunda votação, com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH e 1 da IL.

Presidente: Tendo sido rejeitado, a iniciativa descerá à comissão competente. Para uma declaração de voto tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo.

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente o pedido de urgência que propôs esta Casa para que se apreciasse, com urgência, uma proposta que pretende reverter uma decisão de profunda insensibilidade social e contra tudo o que é, sequer, o bom senso que o Governo Regional tomou.

Este pedido de urgência e a discussão desta iniciativa e a sua eventual aprovação permitiria fazer algo tão simples que nem sequer seria criar um apoio novo, que nem sequer seria criar uma medida diferente que permitiria que necessitasse de uma análise profunda, de audições, de pensamento profundo. Era tão somente, continuar com os preços que existiam até março de 2023.

E é isso que a maioria considerou que exige audições; exige reflexão; exige análise profunda em comissão.

Nem toda a gente vai para o trabalho de avião; nem toda a gente tem que apanhar o avião e nem toda a gente anda na tarifa Açores, que não teve aumento. Mas quem anda de autocarro teve, da parte do Governo uma prenda: 5% de aumento, na altura que precisam não de aumento, mas de redução de preços.

E isso diz muito deste Governo, desta maioria de direita, que governa os Açores com uma profunda insensibilidade social, que acha que não é urgente discutir a vida das pessoas e os preços que pagam quando vão para o trabalho, mas acham que é muito urgente, que tinha que ser debatido e discutido hoje, aprovar uma análise a contas de 2013.

Isso é que é urgência e essa é que é a vossa capacidade política.

Deputado João Vasco Costa (PS): Tem toda a razão!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Não é olhar para as pessoas.

Não é olhar para as pessoas e para os seus problemas, por isso, votámos a favor desta proposta, porque preocupa-nos muito mais e preocupa-nos muito a vida das pessoas e o que estão a passar.

Muito obrigada.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu não estava para fazer a declaração de voto, mas eu não posso aceitar, as referências feitas pelo Senhor Deputado António Lima.

Estas referências são de um populismo atroz e de uma demagogia atroz.

O Senhor Deputado, não tem o direito de vir aqui dizer que eu preocupo mais com as pessoas, que os senhores;

Não têm o direito de diabolizar os outros Senhores Deputados que aqui estão presentes nesta sala e dizer que eu é que sou humanista,...

Deputada Vera Pires (PS): Acabou de dizer!

O Orador: ... eu é que me preocupo com as pessoas e os senhores não têm essa preocupação.

Este é o tipo de debate,...

Deputada Vera Pires (PS): É o seu tipo de ação que mostra isso!

O Orador: ... este é o tipo de intervenção que não é aceitável em parlamentos democráticos.

Porque são afirmações insultuosas sobre os outros deputados, são afirmações insultuosas a respeito do Governo, só porque alguém que não pensa como o Senhor Deputado, que tem uma perspetiva diferente, mas ó Senhor Deputado, eu vou dizer-lhe uma coisa, a democracia e a liberdade...

Presidente: Senhor Deputado Paulo Estêvão...

O Orador: Eu estou a responder!

Presidente: ... não se pode dirigir dessa forma à bancada.

A declaração de voto serve para o senhor explicar porque ue razões é que votou....

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, e o que é que aquele senhor fez?

Presidente: Não, não fez. O Senhor Deputado António Lima não fez essas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como?

Presidente: ... interferências diretas às outras bancadas-
Faz favor.

O Orador: Senhor Presidente, eu vou, obviamente, como faço sempre em todas as circunstâncias e como fiz sempre na minha vida parlamentar, obviamente respeitar aquele que é o seu entendimento e a forma como....

Deputado Berto Messias (PS): Isso é falso! O que o senhor está a dizer é falso! É falso!

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, permitam que o Senhor Deputado termine a sua declaração de voto. Faz favor senho presidente, que

O Orador: Estava a dizer, Senhor Presidente, que com a independência de ter uma opinião diferente de V. Excelência, eu vou acatar aquela que é a sua decisão em relação à condução dos trabalhos, até porque há um conjunto de dados que estavam errados no âmbito do projeto que nós estávamos a discutir – fados estavam incorretos – é necessário discutir esta questão e analisar todos os dados, todos os factos e por isso é evidente que é necessário ouvir entidades, é necessário estudar os dossiers, e a é importante que num parlamento, e termino

Senhor Presidente, é importante que, num Parlamento, que as decisões sejam tomadas com toda a informação e que sejam tomadas com o respeito institucional que nos merecem todas as entidades e que sejam tomadas com total responsabilidade para que os cidadãos que estão a estar a ver estes trabalhos não achem que aqui as decisões são tomadas assim ao leve, sem analisar os assuntos com profundidade.

Não da parte do PPM há sempre responsabilidade na tomada de decisão; há sempre estudo prévio dos dossiers. Em cada momento nós queremos ter toda a informação para decidirmos sempre de forma correta em prol do povo dos Açores.

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Não havendo eu proponho à Câmara a seguinte Proposta, Deliberação:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare fim do período de maio.”

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Presidente: A proposta deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os nossos trabalhos. Boa noite a todos e boas festas do Senhor Santo Cristo do Milagres.

Eram 19 horas

(*) Texto não revisto pelo orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Gabriel Freitas Eduardo

Documentos entrados

Listagem da correspondência:

1- Proposta de Lei:

Assunto: N.º 80/XV(ALRAA) – Altera a lei eleitoral para o Parlamento Europeu - Audição n.º 198/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 - 05 - 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2023 – 05 – 30;

Assunto: N.º 81/XV(ALRAA) – Altera a lei que regula o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais - Audição n.º 199/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 - 05 - 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2023 – 05 – 30.

2- Audição da Presidência do Conselho de Ministros:

Assunto: Relatório Voluntário Nacional (RVN 2023) - Audição n.º 127/ XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 05 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2023 – 05 – 19.

3- Projeto de Resolução:

N.º 161/XII

Assunto: Recomenda ao Governo Regional que permita a liberdade de escolha na educação

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2023 – 05 – 10

Comissão: -----

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

N.º 162/XII

Assunto: Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão do Grupo SATA entre os anos de 2013 e 2019

Proveniência: CH/PSD/CDS-PP/PPM/IL

Data de Entrada: 2023 – 05 – 10

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 163/XII

Assunto: Recomenda ao Governo Regional que reverta o aumento de preços dos transportes públicos terrestres

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2023 – 05 – 10

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 164/XII

Assunto: Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do Grupo SATA entre os anos de 2020 e 2022

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2023 – 05 – 10

Comissão: -----

N.º 165/XII

Assunto: A promoção do livro e da leitura na Região Autónoma dos Açores como uma das estratégias de combate à pobreza e à exclusão social

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2023 – 05 – 11

Comissão: -----

4- Petições:

N.º 53/XII

Assunto: Petição para Consulta Pública do projeto da 2.ª fase da Variante à cidade da Horta

Proveniência: António Alexandre da Costa Amaral

Data de Entrada: 2023 – 05 – 09

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: Em processo de admissão

N.º 54/XII

Assunto: Pelo aumento do acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Vítor Silva

Data de Entrada: 2023 – 05 – 10

Comissão: Economia

Limite de parecer: Em processo de admissão

5- Requerimentos:

Assunto: Destruição da embarcação "Cetáceo" é um atentado à nossa riqueza, memória e valores culturais

Autores: Marta Matos e Mário Tomé (PS)

Data de Entrada: 2023 – 05 – 11

Referência: 54.02.06 – N.º 631/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque631.pdf

Assunto: Critérios de Verificação do Sistema de Identificação Parcelar

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2023 – 05 – 11

Referência: 54.10.00 – N.º 632/XII. -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque632.pdf

6-

Informações:

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, por 30 dias, dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.ºs 85/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Portal da Transparência e 87/XII (BE) - Criação do Portal de Nomeações no sítio do Governo dos Açores, ambos até 5 de junho de 2023 e da Petição n.º 44/XII - Contabilização do tempo integral do serviço dos enfermeiros prestado no Serviço Regional de Saúde dos Açores, até 9 de junho de 2023

Proveniência: Elisa Sousa, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 05 – 05;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 70/XII (PAN) – Apoio Regional para Produtos de Apoio, ARPA, até 26 de junho de 2023

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 05 – 09;

Assunto: Solicitação para realização de uma sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral, no período legislativo de junho de 2023, que versará sobre políticas de desenvolvimento sustentável e crescimento socioeconómico da ilha do Pico

Proveniência: Nuno Barata, Deputado da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal (IL)

Data de Entrada: 2023 – 05 – 09;

Assunto: Of. S080/2023/XII, requerendo a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a apresentação do Projeto de Resolução n.º 165/XII - A promoção do livro e da leitura na Região

Autónoma dos Açores como uma das estratégias de combate à pobreza e à exclusão social, na sessão plenária de maio de 2023

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 05 – 11;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de retirada do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 160/XII - Recomenda ao Governo da República a transferência urgente dos montantes necessários à execução das obras referentes aos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo

Proveniência: Carlos Furtado, Deputado Independente

Data de Entrada: 2023 – 05 – 12.

7- Relatórios:

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 71/XV (GOV) – Aprova medidas no âmbito do plano de intervenção «Mais Habitação» - Audição n.º 197/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 05 – 09;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Altera o modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal e ajusta o procedimento relativo ao pagamento do montante equivalente ao Imposto sobre o Valor Acrescentado de projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência – PCM” - (Reg. DL 349/XXIII/2022) - Audição n.º 124/XII - GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 05 – 09;

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 73/XV (GOV) – Aprova as Grandes Opções para 2023-2026 - Audição n.º 196/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 05 – 09;

8- Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 101, 102 e 103 e a Separata n.º 39/XII.

As redatoras: Paula Lemos e Conceição Branco